

OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 002/2012

Rio de Janeiro, 26 de março de 2012.

ASSUNTO: Orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas e estrangeiras

Senhor Diretor de Relações com Investidores/Representante Legal,

Os Ofícios-Circulares emitidos pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) têm como objetivo principal orientar os emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados sobre aspectos procedimentais que devem ser observados quando do encaminhamento das informações periódicas e eventuais, dentre outros assuntos.

Por meio deste expediente, a SEP pretende fomentar a divulgação das informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios e, conseqüentemente, reduzir a necessidade de formulação de exigências e aplicação de multas cominatórias e de penalidades.

O presente instrumento **consolida os Ofícios-Circulares anteriormente emitidos pela SEP**, não dispensando, entretanto, a leitura das normas aplicáveis, devendo ser observada a atualização da legislação societária e da regulamentação da CVM, em especial as ocorridas após a presente data.

Recomenda-se, ainda, com relação a matérias contábeis, a leitura dos Ofícios-Circulares/SNC/SEP, disponíveis para consulta no *site* da CVM. A consulta aos pronunciamentos emitidos pelo CODIM, quanto às melhores práticas de divulgação de informações, disponíveis para consulta em <http://www.codim.org.br/>, também é recomendada.

Índice

- 1. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO CVM E BM&FBOVESPA**
- 2. CATEGORIAS DE EMISSORES**
- 3. PEDIDOS DE CONVERSÃO DE CATEGORIAS**
- 4. EMISSORES COM GRANDE EXPOSIÇÃO AO MERCADO**
- 5. EMISSORES ESTRANGEIROS**
- 6. OBRIGATORIEDADE DE MANTER PÁGINA NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES**
- 7. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
- 8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
- 9. FORMULÁRIOS PERIÓDICOS**
 - 9.1. Formulário Cadastral**
 - 9.2. Formulário de Referência**
 - 9.3. Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP**
 - 9.4. Informações Trimestrais – ITR**
- 10. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – AGO**
 - 10.1. Comunicado do artigo 133 da Lei nº 6.404/76**
 - 10.2. Proposta da administração para AGO**
 - 10.2.1. Emissores registrados na Categoria A**
 - 10.2.2. Emissores registrados na Categoria B**
 - 10.3. Edital de convocação de AGO**
 - 10.4. Sumário e ata da AGO**
- 11. REPRESENTAÇÃO DE ACIONISTA EM ASSEMBLEIA**
- 12. PEDIDOS PÚBLICOS DE PROCURAÇÃO**
- 13. RELATÓRIO E COMUNICAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO**
- 14. PRINCIPAIS INFORMAÇÕES EVENTUAIS**
 - 14.1. Ato e fato relevante**
 - 14.1.1. Distinção entre fato relevante e comunicado ao mercado**
 - 14.2. Assembleia geral extraordinária – AGE e assembleia especial**
 - 14.2.1. Edital de convocação de AGE**

- 14.2.2. Proposta da Administração – Categoria A**
- 14.2.3. Proposta da Administração – Categoria B**
- 14.2.4. Sumário e ata da AGE**
- 14.3. Acordo de acionistas**
- 14.4. Convenção de grupo de sociedades**
- 14.5. Pedidos e sentenças de falência**
- 14.6. Pedidos e sentenças envolvendo recuperação judicial e extrajudicial**
- 14.7. Valores mobiliários de administradores e pessoas ligadas**
- 14.8. Participação acionária relevante**
 - 14.8.1. Destinatário da obrigação**
 - 14.8.2. Objeto da participação relevante**
 - a) Ações**
 - b) Debêntures conversíveis em ações, Bônus de subscrição, Direitos de subscrição de ações, Opções de compra de ações e outros**
 - c) ADR, GDR e BDR**
 - d) Empréstimo de ações**
 - e) Participação Indireta**
 - 14.8.3. Cálculo do aumento ou redução de participação relevante**
 - 14.8.4. Momento da divulgação**
 - 14.8.5. Grupo de pessoas agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse**
 - 14.8.6. Responsabilidade do Administrador ou Gestor**
 - 14.8.7. Publicação da Declaração de Aumento de Participação**
 - 14.8.8. Conteúdo da declaração de aumento de participação**
 - 14.8.9. Divulgação da Declaração por Investidor não residente**
- 14.9. Período de vedação à negociação**
- 14.10. Política de negociação**
- 14.11. Política de divulgação**
- 14.12. Estatuto social**
- 14.13. Reuniões do conselho de administração e do conselho fiscal**

- 14.14. Comunicação da mudança de auditor
- 15. OBSERVAÇÕES COMUNS ÀS INFORMAÇÕES PERIÓDICAS E EVENTUAIS
 - 15.1. Pedido de confidencialidade
- 16. EMISSORES EM SITUAÇÃO ESPECIAL
 - 16.1. Emissores em recuperação extrajudicial
 - 16.2. Emissores em recuperação judicial
 - 16.3. Emissores em falência
 - 16.4. Emissores em liquidação
- 17. CONSEQÜÊNCIAS DA NÃO ENTREGA DE INFORMAÇÕES
 - 17.1. Multas cominatórias
 - 17.2. Publicação da relação de emissores inadimplentes
 - 17.3. Suspensão de ofício do registro de emissor
 - 17.4. Cancelamento de ofício do registro de emissor
 - 17.5. Processo administrativo sancionador
- 18. CANCELAMENTO VOLUNTÁRIO DE REGISTRO
- 19. CANCELAMENTO DE OFÍCIO DO REGISTRO DE EMISSOR EM FUNÇÃO DE SUA EXTINÇÃO
- 20. SOLICITAÇÃO DE RELAÇÃO DE ENDEREÇOS DE ACIONISTAS – ARTIGO 126, PARÁGRAFO 3º, DA LEI Nº 6.404/76
- 21. SOLICITAÇÃO DE CERTIDÕES DOS ASSENTAMENTOS CONSTANTES DOS LIVROS – ARTIGO 100 DA LEI Nº 6.404/76
- 22. ARTIGO 203 DA LEI Nº 6.404/76
- 23. ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- 24. INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL E ELEIÇÃO DE SEUS MEMBROS
- 25. PROJEÇÕES
- 26. DIVULGAÇÃO ANTECIPADA DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS
- 27. ORÇAMENTO DE CAPITAL
- 28. DECLARAÇÕES TARDIAS, RETIFICADORAS OU COMPLEMENTARES DE DIVIDENDOS
- 29. INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS EM OPERAÇÕES DE:
 - 29.1. Incorporação, fusão e cisão

29.1.1. Pedidos de dispensa do cumprimento de requisitos – Deliberação CVM nº 559/08

29.2. Aquisição de sociedade mercantil por companhia aberta

29.3. Conversão de ações

29.4. Direito de recesso

29.5. Aumento de capital

29.6. Grupamento de ações

30. SOBRAS DE AÇÕES EM AUMENTO DE CAPITAL COM CRÉDITOS

31. NEGOCIAÇÃO COM AÇÕES DE PRÓPRIA EMISSÃO

32. BONIFICAÇÃO DE AÇÕES EM TESOURARIA

33. COMPETÊNCIA ESTATUTÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA DELIBERAR SOBRE EMISSÃO DE DEBÊNTURES

34. ARTIGO 143 DA LEI Nº 6.404/76

35. ELEIÇÃO DE MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL – ARTIGO 161, PARÁGRAFO 1º, DA LEI Nº 6.404/76

36. RECURSOS DE DECISÕES OU MANIFESTAÇÕES DE ENTENDIMENTO DA SEP

37. CONSULTAS DE EMISSORES

38. COMUNICAÇÕES COM A SEP

39. SOLICITAÇÕES DE AUDIÊNCIAS A PARTICULARES

40. PEDIDO DE VISTA DE PROCESSO

41. TERMO DE COMPROMISSO

42. SISTEMA EMPRESAS.NET

43. SISTEMA CVMWEB

44. SISTEMA DE INFORMAÇÕES PERIÓDICAS E EVENTUAIS – IPE

45. CONTAGEM DE PRAZOS

46. DOCUMENTOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

1. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO CVM E BM&FBOVESPA

Em 13/12/2011, de modo a evitar sobreposição de esforços, a CVM e a BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros firmaram um convênio com o objetivo de estabelecer mecanismos de cooperação e de organização das atividades de fiscalização exercidas pela CVM e pela BM&FBOVESPA, no âmbito de suas competências, relativamente ao acompanhamento da divulgação da prestação de informações ao mercado pelos emissores com valores mobiliários negociados na bolsa.

Como previsto no convênio, a SEP e a Diretoria de Regulação de Emissores da Bolsa (DRE) firmaram, ainda em 13/12/2011, um Plano de Trabalho, estabelecendo as informações e documentos cuja divulgação será supervisionada pela BM&FBOVESPA e como se dará a atuação da SEP em apoio à bolsa, seja exercendo atividade consultiva e de treinamento, seja atuando junto às companhias, nos casos em que as solicitações da BM&FBOVESPA não sejam atendidas.

Ressalta-se que, antes da assinatura do convênio, a SEP e a DRE já possuíam um bem sucedido acordo informal de cooperação. Assim, o convênio e o plano de trabalho, que passou a ser aplicado a partir de 01/01/2012, foram firmados com o objetivo de formalizar e de aprimorar a cooperação já existente entre a SEP e a bolsa.

Por conseguinte, chamamos a atenção dos emissores com valores mobiliários negociados na BM&FBOVESPA para a necessidade de atender às solicitações que venham a ser emitidas pela bolsa com base no referido convênio.

Informamos, por fim, que a versão integral do convênio pode ser consultada na página da CVM na internet (www.cvm.gov.br), no link "Legislação e Regulamentação".

2. CATEGORIAS DE EMISSORES

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, são duas as categorias de registro para os emissores de valores mobiliários, conforme as espécies de valores mobiliários admitidos à negociação pública (artigo 2º):

I. **Categoria A**, que autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários; e

II. **Categoria B**, que autoriza a negociação de valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários, exceto os abaixo identificados:

(a) Ações e certificados de depósito de ações; ou

(b) Valores mobiliários que confirmam ao titular o direito de adquirir os valores mobiliários mencionados na letra "a", em consequência da sua conversão ou do exercício dos direitos que lhes são inerentes, desde que emitidos pelo próprio emissor dos valores mobiliários referidos na letra "a" ou por uma sociedade pertencente ao grupo do referido emissor.

Note-se que o capítulo III (Obrigações do Emissor) da Instrução estabelece em suas seções II e III, que tratam, respectivamente, das informações obrigatórias periódicas e eventuais, algumas regras diferenciadas para cada categoria de emissor quanto à disciplina da prestação de informações.

Conforme previsto no artigo 2º da Instrução CVM nº 480/09, os emissores de valores mobiliários indicarão, no momento do registro, em qual das categorias desejam se registrar, de acordo com as espécies de valores mobiliários que pretendem ter negociadas

publicamente. Assim, caberá ao emissor escolher o regime de obrigações a que deseja se submeter.

Por fim, cabe lembrar que, nos termos do artigo 2º do Anexo 32-I da Instrução CVM nº480/09, as companhias estrangeiras estão registradas na categoria A.

3. PEDIDOS DE CONVERSÃO DE CATEGORIAS

Uma vez registrados, os emissores poderão solicitar a conversão de uma categoria de registro em outra, por meio de pedido **encaminhado à SEP**, cujos procedimentos e requisitos encontram-se regulados nos artigos 8º a 12 da Instrução CVM nº 480/09.

4. EMISSORES COM GRANDE EXPOSIÇÃO AO MERCADO

Nos termos do artigo 34 da Instrução CVM nº 480/09, os emissores com grande exposição ao mercado, são aqueles que atendem **cumulativamente** aos seguintes requisitos:

- I. Tenham ações negociadas em bolsa há, pelo menos, 3 (três) anos;
- II. Tenham cumprido tempestivamente com suas obrigações **periódicas** nos últimos 12 (doze) meses; e
- III. Cujo valor de mercado das ações em circulação seja igual ou superior a R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), de acordo com a cotação de fechamento no último dia útil do trimestre anterior à data do pedido de registro da oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

O **status** de emissor com grande exposição ao mercado deve ser declarado pelo emissor no pedido de registro da oferta pública de distribuição de valores mobiliários, por meio de documento assinado pelo diretor de relações com investidores contendo:

- I. Declaração de que o emissor se enquadra nos requisitos assinalados acima; e
- II. Memória do cálculo feito pelo emissor para a verificação do valor de mercado das ações em circulação.

Cabe destacar que o procedimento relativo à análise dos pedidos de registro de oferta de distribuição de valores mobiliários para tais emissores, regulado nos artigos 6º-A e 6º-B da Instrução CVM nº 400/03, alterada pela Instrução CVM nº 482/10, é realizado com maior celeridade.

5. EMISSORES ESTRANGEIROS

De acordo com o Anexo 32-I da Instrução CVM nº 480/09 não será considerado como estrangeiro o emissor:

- I. Que tenha sede no Brasil; ou
- II. Cujos ativos localizados no Brasil correspondam a 50% (cinquenta por cento) ou mais daqueles constantes das demonstrações financeiras individuais, separadas ou consolidadas, prevalecendo a que melhor representar a essência econômica dos negócios para fins dessa classificação.

O enquadramento na condição de emissor estrangeiro será verificado por ocasião do pedido de registro (i) de emissor na CVM, (ii) de oferta pública de distribuição de certificados de

depósito de ações – BDR e (iii) de programa de BDR. Na ocasião desses pedidos, o representante legal deverá assinar documento contendo:

I. Declaração de que o emissor não se enquadra em nenhuma das hipóteses mencionadas nos itens I e II do parágrafo anterior; e

II. Memória do cálculo feito pelo emissor para a verificação da porcentagem de ativos localizados no Brasil.

Cabe ressaltar que a CVM pode, excepcionalmente, dispensar a verificação do enquadramento na condição de emissor estrangeiro na hipótese de oferta pública de distribuição de certificados de depósito de ações – BDR, mediante pedido fundamentado do emissor, nos termos do parágrafo 4º do artigo 1º do Anexo 32-I da Instrução CVM nº 480/09.

Os emissores registrados na CVM como estrangeiros antes da entrada em vigor da Instrução CVM nº 480/09 (01/01/2010) estão dispensados da comprovação do enquadramento na condição de emissor estrangeiro na ocasião do pedido de registro de oferta pública de distribuição de certificados de depósito de ações – BDR ou de programa de BDR.

O artigo 3º do Anexo 32 - I da Instrução CVM nº 480/09 prevê que as pessoas abaixo indicadas deverão designar representantes legais domiciliados e residentes no Brasil, com poderes para receber citações, notificações e intimações relativas a ações propostas contra o emissor no Brasil ou com fundamento em leis ou regulamentos brasileiros, bem como para representá-los amplamente perante a CVM, podendo receber correspondências, intimações, notificações e pedidos de esclarecimento:

I. O emissor estrangeiro que patrocine programa de certificados de depósito de ações – BDR Nível II ou Nível III;

II. Os diretores ou pessoas que desempenhem funções equivalentes a de um diretor no emissor estrangeiro que patrocine programa de certificados de depósito de valores mobiliários – BDR Nível II ou Nível III; e

III. Os membros do conselho de administração, ou órgão equivalente, do emissor estrangeiro que patrocine programa de certificados de depósito de ações – BDR Nível II ou Nível III.

Os representantes legais devem aceitar a designação por escrito, em documento que indique ciência dos poderes a ele conferidos e as responsabilidades impostas pela lei e regulamentos brasileiros, sendo que, em caso de renúncia, morte, interdição, impedimento ou mudança de estado que inabilite o representante legal para exercer a função, o emissor tem o prazo de 15 (quinze) dias úteis para promover a sua substituição.

Alerta-se ainda que o parágrafo 2º do artigo 44 da Instrução CVM nº 480/09 prevê que o representante legal dos emissores estrangeiros é equiparado ao diretor de relações com investidores (DRI) para todos os fins previstos na legislação e regulamentação do mercado de valores mobiliários.

6. OBRIGATORIEDADE DE MANTER PÁGINA NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES

A Instrução CVM nº 480/09 determina, em seu artigo 13, que o emissor deverá enviar à CVM e às entidades administradoras dos mercados em que seus valores mobiliários sejam admitidos à negociação as informações periódicas e eventuais, conforme conteúdo, forma e prazos estabelecidos no Capítulo III da Instrução, que prevê, dentre outras coisas, a

obrigatoriedade do envio por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores.

Além disso, as informações periódicas e eventuais previstas na Instrução deverão também ser colocadas e mantidas à disposição dos investidores na sede do emissor por 3 (três) anos, contados da data de divulgação.

O emissor registrado na categoria A deverá, ainda, a partir de 01/01/2011, colocar e manter as informações por ele divulgadas em sua página na rede mundial de computadores por 3 (três) anos, contados da data de divulgação.

Ressalta-se que essa regra de arquivamento refere-se a todas as informações periódicas e eventuais previstas na legislação e na regulamentação emitida pela CVM, não se limitando apenas àquelas elencadas no artigo 30 da Instrução CVM nº 480/09. Assim, há a necessidade de arquivamento das comunicações previstas na Instrução CVM nº 358/02, incluindo, por exemplo, aquelas previstas nos artigos 11 e 12 dessa Instrução.

Cumpra também esclarecer que há a necessidade do efetivo arquivamento das informações na página da companhia. A simples inserção de link na página da companhia, direcionando os investidores para os documentos arquivados, no site da CVM ou da bolsa, no Sistema IPE, não é considerado como procedimento válido para o cumprimento do disposto na norma.

7. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O artigo 133 da Lei nº 6.404/76 estabelece que, além das demonstrações financeiras e demais documentos citados, as companhias abertas deverão publicar o relatório da administração sobre os negócios sociais e sobre os principais fatos administrativos ocorridos no último exercício social.

O Relatório da Administração deve ser elaborado pelos emissores em linha com as recomendações constantes do Parecer de Orientação CVM nº 15/87 e com as informações por eles divulgadas na seção 10 do Formulário de Referência (Comentário dos Diretores).

Ressalta-se que o artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03 determina que os emissores devem divulgar no Relatório da Administração as seguintes informações sobre a prestação, pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa:

I – a data da contratação, o prazo de duração, se superior a um ano, e a indicação da natureza de cada serviço prestado;

II – o valor total dos honorários contratados e o seu percentual em relação aos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa;

III – a política ou procedimentos adotados pela companhia para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes; e

IV – um resumo da justificativa apresentada pelo auditor à administração do emissor sobre os motivos pelo qual entendia que a prestação de outros serviços não afetava a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa (artigo 3º da Instrução).

O parágrafo 2º da Instrução CVM nº 381/03 permite que os emissores deixem de divulgar a informação requerida no inciso II, quando o valor total dos honorários contratados

representar menos de 5% (cinco por cento) dos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa. Chamamos a atenção que **mesmo nesse caso** persistirá a obrigação do emissor de prestar no Relatório de Administração as informações demandadas nos demais incisos do artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03.

Lembremos, por fim, que a Instrução CVM nº 381/03 também requer que as informações prestadas no Relatório de Administração sobre o assunto sejam atualizadas nos Formulários ITR quando houver alteração em decorrência de celebração, cancelamento ou modificação de contrato de prestação de serviços que não sejam de auditoria (inciso II do parágrafo 1º do artigo 2º da Instrução). A atualização demandada deverá ser realizada nos Formulários ITR no campo destinado ao "Comentário de Desempenho".

8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme previsto no parágrafo 2º e caput do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, o emissor deverá entregar à CVM as demonstrações financeiras e, se for o caso, as demonstrações consolidadas na mesma data em que forem colocadas à disposição do público, data esta que não deverá ultrapassar, no caso:

I. Dos **emissores nacionais**, 3 (três) meses do encerramento do exercício social; e

II. Dos **emissores estrangeiros**, 4 (quatro) meses do encerramento do exercício social.

Alerta-se que o parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09 determina que as demonstrações financeiras dos emissores nacionais ou estrangeiros deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos:

- ✓ Relatório da administração;
- ✓ Parecer do auditor independente;
- ✓ Parecer do conselho fiscal ou órgão equivalente, se houver, acompanhado de eventuais votos dissidentes;
- ✓ Proposta de orçamento de capital preparada pela administração, se houver;
- ✓ Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informando as razões, em caso de discordância;
- ✓ Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras; e
- ✓ Relatório anual resumido do comitê de auditoria, se houver (Instrução CVM nº 509/11, inciso VI do Art. 31-D).

Deve-se ressaltar que, em função de alteração promovida pela Instrução CVM nº 509/11, o parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, passou a prever, como citado acima, o envio obrigatório, juntamente com as demonstrações financeiras, do Relatório anual resumido do comitê de auditoria estatutário, sempre que instalado.

As **demonstrações financeiras dos emissores nacionais** devem ser elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76 e com as normas da CVM e auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Nesse sentido, cumpre lembrar que, por meio do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 002/2011, de 24/01/2011, a CVM emitiu orientação quanto a aspectos relevantes a serem observados na elaboração das demonstrações financeiras relativas ao exercício iniciado a partir de 01/01/2010.

Como previsto no artigo 27 da Instrução CVM nº 480/09, as **demonstrações financeiras dos emissores estrangeiros** deverão ser elaboradas em português, em moeda corrente nacional, podendo esses emissores optar por elaborá-las de acordo:

I. Com a Lei nº 6.404, de 1976 e as normas da CVM; ou

II. Com as normas contábeis internacionais emitidas pelo **International Accounting Standards Board – IASB**.

Dado que as normas emitidas pela CVM estão plenamente convergentes com as normas internacionais, as demonstrações financeiras consolidadas deverão ser elaboradas em conformidade com essas regras.

No caso dos emissores estrangeiros que tenham sede em país membro do Mercosul, há a possibilidade, para os exercícios sociais iniciados até 2011, de divulgação de demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com as normas contábeis do país de origem, respeitado o conteúdo mínimo estabelecido pelo Conselho do Mercado Comum. Para os exercícios iniciados a partir de 2012, esses emissores deverão elaborar e divulgar demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB, conforme Decisão MERCOSUL Nº 31/10 incorporada por meio da Deliberação CVM nº 659/11.

As **demonstrações financeiras dos emissores estrangeiros deverão ser auditadas** por auditor independente registrado na CVM ou em órgão competente no país de origem do emissor (inciso II do artigo 27). Neste último caso, o parecer emitido deverá ser acompanhado de relatório de revisão especial elaborado por auditor independente registrado na CVM, como exigido no parágrafo 2º do artigo 27 da Instrução CVM nº 480/09.

Para as companhias abertas, o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 prevê a necessidade de publicação das demonstrações financeiras até 5 (cinco) dias antes da realização da Assembleia Geral Ordinária, cabendo lembrar que, nos termos do artigo 295, parágrafo 1º, alínea "c" da mesma lei, as demonstrações financeiras consolidadas também devem ser publicadas.

Nesse caso, faz-se necessária, também, a publicação de Aviso aos Acionistas, 1 (um) mês antes da AGO (30 dias), informando da disponibilização das demonstrações financeiras, na sede da companhia, considerando-se atendida a exigência de disponibilização se as demonstrações forem divulgadas na página eletrônica da companhia, cabendo o seu arquivamento na CVM, pelo Sistema IPE, na mesma data. Caso a publicação das demonstrações financeiras seja feita com antecedência de 1 (um) mês da data da AGO (30 dias), a publicação do mencionado aviso torna-se desnecessária.

O artigo 289 da Lei nº 6.404/76 determina que as publicações ali ordenadas sejam feitas no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia e em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia.

As publicações serão sempre feitas no mesmo jornal, escolhido em reunião do Conselho de Administração, e qualquer mudança deverá ser precedida de aviso aos acionistas no extrato da ata da AGO, de acordo com o parágrafo 3º, do artigo 289, da Lei nº 6.404/76.

Os **emissores nacionais** devem enviar à CVM as demonstrações financeiras elaboradas conforme critérios acima mencionados, por meio do Sistema IPE, categoria "Dados Econômico-Financeiros", tipo "Demonstrações Financeiras Anuais Completas".

Ressalte-se que as demonstrações financeiras e os demais documentos listados no artigo 25 da Instrução CVM Nº 480/09 devem ser apresentados em **arquivo único**, em formato DOC ou PDF, sob a forma de "caderno de auditor", não sendo admissível o envio da versão digitalizada da publicação em jornal ou por outros formatos que dificultem a leitura ou impressão.

Ainda nesse sentido, chamamos a atenção que o envio de versão PDF do Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (Formulário DFP) não cumpre com a finalidade de entrega das demonstrações financeiras exigíveis por força do artigo 25, caput e parágrafo 2º, da Instrução CVM Nº 480/09.

Quando do envio das demonstrações financeiras, devem ser preenchidos os campos referentes às datas e aos jornais das publicações e, no caso de publicação de acordo com o parágrafo 3º, do artigo 133, da Lei nº 6.404/76, deve-se indicar a data prevista de publicação.

Os **emissores estrangeiros** devem enviar as demonstrações financeiras à CVM, pelo Sistema IPE, elaboradas de acordo com as normas contábeis internacionais emitidas pelo **IASB**, em português e em moeda corrente nacional, utilizando-se da categoria "Dados Econômico-Financeiros", tipo "Demonstrações Financeiras Em padrões Internacionais", espécie "Demonstrações Financeiras em IFRS".

Nesses casos, as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas contábeis do país de origem pertencente ao Mercosul devem ser enviadas à CVM, pelo Sistema IPE, pela categoria "Dados Econômico-Financeiros", tipo "Demonstrações Financeiras Em padrões Internacionais", espécie "DF 's - Mercosul com reconciliação para IFRS", observado o disposto na citada Deliberação CVM nº 659/11.

Ressalta-se que o envio do Formulário DFP **não dispensa** o envio das demonstrações financeiras que serviram de base para o seu preenchimento.

9. FORMULÁRIOS PERIÓDICOS

9.1. Formulário Cadastral

O Formulário Cadastral é um documento eletrônico, de encaminhamento periódico e eventual, previsto no artigo 22 da Instrução CVM nº 480/09, cujo conteúdo reflete o Anexo 22 da citada Instrução.

Seu objetivo é reunir em um único documento informações sobre os dados e características principais do emissor e dos valores mobiliários por ele emitidos que antes eram disponibilizadas ao mercado de forma dispersa.

O Formulário Cadastral deve ser preenchido e encaminhado à CVM por meio do programa Empresas.net, disponível para download no *site* da CVM, no *link* "Envio de Documentos"

O emissor deverá proceder à atualização do Formulário Cadastral **sempre que qualquer dos dados nele contidos for alterado**, em até 7 (sete) dias úteis contados do fato que deu causa à alteração, como determinado no artigo 23 da Instrução CVM nº 480/09.

Alerta-se, ainda, que, independentemente dessa atualização, **anualmente** o emissor deverá confirmar, entre os dias 1º e 31 de maio de cada ano, que as informações contidas no formulário cadastral continuam válidas, conforme previsto no parágrafo único do artigo 23 da Instrução CVM nº 480/09.

Essa confirmação deve ser feita mediante a entrega de nova versão do Formulário Cadastral entre 01/05 e 31/05 de cada ano, mesmo quando ele já tenha sido entregue antes desse período.

Por fim, independentemente da atualização dos dados cadastrais por meio do envio do Formulário Cadastral, cabe ressaltar que os dados do DRI ou pessoa equiparada devem ser atualizados também no Sistema IPE (vide itens 43 e 44).

9.2. Formulário de Referência

O Formulário de Referência é um documento eletrônico, de encaminhamento periódico e eventual, previsto no artigo 24 da **Instrução CVM nº 480/09**, cujo conteúdo reflete o Anexo 24 da citada Instrução. No caso dos emissores registrados na **Categoria B**, os campos assinalados com "X" são de preenchimento facultativo.

De acordo com o referido artigo 24 da Instrução CVM nº 480/09, o Formulário de Referência deverá ser entregue **totalmente atualizado** anualmente, no prazo de até 5 (cinco) meses contados da data de encerramento do exercício social.

O Formulário de Referência deve ser preenchido e encaminhado à CVM por meio do programa Empresas.net, disponível para download no site da CVM, no link "Envio de Documentos". Nesse sentido, recomenda-se a leitura do Ofício-Circular anualmente emitido pela SEP com orientações para preenchimento desse Formulário.

O parágrafo 3º do artigo 24 da mencionada Instrução também prevê hipóteses nas quais os emissores registrados na **Categoria A estão obrigados a atualizar**, em até 7 (sete) dias úteis contados de sua ocorrência, os campos do formulário cujas informações sejam afetadas pela incidência dos eventos abaixo descritos:

- I. Alteração de administrador ou membro do conselho fiscal do emissor;
- II. Alteração do capital social;
- III. Emissão de novos valores mobiliários, ainda que subscritos privadamente;
- IV. Alteração nos direitos e vantagens dos valores mobiliários emitidos;
- V. Alteração dos acionistas controladores, diretos ou indiretos, ou variações em suas posições acionárias iguais ou superiores a 5% (cinco por cento) de uma mesma espécie ou classe de ações do emissor;
- VI. Quando qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse atinja participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma espécie ou classe de ações do emissor, desde que o emissor tenha ciência de tal alteração;
- VII. Variações na posição acionária das pessoas acima mencionadas superiores a 5% (cinco por cento) de uma mesma espécie ou classe de ações do emissor, desde que o emissor tenha ciência de tal alteração;
- VIII. Incorporação, incorporação de ações, fusão ou cisão envolvendo o emissor;

IX. Alteração nas projeções ou estimativas ou divulgação de novas projeções e estimativas;

X. Celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte referente ao exercício do direito de voto ou poder de controle do emissor; e

XI. Decretação de falência, recuperação judicial, liquidação ou homologação judicial de recuperação extrajudicial.

Da mesma forma, os emissores registrados na **Categoria B**, nos termos do parágrafo 4º do artigo 24 da citada Instrução, **também deverão atualizar**, em até 7 (sete) dias úteis, contados de sua ocorrência, os campos do formulário cujas informações sejam afetadas pela incidência dos seguintes eventos:

I. Alteração de administrador;

II. Emissão de novos valores mobiliários, ainda que subscritos privadamente;

III. Alteração dos acionistas controladores, diretos ou indiretos, ou variações em suas posições acionárias iguais ou superiores a 5% (cinco por cento) de uma mesma espécie ou classe de ações do emissor;

IV. Incorporação, incorporação de ações, fusão ou cisão envolvendo o emissor;

V. Alteração nas projeções ou estimativas ou divulgação de novas projeções e estimativas; e

VI. Decretação de falência, recuperação judicial, liquidação judicial ou extrajudicial ou homologação judicial de recuperação extrajudicial.

Além disso, a Instrução CVM nº 480/09 também determina que, **em caso de pedido de registro de distribuição pública**, os emissores deverão reentregar o Formulário de Referência *totalmente atualizado* na mesma data em que o pedido for protocolizado na CVM.

Nesse sentido, alertamos os emissores que, como consta da declaração que é firmada pelo DRI e pelo Presidente da companhia, o Formulário de Referência deve ser um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor, devendo as informações nele contidas ser úteis, verdadeiras, completas e consistentes, como previsto nos artigos 14 e 17 da Instrução CVM nº 480/09.

Assim, as pessoas responsáveis pelo conteúdo do Formulário de Referência devem zelar pela permanente qualidade do documento, não sendo esperado que na reentrega decorrente de pedido de registro de oferta pública de distribuição as informações nele contidas sofram alterações substanciais, além daquelas que necessariamente teriam de ser realizadas para a atualização do documento nessa situação, inclusive nos casos expressamente previstos no Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09.

9.3. Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP

O Formulário Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) é um documento eletrônico, de encaminhamento periódico previsto no artigo 21, inciso IV, da Instrução CVM nº 480/09, cujo encaminhamento à CVM deve se dar por meio do Sistema Empresas.net (vide item 42).

Segundo o artigo 28 da Instrução CVM nº 480/09, o formulário DFP deverá ser preenchido com os dados das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as regras contábeis aplicáveis ao emissor, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução, e entregue:

I. Pelo emissor nacional, em até 3 (três) meses após o encerramento do exercício social ou na mesma data do envio das demonstrações financeiras, se este ocorrer em data anterior;

II. Pelo emissor estrangeiro, em até 4 (quatro) meses do encerramento do exercício social ou na mesma data do envio das demonstrações financeiras, se este ocorrer em data anterior.

Nos termos do artigo 1º do Anexo 32-II da Instrução CVM nº 480/09, as companhias securitizadoras deverão acrescentar ao formulário DFP:

I. Relatório sobre a aquisição, a retrocessão, o pagamento e a inadimplência dos créditos vinculados à emissão de certificados de recebíveis; e

II. As demonstrações financeiras independentes relativas a cada um dos patrimônios separados por emissão de certificados de recebíveis ou debêntures em regime fiduciário.

Deve-se observar que o Formulário DFP, a ser encaminhado via Sistema EmpresasNet, prevê o envio obrigatório de informações relativas ao antepenúltimo exercício ("três colunas"), sem alterações em relação ao modelo de formulário que constava do Sistema CVMWIN.

O emissor estrangeiro com sede em país membro do Mercosul que elabore demonstrações financeiras em português, em moeda corrente nacional e de acordo com as normas contábeis do país de origem estará dispensado de entregar o formulário DFP, conforme previsto no parágrafo único do artigo 28 da Instrução CVM nº 480/09, , no que se refere aos exercícios iniciados até 2012.

Ressalta-se que, à exceção da situação específica mencionada no parágrafo anterior, o envio do formulário DFP é obrigatório e sua entrega **não dispensa o envio das demonstrações financeiras que serviram de base para o seu preenchimento e vice-versa.**

Caso divulgue projeções, o emissor deverá confrontar no DFP, no campo "Comentário sobre o comportamento de projeções empresariais", as projeções divulgadas no Formulário de Referência com os resultados efetivamente obtidos no trimestre, indicando as razões para eventuais diferenças, como determinado no parágrafo 4º do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09.

9.4. Informações trimestrais – ITR

O artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09 prevê a entrega dos formulários referentes a informações trimestrais (ITR) pelos emissores registrados, cujo encaminhamento à CVM deve se dar por meio do Sistema Empresas.net (vide item 42).

De acordo com o artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09, o formulário ITR deve ser preenchido com os dados das informações contábeis trimestrais elaboradas de acordo com as regras contábeis aplicáveis ao emissor, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução, e entregue em até 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, excetuando o último.

Cabe esclarecer que as informações do último trimestre estarão incluídas no formulário DFP (artigo 28 da Instrução), que inclui todo o exercício social. Se houver alteração estatutária que redundar em um exercício social maior ou menor do que um ano (parágrafo único do artigo 175 da Lei nº 6.404/76), poderá ser o caso de a companhia apresentar mais ou menos do que 3 (três) formulários ITR.

Como dispõe a Instrução CVM nº 480/09, com redação dada pela Instrução CVM nº 511/11, **todos os emissores registrados deverão encaminhar o formulário ITR no mesmo prazo** de até 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, **acompanhado de relatório de revisão especial**, emitido por auditor independente registrado na CVM.

Cumpra alertar que o formulário ITR das companhias abertas registradas na **Categoria A** deverá conter informações contábeis consolidadas sempre que tais emissores estejam obrigados a apresentar demonstrações financeiras consolidadas, nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme determina o parágrafo 2º do artigo 29 da **Instrução CVM nº 480/09**.

Alerta-se também que, nos termos do artigo 1º do Anexo 32-II da Instrução CVM nº 480/09, as **companhias securitizadoras** deverão acrescentar ao formulário ITR e ao formulário DFP:

I. Relatório sobre a aquisição, a retrocessão, o pagamento e a inadimplência dos créditos vinculados à emissão de certificados de recebíveis; e

II. As demonstrações financeiras independentes relativas a cada um dos patrimônios separados por emissão de certificados de recebíveis ou debêntures em regime fiduciário.

O **emissor estrangeiro com sede em país membro do Mercosul** que elabore demonstrações financeiras em português, em moeda corrente nacional e de acordo com as normas contábeis do país de origem, prática permitida no que se refere os exercícios sociais iniciados antes de 2012, **deverá entregar suas informações contábeis trimestrais em substituição ao formulário ITR**, conforme previsto no parágrafo 4º do artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09, através do Sistema IPE, categoria "Dados Econômicos Financeiros", tipo "Demonstrações Financeiras Intermediárias", espécie "DF's - Mercosul com reconciliação para IFRS".

Esses emissores, quando elaborarem as demonstrações financeiras trimestrais de acordo com as normas internacionais emitidas pelo IASB, devem apresentar o formulário ITR no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, excetuando o último.

Caso divulgue projeções, o emissor deverá confrontar trimestralmente, no campo apropriado do formulário ITR e do formulário DFP (no caso do último trimestre), as projeções divulgadas no Formulário de Referência com os resultados efetivamente obtidos no trimestre, indicando as razões para eventuais diferenças, como determinado no parágrafo 4º do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09.

10. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – AGO

Segundo o enunciado do artigo 132 da Lei nº 6.404/76, anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, deverá haver uma assembleia geral ordinária (AGO) para tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos e eleger os administradores e, se for o caso, os membros do Conselho Fiscal.

Nos termos do artigo 60, inciso III, da Instrução CVM nº 480/09, a não observância do prazo fixado no artigo 132 da Lei nº 6.404/76 para a realização da assembleia geral ordinária é considerada infração de natureza grave.

10.1. Comunicado do artigo 133 da Lei nº 6.404/76

O artigo 133 da Lei nº 6.404/76 estabelece que os administradores devem comunicar, até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da AGO, por anúncios publicados na forma prevista no artigo 124 (vide item 10.3 a seguir), que se acham à disposição dos acionistas os documentos abaixo indicados, devendo ser especificado nos anúncios o local ou locais onde os acionistas poderão obter cópias desses documentos:

I - o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;

II - a cópia das demonstrações financeiras;

III - o parecer dos auditores independentes, se houver;

IV - o parecer do conselho fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver; e

V - demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia.

Até no mínimo 5 (cinco) dias antes da data marcada para a realização da AGO, a companhia deverá publicar os documentos citados nos itens I a III acima (parágrafo 3º do artigo 133). Destaca-se que, independentemente dessa publicação, o caput do artigo 133 da Lei nº 6.404/76 exige que os documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia da AGO sejam postos à disposição dos acionistas, na sede da companhia, **até um mês antes da data marcada para a realização da assembleia (30 dias)**.

A AGO que reúna a totalidade dos acionistas poderá considerar sanada a falta de publicação **dos anúncios** ou a inobservância dos prazos referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, mas é obrigatória, contudo, a publicação dos documentos antes da realização da assembleia (parágrafo 4º do artigo 133).

A publicação **dos anúncios** previstos no artigo 133 é dispensada quando os documentos citados nos itens I a III acima forem publicados até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da AGO (parágrafo 5º do artigo 133).

10.2. Proposta da administração para AGO

10.2.1. Emissores registrados na Categoria A

Quanto aos documentos e informações mínimas que deverão ser disponibilizadas aos acionistas quando da convocação da AGO, as companhias abertas **registradas na categoria A** deverão atentar para as disposições da Instrução CVM nº 481/09 – que se aplica exclusivamente a companhias abertas que possuam ações admitidas à negociação em mercados regulamentados –, especialmente no que diz respeito ao disposto nos artigos 8º a 21 dessa Instrução.

Cabe destacar que, independentemente da publicação prevista no parágrafo 3º do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, o *caput* do mesmo exige que os documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia da AGO sejam

postos à disposição dos acionistas, na sede da companhia, **até um mês antes da data marcada para a realização da AGO (30 dias)**, sendo também exigido pelo artigo 9º da Instrução CVM nº 481/09, para os **emissores registrados na categoria A**, que, nessa data, os seguintes documentos e informações estejam disponíveis na página da CVM na Internet:

I. Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo (incluído nas Demonstrações Financeiras e no formulário DFP);

II. Cópia das demonstrações financeiras (encaminhadas pelo Sistema IPE – vide item 8);

III. Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência (“Comentários dos Diretores”) (enviado, pelo Sistema IPE, na categoria “Assembleia”, tipo “AGO” ou “AGO/E”, espécie “Proposta da Administração”, assunto “Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia”);

IV. Parecer dos auditores independentes (incluído nas Demonstrações Financeiras e no formulário DFP);

V. Parecer do conselho fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver (incluído nas Demonstrações Financeiras, bem como encaminhado pelo Sistema IPE por força do inciso VI do artigo 30 da Instrução CVM nº 480/09, na categoria “Reunião da Administração”, tipo “Conselho Fiscal”, espécie “Ata”, assunto “Parecer acerca das Demonstrações Financeiras”);

VI. Formulário DFP (encaminhado pelo Sistema Empresas.Net – vide item 9.3);

VII. Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução (encaminhada pelo Sistema IPE pela categoria “Assembleia”, tipo “AGO” ou “AGO/E”, espécie “Proposta da administração”, assunto “Destinação dos Resultados”); e

VIII. Parecer do comitê de auditoria, se houver (encaminhada pelo Sistema IPE pela categoria “Reunião da Administração”, tipo “Comitê de Auditoria”, espécie “Ata”, assunto “Parecer acerca das Demonstrações Financeiras”).

Ressalte-se que a proposta da administração para destinação do lucro líquido, deverá conter, no mínimo, as informações exigidas no Anexo 9-1-II da **Instrução CVM nº 481/09**, não devendo se restringir à enumeração dos itens a serem submetidos à deliberação assemblear, uma vez que tal procedimento a tornaria uma mera repetição de informações já contidas no Edital de Convocação.

Conforme decisão do Colegiado de 27/09/2011 (Processo CVM RJ2010-14687), **as companhias que tenham apurado prejuízo no exercício** ficam dispensadas da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

O inciso V do artigo 133 da Lei n.º 6.404/1976 estabelece que a companhia deve colocar à disposição dos acionistas, na sede da companhia, **até um mês antes da data marcada para a realização da AGO (30 dias)**, além dos documentos indicados na Lei, os **demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia**. O parágrafo único do artigo 6º da Instrução CVM nº 481/09, por sua vez, determina que os documentos e

informações nela exigidos deverão ser disponibilizados aos acionistas até a data da publicação do primeiro anúncio de convocação, **exceto se a Lei nº 6.404/76**, a Instrução ou outra norma da CVM **estabelecer prazo maior**.

Em função disso, alertamos os emissores que, caso a eleição de administradores ou membros do conselho fiscal ou a fixação de sua remuneração forem incluídas na ordem do dia da AGO, **o emissor registrado na categoria A** deverá fornecer, no mínimo, os documentos e informações requeridos pelos artigos 10 e 12 da Instrução CVM nº 481/09 no prazo de 1 (um) mês antes da data prevista para a realização do conclave.

Tais informações devem ser incluídas na proposta da administração, que deverá ser encaminhada pelo Sistema IPE, categoria "Assembleia", tipo "AGO" ou "AGO/E", espécie "Proposta da administração", assunto "Eleição de membros dos Conselhos de Administração e Fiscal" ou "Remuneração dos administradores e conselheiros".

De forma a permitir uma melhor compreensão pelos investidores da proposta de remuneração (inciso I do artigo 12 da Instrução CVM nº 481/09) e subsidiar a decisão a ser por eles tomada, orientamos que os emissores incluam, na proposta de remuneração, informações sobre:

- a) período a que se refere a proposta de remuneração (por exemplo, se da AGO atual até a próxima);
- b) valores aprovados na proposta anterior e valores efetivamente realizados, esclarecendo o motivo das eventuais diferenças; e
- c) eventuais diferenças entre os valores da proposta atual e da proposta anterior e os constantes do item 13 do Formulário de Referência da companhia, esclarecendo, por exemplo, se são decorrentes da não correspondência entre o período coberto pelas propostas (letra "a") e o período coberto pelo Formulário de Referência (exercício social).

Os documentos disponibilizados aos acionistas deverão conter as informações necessárias à compreensão das matérias a serem discutidas na assembleia. Como previsto na Instrução CVM nº 481/09, as informações e documentos fornecidos aos acionistas devem ser verdadeiros, completos e consistentes, redigidos em linguagem clara, objetiva e concisa e não devem induzir os investidores a erro.

Para facilitar a leitura pelos usuários, recomenda-se que o documento com a Proposta da Administração contenha índice.

Caso seja necessária a reapresentação da Proposta da Administração de forma espontânea ou por exigência, a Companhia deve insirir no corpo do documento seção contendo os "Motivos da Reapresentação" descrevendo os itens que foram reapresentados e indicando as páginas alteradas.

Sempre que houver necessidade da reapresentação da Proposta da Administração em decorrência do cumprimento de exigências da CVM ou de forma espontânea, a Companhia deverá enviar "Comunicado ao Mercado" para o "Sistema IPE", informando do reenvio da proposta. No caso do cumprimento de exigência, deverá ser feita referência ao ofício emitido.

10.2.2. Emissores registrados na Categoria B

Assim, embora a Instrução CVM nº 481/09 não se aplique às companhias abertas registradas na categoria B, cumpre alertar que esses emissores estão obrigados, nos termos do artigo 133, inciso V, da Lei nº 6.404/76 e do artigo 21, inciso VIII, da Instrução nº 480/09, a enviar os demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia da assembleia (encaminhados pelo Sistema IPE, categoria "Assembleia", tipo "AGO" ou "AGO/E", espécie "Proposta da administração", escolhendo assuntos pertinentes conforme as orientações prestadas no item 10.2.1. acima).

A proposta da administração para a AGO deverá ser entregue em **até um mês antes da data marcada para a realização da assembleia (30 dias)**.

Os documentos disponibilizados aos acionistas deverão conter as informações necessárias à compreensão das matérias a serem discutidas na assembleia. Como previsto na Instrução CVM nº 480/09, as informações e documentos fornecidos aos acionistas devem ser verdadeiros, completos e consistentes, redigidos em linguagem clara, objetiva e concisa e não devem induzir os investidores a erro.

Caso a AGO também seja convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal ou para fixar a remuneração dos administradores, **os emissores registrados na categoria B** devem fornecer informações suficientes para que os acionistas possam conhecer os candidatos indicados para eleição. Tais informações devem ser incluídas na proposta da administração, que deverá ser encaminhada pelo Sistema IPE, categoria "Assembleia", tipo "AGO" ou "AGO/E", espécie "Proposta da administração", assunto "Eleição de membros dos Conselhos de Administração e Fiscal" ou "Remuneração dos administradores e conselheiros".

Para facilitar a leitura pelos usuários, recomenda-se que o documento com a Proposta da Administração contenha índice.

Caso seja necessária a reapresentação da Proposta da Administração de forma espontânea ou por exigência, recomenda-se que a Companhia insira no corpo do documento seção contendo os "Motivos da Reapresentação" descrevendo os itens que foram reapresentados e indicando as páginas alteradas.

Sempre que houver necessidade da reapresentação da Proposta da Administração em decorrência do cumprimento de exigências da CVM ou de forma espontânea, a Companhia deverá enviar "Comunicado ao Mercado" para o "Sistema IPE", informando do reenvio da proposta. No caso do cumprimento de exigência, deverá ser feita referência ao ofício emitido.

10.3. Edital de convocação de AGO

Nos termos do inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01, a convocação de assembleia geral de companhia aberta far-se-á mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria, sendo o prazo de antecedência da primeira convocação de 15 (quinze) dias e o da segunda convocação, de 8 (oito) dias.

Na hipótese de não instalação da AGO em primeira convocação, deverá ocorrer nova convocação por meio da publicação de novo edital que deverá informar, além da ordem do dia, o local, a data e a hora em que a assembleia será realizada em segunda convocação. A referida assembleia não poderá ser realizada, em segunda convocação, em prazo inferior a 8 (oito) dias, contados da data em que foi publicado o segundo edital (inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76).

Os editais de convocação de AGO e AGO/E de **emissores registrados tanto na categoria A quanto na categoria B** devem enumerar, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas, sendo vedada a utilização da rubrica "assuntos gerais" para matérias que dependam de deliberação assemblear.

No caso de assembleias destinadas à eleição de membros para o Conselho de Administração, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção de voto múltiplo, nos termos do artigo 141, da Lei nº 6.404/76, deverá constar, obrigatoriamente, do edital de convocação, tal como determinado no artigo 4º da Instrução CVM nº 481/09 e no artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91.

Cópia do **edital de convocação da assembleia geral ordinária** deverá ser encaminhada à CVM, por meio do Sistema IPE, categoria "Assembleia", tipos "AGO" ou "AGO/E", espécie "Edital de Convocação", no mesmo dia de sua publicação pela imprensa, conforme o inciso VII do artigo 21 da Instrução CVM nº 480/09.

Lembramos, por fim, que a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterou dispositivos da Lei nº 6.404/76, que passou a prever no parágrafo único do artigo 121 que, nas companhias abertas, o acionista poderá participar e votar à distância em assembleia geral, nos termos da regulamentação da CVM.

Embora a referida regulamentação ainda não tenha sido emitida, ressalta-se que a CVM já manifestou à imprensa que não há impedimento a que as companhias realizem assembleia em que se faça uso do voto à distância. Para tanto, orienta-se que as companhias assegurem-se de que os meios escolhidos para conferir o voto à distância: (a) sejam disponibilizados a todos os acionistas; (b) preservem a segurança das votações, inclusive possibilitando a verificação da qualidade de acionista das pessoas que exercerão o direito de voto; e (c) garantam a possibilidade de posterior verificação da forma como cada acionista votou.

10.4. Sumário e ata da AGO

Segundo o disposto nos incisos IX e X do artigo 21 da Instrução CVM nº 480/09, deverão ser enviados, pelo Sistema IPE, os sumários de decisões da assembleia geral ordinária, no mesmo dia de sua realização, pela categoria "Assembleia", tipos "AGO" ou "AGO/E", espécie "Sumário das Decisões", bem como as atas das AGO's, em até 7 (sete) dias úteis de sua realização, com indicação das datas e jornais de sua publicação pela categoria "Assembleia", tipos "AGO" ou "AGO/E", espécie "Ata".

Nesse sentido, cabe observar que o sumário das decisões tomadas na assembleia (previsto no inciso IX do artigo 21 da Instrução CVM nº 480/09) não se confunde com a ata da AGO (prevista no inciso X do artigo 21 da Instrução CVM nº 480/09), que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76, pode ser lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos.

Assim sendo, o sumário previsto no inciso IX do artigo 21 da Instrução CVM nº 480/09 trata apenas do resultado das deliberações da assembleia.

Destaca-se que a Instrução CVM nº 480/09 dispensa a entrega do sumário das decisões ao emissor que entregar a ata da assembleia geral no mesmo dia de sua realização, como previsto no parágrafo 2º do artigo 30 e no parágrafo único do artigo 31. Para a utilização dessa faculdade é necessário, entretanto, que o emissor encaminhe a ata da assembleia geral completa.

Nesse sentido, destacamos que a ata da AGO deve ser acompanhada, no mesmo arquivo, dos eventuais pareceres e manifestações de votos dissidentes, bem como de todos os documentos nela referenciados e relacionados às deliberações da assembleia, tais como contratos.

Sempre que possível, as atas de AGO arquivadas na CVM devem conter também a lista de presença, com qualificação dos acionistas, discriminação da quantidade, espécie e classe de ações detidas por cada um.

11. REPRESENTAÇÃO DE ACIONISTA EM ASSEMBLEIA

O parágrafo 1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/76 estabelece que o acionista pode ser representado em assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, sendo que, na companhia aberta, o procurador poderá, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

A Instrução CVM nº 481/09 dispõe, em seu artigo 5º, que o anúncio de convocação deve listar os documentos exigidos para que os acionistas sejam admitidos à assembleia.

A Instrução permite à companhia solicitar o depósito prévio dos documentos mencionados no anúncio de convocação, caso o estatuto contenha disposição a respeito do assunto, mas determina que o acionista que comparecer à assembleia munido dos documentos exigidos poderá dela participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

Desse modo, o **impedimento de participação** em assembleia do representante de acionista que tenha deixado de adotar o procedimento de entrega antecipada do instrumento de mandato conforme estabelecido pela companhia **configura infração à Lei nº 6.404/76 e ao artigo 5º da Instrução CVM nº 481/09**.

Ressalta-se ainda que, em reunião realizada em 24/06/2008 (disponível na página da CVM), o Colegiado da CVM emitiu entendimento no sentido de que, embora a Lei nº 6.404/76 condicione a representação dos acionistas à apresentação de procuração, nem o Código Civil nem a Lei das S.A. exigem o reconhecimento de firma ou a consularização das procurações. Desse modo, a companhia sempre poderá, a seu critério, dispensar o reconhecimento de firma e a consularização dos instrumentos de procuração outorgados pelos acionistas a seus representantes.

O Colegiado entendeu também que nada obsta que as procurações possam ser outorgadas por meio eletrônico, dado, inclusive, que a Medida Provisória 2200-2/01 expressamente reconhece a validade jurídica dos documentos assinados por meio eletrônico. De acordo com a decisão, pode-se utilizar para esta finalidade qualquer mecanismo que assegure a autoria e a integridade das procurações por meio eletrônico e seja admitido como válido pelas partes envolvidas, notadamente a companhia.

12. PEDIDOS PÚBLICOS DE PROCURAÇÃO

A Instrução CVM nº 481/09, que regulamentou as informações e documentos que as companhias deverão divulgar para instruir o exercício do direito de voto dos seus acionistas

em assembleia, estabeleceu também normas para disciplinar os pedidos públicos de procuração para exercício do direito de voto.

Para os fins da Instrução CVM nº 481/09, são considerados pedidos públicos de procuração:

I. Os pedidos que empreguem meios públicos de comunicação, tais como a televisão, o rádio, revistas, jornais e páginas na rede mundial de computadores;

II. Os pedidos dirigidos a mais de 5 (cinco) acionistas, quando promovidos, direta ou indiretamente, pela administração ou por acionista controlador; e

III. Os pedidos dirigidos a mais de 10 (dez) acionistas, quando promovidos por qualquer outra pessoa.

Os pedidos de procuração que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses acima serão considerados pedidos privados, não sujeitos aos procedimentos previstos na referida instrução.

Ressalta-se que os fundos de investimento cujas decisões sobre exercício do direito de voto em assembleia sejam tomadas discricionariamente pelo mesmo gestor são considerados como um único acionista, nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

De acordo com o novo regulamento, qualquer pedido público de procuração para exercício do direito de voto **deverá ser enviado a todos os acionistas com direito a voto na assembleia objeto**.

A cópia da minuta de procuração e as demais informações exigidas no artigo 23 da Instrução, incluindo a identificação das pessoas físicas ou jurídicas que promoveram, organizaram ou custearam o pedido de procuração, ainda que parcialmente, deverão ser encaminhadas à CVM, na data de início da realização do pedido, por meio do Sistema IPE, categoria "Assembleia", tipo "AGO", "AGO/E", "AGE" ou "AGESP", conforme o caso, espécie "Material referente a pedidos públicos de procuração".

Para que esta obrigação possa ser cumprida, os acionistas interessados deverão encaminhar o pedido público de procuração, acompanhado de todas as informações exigidas no artigo 23 da Instrução CVM nº 481/09, ao diretor de relações com investidores até o dia útil anterior à data de início da realização do pedido (artigo 26, parágrafo 1º, da mesma Instrução).

Em linha com o disposto na Lei nº 6.404/76, a Instrução CVM nº 481/09 determina que as procurações objeto de pedido público deverão:

I. Indicar um procurador para votar a favor, um procurador para se abster e outro procurador para votar contra cada uma das propostas objeto do pedido;

II. Indicar expressamente a forma como o procurador deve votar em relação a cada uma das propostas ou, se for o caso, se ele deverá se abster em relação a tais propostas; e

III. Restringir-se a uma única assembleia.

Quando o pedido público de procuração for realizado pela companhia, a administração deverá comunicar ao mercado sua intenção de realizar o pedido até 10 (dez) dias úteis antes do início da campanha, indicando as matérias para as quais as procurações serão solicitadas.

O objetivo desta regra é possibilitar que os acionistas da companhia tenham tempo suficiente para se organizar antes da assembleia geral.

Nesse sentido, a norma estipula que as procurações objeto de pedido público promovido pela administração referentes à eleição de administradores e membros do conselho fiscal devem facultar ao acionista votar tanto nos candidatos indicados pela administração, como em candidatos indicados por acionistas representando, no mínimo, 0,5% (meio por cento) do capital social.

Os acionistas que representem pelo menos 0,5% (meio por cento) do capital social da companhia aberta poderão ainda obter lista contendo os endereços de todos os demais acionistas da companhia, sem custo (vide item 20 a seguir).

No que se refere aos encargos relativos ao pedido público de procuração, a Instrução CVM nº 481/09 estabelece, em seu artigo 32, que os pedidos promovidos pela administração poderão ser custeados pela companhia. No caso dos pedidos formulados por acionistas representando, no mínimo, 0,5% (meio por cento) do capital social, a norma prevê que serão reembolsáveis apenas as despesas decorrentes da:

I. Publicação de até 3 (três) anúncios no mesmo jornal em que a companhia publica suas demonstrações financeiras; e

II. Impressão e envio dos pedidos de procuração aos acionistas da companhia.

Caso a proposta apoiada pelos acionistas seja aprovada ou pelo menos um dos candidatos por eles apoiados seja eleito, a companhia deverá arcar com o valor total das despesas reembolsáveis incorridas. Por outro lado, caso a proposta dos acionistas não seja aceita ou os candidatos por eles apoiados não sejam eleitos, a companhia estará obrigada a ressarcir apenas 50% (cinquenta por cento) das despesas reembolsáveis.

O ressarcimento deverá ser feito em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do requerimento formulado à companhia, que deverá estar acompanhado de todos os documentos comprobatórios das despesas reembolsáveis incorridas.

Ressalta-se que a companhia que aceitar procurações eletrônicas por meio de sistema na rede mundial de computadores **não estará obrigada** a ressarcir os acionistas das despesas incorridas com a realização de pedidos públicos de procuração para exercício do direito de voto (vide decisão do Colegiado de 24/06/2008, comentada no item 11 acima).

13. RELATÓRIO E COMUNICAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A Lei nº 6.404/76 determina, nas alíneas "b" e "c" do parágrafo 1º do artigo 68, que os agentes fiduciários devem, respectivamente:

I. Anualmente, elaborar e colocar à disposição dos debenturistas, dentro de 4 (quatro) meses do encerramento do exercício social da companhia, relatório informando os fatos relevantes ocorridos durante o exercício, relativos à execução das obrigações assumidas pela companhia, aos bens garantidores das debêntures e à constituição e aplicação do fundo de amortização, se houver, devendo constar no relatório, ainda, declaração do agente sobre sua aptidão para continuar no exercício da função;

II. Notificar os debenturistas, no prazo máximo de 60 (sessenta dias), de qualquer inadimplemento, pela companhia, de obrigações assumidas na escritura de emissão.

Desse modo, cabe aos **emissores de debêntures admitidas à negociação em mercados regulamentados no Brasil encaminhar** o relatório previsto no inciso XI do artigo 21 da Instrução CVM nº 480/09, via Sistema IPE, por meio da categoria "Dados Econômico- Financeiros", tipo "Relatório de Agente Fiduciário", em até 4 (quatro) meses do encerramento do exercício social ou no mesmo dia de sua divulgação pelo agente fiduciário, o que ocorrer primeiro.

Além disso, sem prejuízo do disposto no artigo 3º da Instrução CVM nº 358/02, as comunicações do agente fiduciário elaboradas em cumprimento ao artigo 68, parágrafo 1º, alínea "c" da Lei nº 6.404/76 devem ser encaminhadas pelos emissores à CVM, imediatamente após o recebimento da notificação enviada pelo agente fiduciário, por meio do Sistema IPE, categoria "Dados Econômico-Financeiros", tipo "Notificação do agente fiduciário aos debenturistas", conforme previsto nos artigos 30, inciso XX, e artigo 31, inciso IX, ambos da Instrução CVM nº 480/09.

14. PRINCIPAIS INFORMAÇÕES EVENTUAIS

14.1. Ato e fato relevante

Segundo o artigo 3º da Instrução CVM nº 358/02, cumpre ao Diretor de Relações com Investidores (DRI) divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios (definido no artigo 2º da referida Instrução), bem como garantir sua ampla e **imediate disseminação, simultaneamente**, em todos os mercados em que tais valores mobiliários estejam admitidos à negociação.

O artigo 30, inciso X, e o artigo 31, inciso VI, da **Instrução CVM nº 480/09** determinam por sua vez que os emissores deverão encaminhar à CVM, por meio do Sistema IPE, as comunicações relativas a ato ou fato relevante.

Seguindo a orientação exarada no artigo 5º da mencionada Instrução, a divulgação do ato ou fato relevante deve ser feita, **sempre que possível**, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação.

Caso os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, tenham conhecimento pessoal de ato ou fato relevante e constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, inclusive na hipótese do parágrafo único do artigo 6º da Instrução CVM nº 358/02, somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM.

Ressalte-se que, nos termos do artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, os administradores da companhia aberta são obrigados a comunicar **imediateamente** à bolsa de valores e a divulgar pela imprensa qualquer deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da companhia, ou fato relevante ocorrido nos seus negócios, que possa influir, de modo ponderável, na decisão dos investidores do mercado de vender ou comprar valores mobiliários emitidos pela companhia.

Excepcionalmente, segundo o caput do artigo 6º da Instrução CVM nº 358/02, os atos ou fatos relevantes podem deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua divulgação porá em risco interesse legítimo da companhia. Nesse caso, essas pessoas ficam obrigadas a, diretamente ou através do DRI, divulgar **imediateamente** o ato ou fato relevante, na hipótese da informação escapar do controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da companhia aberta ou a eles referenciados, **não obstante o disposto no caput do artigo 5º da Instrução CVM nº 358/02**.

Nesses casos, deve-se avaliar a necessidade de se solicitar a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da companhias, conforme previsto no parágrafo 2º do artigo 5º da Instrução CVM nº 358/02.

De acordo com o artigo 4º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 358/02, caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da companhia aberta ou a eles referenciados, "o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas no mercado".

Assim sendo, nos casos em que se identifiquem falhas na divulgação de ato ou fato relevante, sem prejuízo da investigação de eventual utilização de informação privilegiada, o Diretor de Relações com Investidores, bem como os acionistas controladores, demais diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, estão sujeitos à apuração de responsabilidade pela eventual infração aos citados artigos 3º, 4º e 6º da Instrução CVM nº 358/02 e aos artigos 155, parágrafo 1º, e 157, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76, conforme o caso.

A decisão quanto à divulgação de atos ou fatos relevantes é da competência da própria administração da companhia, cabendo à CVM zelar pela qualidade das informações levadas a mercado, privilegiando a transparência (*full disclosure*) e coibindo a assimetria de informações.

Nesse sentido, cabe alertar que compete aos administradores e acionistas controladores, além das demais pessoas indicadas no parágrafo 1º do artigo 3º da Instrução CVM nº 358/02, avaliar a necessidade de divulgação de sentenças proferidas no âmbito de processos, inclusive arbitrais, de que tenham conhecimento, quando essas puderem se caracterizar como informação relevante, capaz de afetar as decisões dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários emitidos pela companhia.

As informações objeto de divulgação deverão estar expressas em linguagem clara e objetiva, eximindo-se a companhia de emitir juízo de valor, sobretudo, no que diz respeito ao andamento de disputas judiciais e decisões nelas proferidas, as quais devem refletir o exato teor de tais decisões.

A legislação societária não impede que informações relevantes sejam veiculadas e discutidas em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior. Contudo, zelando pelo tratamento equitativo de todos os participantes do mercado, e de forma a impedir, inclusive, a possibilidade de uso de informação privilegiada, ela exige que o fato relevante em questão seja divulgado, prévia ou simultaneamente à reunião, para todo o mercado, conforme determinado no parágrafo 3º do artigo 3º, da Instrução CVM nº 358/02.

Respalhada no artigo 3º, parágrafo 6º, e no artigo 4º da Instrução CVM nº 358/02, a CVM poderá determinar a divulgação, correção, aditamento ou republicação de informação sobre o ato ou fato relevante, bem como solicitar esclarecimentos adicionais sobre a sua divulgação.

No caso em que os acionistas controladores ou os administradores entenderem que a revelação do ato ou fato relevante pode colocar em risco interesse legítimo da Companhia, poderá ser dirigido ao Presidente da CVM requerimento de exceção à imediata divulgação, em envelope lacrado, no qual deve constar a palavra "Confidencial", conforme artigo 7º, parágrafo 1º, da Instrução CVM nº 358/02.

Em linha com a decisão emitida pelo Colegiado da CVM, em 22/08/2006, no julgamento do Processo CVM RJ/2006/1574 (disponível na página da CVM na Internet), alerta-se que a divulgação de atos ou fatos relevantes deverá se dar através de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela companhia, sendo, portanto, dispensável, nos termos do parágrafo 4º do artigo 3º da Instrução CVM nº 358/02, a publicação em órgão oficial da União ou Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia.

Cabe ressaltar que o envio do arquivo com o texto do ato ou fato relevante se dará por intermédio do Sistema IPE, categoria "Fato Relevante", no dia útil anterior ou no mesmo dia de sua divulgação pela imprensa, informando-se os respectivos locais e datas de publicação.

Alerta-se que, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM nº 358/02, configura infração grave, para os fins previstos no parágrafo 3º do artigo 11 da Lei nº 6.385/76, a transgressão às disposições contidas na referida Instrução.

14.1.1 Distinção entre Fato Relevante e Comunicado ao Mercado

A Instrução CVM nº 358/02 conceitua como ato ou fato relevante qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável:

- I. na cotação dos valores mobiliários de emissão da companhia aberta ou a eles referenciados;
- II. na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários;
- III. na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela companhia ou a eles referenciados.

De modo a garantir o amplo acesso do mercado às informações relevantes, a divulgação de ato ou fato relevante está submetida a uma formalidade específica: a divulgação imediata e publicação em jornal de grande circulação utilizado habitualmente pela companhia, além de ser encaminhado à CVM, às bolsas de valores ou às entidades do mercado de balcão em que a companhia aberta negocia os seus valores mobiliários. O encaminhamento à CVM e à bolsa se dá por meio do arquivamento da informação no Sistema IPE, na categoria "Fato Relevante".

O "Comunicado ao Mercado" e "Aviso aos Acionistas" são categorias que foram criadas no IPE para a divulgação, respectivamente:

- I. das comunicações previstas na Instrução CVM 358/02 (tal como o comunicado de aquisição ou de alienação de participações relevantes previsto no artigo 12, cuja publicação somente é exigida nas hipóteses previstas no parágrafo 5º desse artigo) ou de outras informações não caracterizadas como ato ou fato relevante, que a companhia entenda como úteis de serem divulgadas aos acionistas ou ao mercado (tal como o material divulgado em reuniões com analistas etc.). Também são arquivados nessa categoria, por exemplo, os esclarecimentos prestados pelas companhias sobre consultas formuladas pela CVM ou pela bolsa. Cabe ressaltar que para cada um desses casos há um "tipo" apropriado dentro da "categoria" escolhida, no Sistema IPE;

II. dos anúncios previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, cuja publicação é dispensada nas situações previstas na Lei, ou de outros avisos que a companhia entenda como úteis de serem divulgados aos acionistas, tal como aqueles relativos a procedimentos que devem ser adotados no pagamento de dividendos ou de juros sob capital próprio.

A distinção entre o ato ou fato relevante e o “Comunicado ao Mercado” ou o “Aviso aos Acionistas” está, portanto, no conteúdo da informação divulgada. Caso a companhia entenda que a informação tem o potencial de afetar as cotações ou decisões de investimento, ela deverá ser tratada internamente e divulgada da maneira exigida para as informações relevantes, que inclui a publicação em jornal.

Cabe esclarecer que não há exigência de que a publicação da informação relevante seja feita com a colocação de um título específico no documento, tal como “Fato Relevante” (como ocorre na divulgação das demonstrações financeiras ou de atas de reunião de órgãos da administração em que haja deliberação que se caracterize como ato ou fato relevante), muito embora seja útil e recomendável para a boa comunicação com os acionistas e o mercado que haja um indicativo da importância da informação divulgada.

14.2. Assembleia geral extraordinária – AGE e Assembleia Especial

14.2.1. Edital de convocação de AGE

Nos termos do inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01, a convocação de assembleia geral de companhia aberta far-se-á mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria, sendo o prazo de antecedência da primeira convocação de 15 (quinze) dias e o da segunda convocação, de 8 (oito) dias.

Na hipótese de não instalação da assembleia em primeira convocação, deverá ocorrer nova convocação por meio da publicação de novo edital que deverá informar, além da ordem do dia, o local, a data e a hora em que a assembleia será realizada em segunda convocação. A referida assembleia não poderá ser realizada, em segunda convocação, em prazo inferior a 8 (oito) dias, contados da data em que foi publicado o segundo edital (inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76).

Assim como no caso das AGOs, os editais de convocação de Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) de **emissores registrados tanto na categoria A quanto na categoria B** devem enumerar, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas, sendo vedada a utilização da rubrica “assuntos gerais” para matérias que dependam de deliberação assemblear.

No caso de assembleias destinadas à eleição de membros para o Conselho de Administração de **emissores registrados tanto na categoria A quanto na categoria B**, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção de voto múltiplo, nos termos do artigo 141, da Lei nº 6.404/76, deverá constar, obrigatoriamente, do edital de convocação, tal como determinado no artigo 4º da Instrução CVM nº 481/09 e no artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91.

Consoante o inciso I dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM nº 480/09, os emissores devem encaminhar, pelo Sistema IPE, categoria "Assembleia", tipo "AGE", "AGESP" ou "AGDEB", espécie "Edital de Convocação", os editais de convocação das assembleias extraordinárias, especiais e de debenturistas, cujas publicações seguem os moldes do artigo 124, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76.

Lembramos que Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterou dispositivos da Lei nº 6.404/74, que passou a prever no parágrafo único do artigo 121 que, nas companhias abertas, o acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral, nos termos da regulamentação da CVM.

Embora a referida regulamentação ainda não tenha sido emitida, ressalta-se que a CVM já manifestou à imprensa que não há impedimento a que as companhias realizem assembleia em que se faça uso do voto à distância. Para tanto, orienta-se que as companhias assegurem-se de que os meios escolhidos para conferir o voto à distância: (a) sejam disponibilizados a todos os acionistas; (b) preservem a segurança das votações, inclusive possibilitando a verificação da qualidade de acionista das pessoas que estão proferindo o voto; e (c) garantem a possibilidade de posterior verificação da forma como cada acionista votou.

14.2.2. Proposta da Administração – Categoria A

Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 135 da Lei nº 6.404/76 e no inciso II do artigo 30 da Instrução CVM nº 480/09, os documentos pertinentes à matéria a ser debatida na AGE deverão ser postos à disposição dos acionistas, na sede da companhia, por ocasião da publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia geral.

No caso dos emissores registrados na categoria A, cumpre alertar que a Instrução CVM nº 481/09 passou a dispor sobre os documentos e informações mínimas que deverão ser disponibilizadas aos acionistas sempre que a assembleia geral seja convocada para deliberar sobre determinadas matérias previstas na Instrução. Tais documentos e informações deverão ser encaminhados à CVM, pelo meio eletrônico adequado, até a data da publicação do primeiro anúncio de convocação, exceto quando a Lei nº 6.404/76, a Instrução CVM nº 481/09 ou outra norma editada pela CVM estabelecer prazo maior.

Assim, quando da convocação de assembleia geral, os emissores registrados na categoria A deverão atentar para as disposições da Instrução CVM nº 481/09, especialmente no que diz respeito ao disposto em seus artigos 8º a 21.

O encaminhamento dos documentos e informações exigidos nos artigos 8º e 10 a 21 para os **emissores registrados na categoria A** deve ser feito, pelo Sistema IPE, na forma abaixo especificada, por ocasião da publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia geral:

I. Informações previstas no artigo 8º da Instrução CVM nº 481/09, a serem incluídas na proposta da administração e enviados pela categoria "Assembleia", tipo "AGO/E", "AGE" ou "AGESP", espécie "Proposta da Administração", assunto "Matéria de interesse especial de parte relacionada";

II. Informações indicadas no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09, a serem enviadas pela categoria "Assembleia", tipo "AGO/E", "AGE", espécie "Proposta

da administração”, assunto “Eleição de membros dos Conselhos de Administração e Fiscal”;

III. Informações previstas no artigo 11 da Instrução CVM nº 481/09, a serem incluídas na proposta da administração e enviados pela categoria “Assembleia”, tipo “AGO/E”, “AGE” ou “AGESP”, espécie “Proposta da Administração”, assunto “Reforma estatutária”;

IV. Informações indicadas no artigo 12 da Instrução CVM nº 481/09 a serem enviadas pela categoria “Assembleia”, tipo “AGO/E”, “AGE”, espécie “Proposta da administração”, assunto “Remuneração dos administradores e conselheiros”;

V. Informações indicadas no artigo 13 da Instrução CVM nº 481/09, a serem enviadas pela categoria “Assembleia”, tipo “AGO/E”, “AGE”, espécie “Proposta da administração”, assunto “Plano de Remuneração baseado em ações”;

VI. Informações indicadas no artigo 14 da Instrução CVM nº 481/09, a serem enviadas pela categoria “Assembleia”, tipo “AGO/E”, “AGE”, espécie “Proposta da administração”, assunto “Aumento de Capital”, com exceção ao(s):

- a. Parecer do Conselho Fiscal em aumento de capital (Item 4 do Anexo 14 da Instrução CVM nº 481/09), a ser enviado pela categoria “Reunião da Administração”, tipo “Conselho Fiscal”, espécie “Ata”, assunto “Parecer sobre aumento de capital”;
- b. Laudos e estudos que subsidiarem a fixação do preço de emissão em aumento de capital (Item 5, letra “k”, do Anexo 14 da Instrução CVM nº 481/09) a serem enviados pela categoria “Dados Econômico-Financeiros”, tipo “Laudo de Avaliação”, assunto “Laudo utilizado em aumento de capital”;
- c. Laudo de avaliação de avaliação dos bens (Item 5, letra “s”, subitem “iii”, do Anexo 14 da Instrução CVM nº 481/09) a ser enviado pela categoria “Dados Econômico-Financeiros”, tipo “Laudo de Avaliação”, assunto “Laudo de avaliação de bens”.

VII. Informações indicadas no artigo 15 da Instrução CVM nº 481/09, a serem enviadas pela categoria “Assembleia”, tipo “AGO/E” ou “AGE”, espécie “Proposta da administração”, assunto “Emissão de debêntures” ou “Emissão de bônus de subscrição”;

VIII. Informações indicadas no artigo 16 da Instrução CVM nº 481/09, a serem enviadas pela categoria “Assembleia”, tipo “AGO/E”, “AGE”, espécie “Proposta da administração”, assunto “Redução de Capital”, com exceção ao Parecer do Conselho Fiscal em redução de capital (Item 3 do Anexo 16 da Instrução CVM nº 481/09), a ser enviado pela categoria “Reunião da Administração”, tipo “Conselho Fiscal”, espécie “Ata”, assunto “Parecer sobre redução de capital”;

IX. Informações indicadas no artigo 17 da Instrução CVM nº 481/09, a serem enviadas pela categoria “Assembleia”, tipo “AGO/E”, “AGE”, “AGESP”, espécie “Proposta da administração”, assunto “Criação de ações preferenciais ou alteração nas suas preferências, vantagens ou condições de resgate ou amortização”;

X. Informações indicadas no artigo 18 da Instrução CVM nº 481/09, a serem enviadas pela categoria “Assembleia”, tipo “AGO/E”, “AGE”, espécie “Proposta da administração”, assunto “Redução do dividendo obrigatório”;

XI. Informações indicadas no artigo 19 da Instrução CVM nº 481/09, a serem enviadas pela categoria "Assembleia", tipo "AGO/E", "AGE", espécie "Proposta da administração", assunto "Aquisição de controle de outra sociedade", com exceção aos estudos e laudos que subsidiaram a negociação do preço de aquisição do controle (Item 13 do Anexo 19 da Instrução CVM nº 481/09), a serem enviados pela categoria "Dados Econômico-Financeiros", tipo "Laudo de avaliação", assunto "Laudo utilizado em aquisição de controle";

XII. Informações indicadas no artigo 20 da Instrução CVM nº 481/09, a serem enviadas pela categoria "Assembleia", tipo "AGO/E", "AGE", espécie "Proposta da administração", assunto "Direito de Recesso", cabendo destacar que os laudos que servirem de base para o cálculo previsto no item 9, letra "a", do Anexo 20 da Instrução CVM nº 481/09 devem ser enviados pela categoria "Dados Econômico-Financeiros", tipo "Laudo de avaliação", assunto "Laudo com base no valor do patrimônio líquido a preços de mercado ou outro critério aceito pela CVM"; e

XIII. Informações indicadas no artigo 21 da Instrução CVM nº 481/09, a serem enviadas pela categoria "Assembleia", tipo "AGO/E", "AGE", espécie "Proposta da administração", assunto "Escolha de Avaliadores".

Mesmo nos casos em que a assembleia venha a tratar de mais de um dos assuntos relacionados na Instrução CVM nº 481/09, deverá ser encaminhado, pelo Sistema IPE, um único documento "Proposta de Administração" contendo os devidos anexos, fazendo menção, **no assunto**, aos respectivos itens da ordem do dia.

Ressalte-se que, mesmo quando os assuntos incluídos na ordem do dia da AGE não estiverem previstos na Instrução CVM nº 481/09, será necessária a apresentação de uma proposta com as informações e documentos necessários para a compreensão dos acionistas da matéria a ser deliberada na assembleia.

Ademais, em qualquer caso, a proposta da administração **não** deve se restringir à enumeração dos itens a serem submetidos à deliberação assemblear, uma vez que tal procedimento a tornaria uma mera repetição de informações já contidas no Edital de Convocação.

Os documentos deverão conter as informações necessárias à compreensão das matérias a serem discutidas na assembleia. Como previsto na Instrução CVM nº 480/09, as informações e documentos fornecidos aos acionistas devem ser verdadeiros, completos e consistentes, redigidos em linguagem clara, objetiva e concisa e não devem induzir os investidores a erro.

14.2.3. Proposta da Administração – Categoria B

Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 135 da Lei nº 6.404/76 e no inciso II do artigo 31 da Instrução CVM nº, os documentos pertinentes à matéria a ser debatida na AGE deverão ser postos à disposição dos acionistas, na sede da companhia, por ocasião da publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia geral.

Assim, ainda que a Instrução CVM nº 481/09 não se aplique aos **emissores registrados na categoria B**, esses deverão enviar, **na mesma data da publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia**, por força do disposto no parágrafo 3º do artigo 135 da Lei nº 6.404/76 e do inciso

II do artigo 31 da Instrução CVM nº 480/09, os documentos e informações necessárias ao exercício do direito de voto nas AGEs, inclusive aqueles que sejam expressamente exigidos pela Lei nº 6.404/76 ou por Instruções emitidas pela CVM.

O envio dos documentos e informações necessárias ao exercício do direito de voto deverá se dar por meio do Sistema IPE, categoria "Assembleia", tipo "AGO/E", "AGE" ou "AGESP", conforme o caso, espécie "Proposta da Administração", escolhendo assuntos pertinentes conforme as orientações prestadas no item 14.2.2. acima.

Ressalte-se que, mesmo nos casos em que a assembleia venha a tratar de mais de um assunto, deverá ser encaminhado, pelo Sistema IPE, um único documento "Proposta de Administração" contendo os devidos anexos, **fazendo menção, no assunto, aos respectivos itens da ordem do dia.**

Em qualquer caso, a proposta da administração **não** deve se restringir à enumeração dos itens a serem submetidos à deliberação assemblear, uma vez que tal procedimento a tornaria uma mera repetição de informações já contidas no Edital de Convocação.

Os documentos deverão conter as informações necessárias à compreensão das matérias a serem discutidas na assembleia. Como previsto na Instrução CVM nº480/09, as informações e documentos fornecidos aos acionistas devem ser verdadeiros, completos e consistentes, redigidos em linguagem clara, objetiva e concisa e não devem induzir os investidores a erro.

14.2.4. Sumário e ata da AGE

Os emissores registrados nas categorias A e B devem obrigatoriamente encaminhar, nos termos dos incisos III e IV dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM nº 480/09, os sumários das decisões, no mesmo dia da realização da assembleia, pelo Sistema IPE, categoria "Assembleia", tipos "AGE", "AGESP" ou "AGDEB", espécie "Sumário das Decisões", bem como as atas das assembleias, em até 7 (sete) dias úteis de sua realização, pelo Sistema IPE, categoria "Assembleia", tipos "AGE", "AGESP" ou "AGDEB", espécie "Ata".

Nesse sentido, cabe observar que o sumário das decisões tomadas na assembleia (prevista no inciso III dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM nº 480/09) **não** se confunde com a ata da AGE (prevista no inciso IV dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM nº 480/09), que, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei nº 6.404/76, pode ser lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos.

Assim sendo, o sumário previsto no inciso III dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM nº 480/09 trata apenas do resultado das deliberações da assembleia.

Destaca-se que a Instrução CVM nº 480/09 dispensa a entrega do sumário das decisões ao emissor que entregar a ata da assembleia geral no mesmo dia de sua realização, como previsto no parágrafo 2º do artigo 30 e do parágrafo único do artigo 31. Para a utilização dessa faculdade é necessário, entretanto, que o emissor encaminhe a ata da assembleia geral completa.

Nesse sentido, destacamos que a ata da AGO deve ser acompanhada, no mesmo arquivo, dos eventuais pareceres e manifestações de votos dissidentes, bem como de todos os documentos nela referenciados e relacionados às deliberações da assembleia, tais como contratos.

Sempre que possível, as atas de AGO arquivadas na CVM devem conter também a lista de presença, com qualificação dos acionistas, discriminação da quantidade, espécie e classe de ações detidas por cada um.

14.3. Acordo de acionistas

Sem prejuízo do disposto na Instrução CVM nº 358/02, a Instrução CVM nº 480/09 prevê que o emissor registrado na Categoria A deverá encaminhar à CVM, por meio do Sistema IPE:

- I. Acordos de acionistas e outros pactos societários arquivados no emissor, em até 7 (sete) dias úteis contados de seu arquivamento, categoria "Acordo de Acionistas";
- II. Informações sobre acordos de acionistas dos quais o controlador ou controladas e coligadas do controlador sejam parte, a respeito do exercício de direito de voto no emissor ou da transferência dos valores mobiliários do emissor, contendo, no mínimo, data de assinatura, prazo de vigência, partes e descrição das disposições relativas ao emissor, categoria "Informações sobre acordo de acionistas previstos no artigo 30, inciso XIX, da IN nº 480/09".

Ressalta-se que a alteração de suas cláusulas, sua extinção em função de termo ou condição resolutiva, ou a celebração de novo acordo de acionistas implica sua atualização junto à CVM.

14.4. Convenção de grupo de sociedades

De acordo com o inciso IX do artigo 30 da Instrução CVM nº 480/09, a sociedade controladora e suas controladas que constituírem, na forma do artigo 265 da Lei nº 6.404/76, grupos de sociedades, se obrigando a combinar recursos ou esforços para a realização dos respectivos objetos, ou a participar de atividades ou empreendimentos comuns, se encontram obrigadas a enviar cópia da convenção à CVM, pelo Sistema IPE, categoria "Convenção de Grupo de Sociedades", no prazo de até 7 (sete) dias úteis contados de sua assinatura.

Cabe ressaltar que a Lei nº 6.404/76, ao dispor sobre Grupos de Sociedade nos artigos 265 a 277 (Capítulo XXI), estipulou no parágrafo único do artigo 267 que somente os grupos organizados de acordo com o citado capítulo poderão usar designação com as palavras "grupo" ou "grupo de sociedade".

14.5. Pedidos e sentenças de falência

Sem prejuízo da divulgação de Fato Relevante acerca do requerimento ou confissão de falência, nos termos do artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, os emissores deverão apresentar à CVM, por meio do Sistema IPE, os seguintes documentos previstos no artigo 30, incisos XXVI e XXVII, e no artigo 31, incisos XVII e XVIII, da Instrução CVM nº 480/09, no mesmo dia de sua ciência pelo emissor:

- I. Pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, pela categoria "Pedidos de Falência";
- II. Sentença denegatória ou concessiva do pedido de falência, pela categoria "Sentença de Falência", assuntos "Sentença denegatória do pedido de falência" ou "Sentença concessiva do pedido de falência", conforme o caso.

Alerta-se que a decretação de falência é uma das hipóteses de atualização do Formulário de Referência, nos termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 24 da Instrução CVM nº 480/09 (vide item 9.2).

14.6. Pedidos e sentenças envolvendo recuperação judicial e extrajudicial

Sem prejuízo da divulgação de Fato Relevante acerca do requerimento ou decretação da recuperação judicial ou extrajudicial, nos termos do artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, os emissores deverão apresentar à CVM, pelo Sistema IPE, os seguintes documentos previstos no artigo 30, incisos XXI a XXV, e no artigo 31, incisos XII a XVI, da Instrução CVM nº 480/09, nos prazos assinalados:

I. Petição inicial de recuperação judicial, com todos os documentos que a instruem, no mesmo dia do protocolo em juízo, na categoria "Informações de Companhias em Recuperação Judicial ou Extrajudicial", tipo "Petição Inicial";

II. Plano de recuperação judicial, no mesmo dia do protocolo em juízo, na categoria "Informações de Companhias em Recuperação Judicial ou Extrajudicial", tipo "Plano de Recuperação";

III. Sentença denegatória ou concessiva do pedido de recuperação judicial, com a indicação, neste último caso, do administrador judicial nomeado pelo juiz, no mesmo dia de sua ciência pelo emissor, na categoria "Informações de Companhias em Recuperação Judicial ou Extrajudicial", tipo "Sentenças";

IV. Pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial, com as demonstrações contábeis levantadas especialmente para instruir o pedido, no mesmo dia do protocolo em juízo, na categoria "Informações de Companhias em Recuperação Judicial ou Extrajudicial", tipo "Pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial";

V. Sentença denegatória ou concessiva da homologação do plano de recuperação extrajudicial, no mesmo dia de sua ciência pelo emissor, na categoria "Informações de Companhias em Recuperação Judicial ou Extrajudicial", tipo "Sentenças".

Alerta-se que a decretação de recuperação judicial e a homologação judicial de recuperação extrajudicial são hipóteses de atualização do Formulário de Referência, nos termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 24 da Instrução CVM nº 480/09 (vide item 9.2).

14.7. Valores mobiliários de administradores e pessoas ligadas

Conforme previsto no artigo 11, *caput* e parágrafo 4º, da Instrução CVM nº358/02, os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas e consultivas, criados por disposição estatutária, ficam obrigados a comunicar à companhia aberta (Diretor de Relações com Investidores) a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de sua emissão e de sociedades controladas ou controladoras, ou a ele referenciados, de que sejam titulares:

I. No prazo de 5 (cinco) dias após a realização de cada negócio;

II. No primeiro dia útil após a investidura no cargo; e

III. Quando da apresentação da documentação para o registro da companhia como aberta.

Consoante o disposto no parágrafo 2º do artigo 11, as pessoas naturais mencionadas nesse artigo indicarão, ainda, os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual não estejam separados judicialmente, de companheiro(a), de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente.

O Diretor de Relações com Investidores deverá enviar, nos termos do parágrafo 5º do artigo 11 da Instrução CVM nº358/02, as informações objeto do citado artigo, mensalmente à CVM, até 10 (dez) dias após o término de cada mês em que se verificarem alterações das posições detidas ou do mês em que ocorrer a investidura no cargo das pessoas citadas.

Tais informações devem ser encaminhadas pelo Sistema IPE, categoria "Valores Mobiliários Negociados e detidos (artigo 11 da Instr. CVM nº358)", tipo "Posição Consolidada" e "Posição Individual", cabendo destacar que os modelos de formulários para preenchimento encontram-se disponíveis na página da CVM na Internet, no link "Envio de documentos", "Padrões de Arquivos XML e outros".

Com o objetivo de se ter uma informação completa e confiável, solicita-se que as Companhias enviem **voluntariamente** os formulários, **mesmo nos meses em que não tenham sido verificadas movimentações ou alterações nas posições dos administradores e pessoas ligadas**. Nesse caso, os formulários devem ser preenchidos com a informação de que, naquele período, não houve negociação com valores mobiliários da companhia, de sua controlada, de sua controladora ou de sua coligada, repetindo-se os valores do saldo inicial no saldo final.

Deve-se ressaltar que essa norma visa à divulgação de todas as movimentações efetuadas por administradores e pessoas ligadas, com valores mobiliários de emissão da Companhia e de suas sociedades controladas ou controladoras. Desse modo, qualquer negócio realizado pelas pessoas mencionadas deve ser reportado ao diretor de relações com investidores e resultará na obrigatoriedade do envio à CVM do Formulário previsto no parágrafo 6º do artigo 11 da Instrução CVM nº358/02 no prazo de 10 dias após o término do mês em que se verificar tal movimentação, independentemente de modificação do saldo final.

As informações devem ser encaminhadas em apenas dois arquivos, sendo que um deve conter os formulários das posições individuais detidas pelos administradores e pessoas ligadas e o outro, a posição consolidada de cada órgão (diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e órgãos técnicos ou consultivos), sendo que somente as posições consolidadas ficarão disponíveis ao público externo no Sistema IPE.

14.8. Participação acionária relevante

Por força do artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02, qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse que venha a adquirir ou alienar participação relevante em espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, se encontra obrigada a, **imediatamente após a operação**, comunicar à Companhia a alteração em sua participação.

De acordo com a redação do artigo 12 da mencionada Instrução, nota-se que a participação relevante deve ser computada de forma específica em relação à classe

ou à espécie de ações, de modo a qualificar a participação, permitindo a identificação de direitos a ela atribuídos.

Ressalte-se também que, nos termos do artigo 20 da Instrução nº 358/02, a obrigação de comunicação aqui comentada:

I. Aplica-se tanto às negociações realizadas em bolsa de valores e em mercado de balcão, organizado ou não, quanto às realizadas sem a interveniência de instituição integrante do sistema de distribuição no Brasil e no exterior; e

II. Estende-se às negociações realizadas direta ou indiretamente pelas pessoas referidas no artigo 12 da referida norma, quer tais negociações se dêem através de sociedade controlada, quer através de terceiros com quem for mantido contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações.

Alerte-se, ainda, que **não** são consideradas negociações indiretas aquelas realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas as pessoas mencionadas no artigo 12, desde que tais fundos **não** sejam exclusivos, nem as decisões de negociação do administrador possam ser influenciadas pelos cotistas, conforme disposto no artigo 20, parágrafo único, da Instrução CVM nº358/02.

14.8.1. Destinatário da obrigação

Nos termos do artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02, incumbe ao adquirente ou alienante de participação relevante a obrigação de enviar comunicado à companhia aberta, reportando a operação (vide itens 14.8.4 e 14.8.8).

Conforme disposto nesse artigo, o aumento ou redução na participação relevante pode se dar tanto por investidor individual como também por grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse.

De acordo com o artigo 20 da Instrução CVM nº358/02, a referida obrigação de informar se estende a negociações realizadas indiretamente por intermédio de "terceiros com quem for mantido contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações", ressalvadas, nos termos do parágrafo único do dispositivo, as negociações realizadas por fundos sob gestão discricionária.

Extrai-se do artigo 12 combinado com o artigo 20 da Instrução que a obrigação de encaminhar a informação à companhia aberta pertence ao investidor pessoa física ou jurídica, pois é ele quem, na qualidade de proprietário, figurará no registro de custódia das ações e de outros valores mobiliários da companhia aberta.

Mesmo nos casos em que as operações se dêem por meio de terceiros contratados, sejam eles administradores, gestores ou representantes de investidores não residentes, a obrigação de divulgação de informações previstas no artigo 12 permanece sendo do investidor, considerando a totalidade de suas negociações diretas e indiretas, cabendo, entretanto, atentar para as responsabilidades específicas dos administradores, gestores ou representantes de investidores não residentes comentadas nos itens 14.8.6 e 14.8.9.

14.8.2. Objeto da Participação Relevante

a) Ações

De acordo com o *caput* do artigo 12, o foco da obrigação de divulgação são as participações acionárias direta e indiretamente detidas no capital social da companhia aberta.

b) Debêntures conversíveis em ações, Bônus de subscrição, Direitos de subscrição de ações, Opções de compra de ações e outros

Conforme se verifica da leitura combinada do *caput* com os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02, a participação relevante refere-se também a quaisquer direitos sobre ações e demais valores mobiliários mencionados no mesmo artigo.

Para tanto, devem ser consideradas as debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição, direitos de subscrição de ações, opções de compra de ações e quaisquer outros valores mobiliários representativos ou passíveis de conversão em ações ou ainda quaisquer contratos que possam resultar no exercício de direitos que tenham como base ações de emissão de companhia aberta.

c) ADR, GDR e BDR

Os American Depositary Receipts – **ADRs**, Global Depositary Receipts – **GDRs**, e outros valores mobiliários de empresas brasileiras emitidos e/ou listados no exterior ao amparo da regulamentação estrangeira também devem ser considerados para fins da divulgação do artigo 12 da Instrução CVM nº358/02, na medida em que são títulos representativos de ações de companhias abertas brasileiras.

Esclarece-se que os **BDR's** também devem ser considerados para fins da divulgação prevista no artigo de que se trata, tendo em vista o disposto no artigo 21 da Instrução CVM nº 358/02, que impõe às empresas patrocinadoras de programas de BDR níveis II e III as regras da referida Instrução, desde que compatíveis com as disposições aplicáveis nos países onde foram emitidas as ações que servem como lastro de tais valores mobiliários.

Ressalte-se que no caso dos valores mobiliários mencionados nos parágrafos anteriores, as aquisições, movimentações e alienações passíveis de reporte em comunicado ao mercado são aquelas que correspondam a 5% ou mais da classe ou espécie de ação do emissor representada por meio desses títulos.

d) Empréstimo de ações

Cabe ressaltar que o investidor ou grupo de investidores que atinja, **ainda que por meio de propriedade de ações adquiridas por empréstimo**, participação correspondente a 5% (cinco por cento) ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital de companhia aberta, deve proceder à divulgação da Declaração prevista no artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02.

Do mesmo modo, as ações objeto de empréstimo devem ser consideradas no cálculo do aumento ou redução de participação relevante para fins do disposto no caput e nos parágrafos 1º e 4º do mesmo artigo.

Nesse sentido, as Declarações a que se refere o artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02 devem discriminar a parcela das ações detidas pelo investidor declarante que tenha sido adquirida ou alienada por meio de empréstimo de ações.

A obrigação de comunicar a participação relevante parcial ou integralmente composta por ações tomadas por empréstimo é aplicável independentemente do fim a que essas operações se proponham.

e) Participação Indireta

A participação indireta de que trata a Instrução CVM nº 358/02 refere-se àquela detida por meio de veículo que esteja sob controle ou influência decisiva do investidor, como ilustram os exemplos abaixo:

I. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo investidor;

II. fundo de investimento exclusivo, cujo único cotista seja o investidor;

III. fundo de investimento ou carteira em que as decisões do administrador possam ser influenciadas pelo investidor;

IV. pessoa com quem o investidor mantenha contrato de fidúcia.

Nos exemplos II, III e IV, de acordo com as regras mencionadas no item 14.8.1, é o investidor quem deve proceder à divulgação da Declaração prevista no artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02, tendo em vista o conjunto de ações por ele detidas direta e indiretamente.

Nas hipóteses em que a participação indireta se dá por meio de outras sociedades, como no exemplo I acima, a participação indireta somente deve ser levada em consideração, para fins de cumprimento do artigo 12 da Instrução 358, nos casos em que a participação relevante for atingida, aumentada ou reduzida por grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse (vide item 14.8.5).

Dessa forma, se um investidor X não detiver nenhuma outra participação acionária **direta ou indireta**, mas for acionista controlador da sociedade Y, que, por sua vez, atinge participação correspondente a 5% das ações ordinárias ou preferenciais da companhia aberta, é a sociedade Y quem deve proceder à divulgação da Declaração prevista no artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02, não estando o investidor X obrigado a realizar outra Declaração para divulgar sua participação indireta no capital da companhia aberta.

Por sua vez, caso o investidor X detenha participação direta na companhia aberta e seja, ainda, acionista controlador da sociedade Y, que também detém participação na companhia aberta, é o investidor X quem deve proceder à divulgação da Declaração prevista no artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02, caso o somatório dessas participações atinja 5% ou mais das ações ordinárias ou preferenciais da companhia aberta.

Como já comentado, note-se que **não** são consideradas negociações indiretas aquelas realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas as pessoas mencionadas no artigo 12, desde que tais fundos **não** sejam exclusivos, nem as decisões de negociação do administrador possam ser influenciadas pelos cotistas.

14.8.3. Cálculo do aumento ou redução de participação relevante

No que concerne ao **aumento** de participação acionária, a mencionada Instrução determinou a divulgação de declaração em duas ocasiões: (i) quando a participação total, direta e indireta, atingir 5% ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital de companhia aberta, ou seja, acrescer, perpassando a marca de 5% (artigo 12, *caput*); (ii) a cada vez que a referida participação do titular de 5% ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital de companhia aberta se elevar em 5% do total da espécie ou classe de ações, ou seja, sofrer variação positiva de 5% (artigo 12, parágrafo 1º).

Para ilustrar a incidência das situações mencionadas, suponha-se que um detentor de 4% (quatro por cento) de uma espécie de ações de companhia aberta adquira outros 2% (dois por cento) dessa mesma espécie, perfazendo o total de 6% (seis por cento) de participação acionária. Nesse caso, por força do *caput* do artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02, tal operação ensejará a divulgação de declaração de aquisição, na medida em que perpassou a marca de 5% (cinco por cento) de participação acionária.

Caso o investidor aumente essa participação de 6% (seis por cento), adquirindo, em um primeiro momento, 4% (quatro por cento) da mesma espécie, e, em um segundo momento, 2% (dois por cento) da mesma espécie, totalizando participação de 12% (doze por cento), somente se materializará a obrigação de divulgação de nova declaração de participação relevante, a partir da segunda aquisição, visto que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02, foi o momento em que se verificou a variação positiva de 5% (cinco por cento).

No que se refere às **diminuições** de participação acionária, a Instrução CVM nº 358/02 prescreveu a obrigação de divulgação de declaração em duas ocasiões: (i) quando a participação total, direta e indireta, do titular de 5% ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital de companhia aberta atingir o percentual de 5% do total desta espécie ou classe, ou seja, decrescer, perpassando a marca de 5% (artigo 12, parágrafo 4º, primeira parte); (ii) a cada vez que a referida participação do titular de 5% ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital de companhia aberta se reduzir em 5% do total da espécie ou classe, ou seja, sofrer variação negativa de 5% (artigo 12, parágrafo 4º, *in fine*).

Exemplificando, tem-se que o mesmo investidor acima mencionado, detentor de 12% (doze por cento) do total de uma espécie de ações de uma companhia aberta, que aliena 5% (cinco por cento) de sua participação, passando sua posição para 7% (sete por cento), terá a obrigação de divulgar a declaração, com fulcro no artigo 12, parágrafo 4º, *in fine*, em razão da variação negativa de 5% (cinco por cento) em sua participação.

Será demandada nova divulgação de declaração na hipótese de esse mesmo investidor, detentor de 7% (sete por cento) de uma espécie de ações de companhia aberta, alienar, pelo menos, 2% (dois por cento) de sua

participação acionária, atingindo a marca de 5% (cinco por cento) do total de ações dessa espécie, conforme disposto na primeira parte do artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02.

Alerta-se que a variação da participação acionária não está exclusivamente atrelada a uma única operação, sendo também aferida de forma cumulativa, e referindo-se à aquisição/alienação/extinção de ações e direitos sobre ações tanto na modalidade onerosa (compra e venda, permuta e empréstimo) como gratuita (doação).

14.8.4. Momento da divulgação

Nos termos do artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02, a comunicação do aumento ou redução de participação relevante deve ser feita imediatamente após ser alcançada a participação ali referida. Em regra, para que se observe o prazo estabelecido no referido artigo, a divulgação deve se dar no caso de aquisição de ações em bolsa de valores e em mercado de balcão, até o início do pregão seguinte ao da liquidação física da operação, sem prejuízo do disposto no artigo 3º da mesma instrução, nos casos em que o aumento de participação constitua Fato Relevante (vide item 14.8.7).

No caso em que se verifique a celebração de contratos que possam resultar no exercício de direitos que tenham como base ações que, considerando a participação já detida pelo investidor, venham a representar percentual relevante da espécie ou classe de ações de emissão de companhia aberta, a divulgação deve se dar no dia da celebração do contrato.

A comunicação de participação relevante em debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição, outros direitos de subscrição de ações e opções de compra de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações deverá ser promovida tanto no momento de sua aquisição quanto por ocasião de seu exercício ou conversão em ações ou, se for o caso, de sua alienação ou não-exercício.

14.8.5. Grupo de pessoas agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse

A obrigação de comunicação da variação de participação acionária relevante abrange não apenas os investidores individuais, como também o grupo de pessoas agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse. Com o objetivo de facilitar o entendimento acerca do conceito abrangido pela expressão "representando um mesmo interesse", seguem hipóteses exemplificativas de ligação entre acionistas:

- I. Vínculo em razão de parentesco, contrato ou acordo de acionistas que disponha sobre direito de voto;
- II. duas ou mais sociedades que estejam sob controle comum;
- II. sociedade e seu controlador direto ou indireto;
- III. fundo exclusivo e seu único cotista; e
- IV. hipóteses em que haja gestão discricionária comum de recursos.

Considerando o conceito de participação indireta (vide item 14.8.2.e) e ressalvado o disposto no parágrafo seguinte, caso a participação acionária relevante tenha sido alcançada por um conjunto de investidores agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse, a Declaração deve discriminá-los, um a um, com indicação das respectivas participações, mesmo se nenhum desses investidores detiver ou movimentar o percentual de 5% (cinco por cento) individualmente. Também deve identificar o(s) investidor(es) com participação indireta no capital social da companhia aberta e indicar a participação total detida, direta e indiretamente, por ele(s).

Caso a participação relevante seja alcançada por um conjunto de investidores sob gestão discricionária comum, a declaração a ser prestada pelo administrador deverá identificar o gestor e indicar a participação acionária total detida, em conjunto, pelos fundos e carteiras sob sua gestão. Não é obrigatório discriminar os fundos ou carteiras e as respectivas participações acionárias, conforme Decisão do Colegiado da CVM, em reunião extraordinária realizada em 11/03/2011.

Vale esclarecer que, nos termos da mesma Decisão, no caso de uma participação relevante ser atingida isoladamente por determinado fundo ou carteira sob gestão discricionária, a Declaração deve identificar o gestor e a participação acionária total detida, em conjunto, por todos os fundos ou carteiras sob sua gestão, não sendo obrigatório revelar o fundo detentor da participação relevante.

14.8.6. Responsabilidade do administrador ou gestor

Por força do parágrafo único do artigo 14 da Instrução CVM nº306, o administrador de carteira de valores mobiliários deve garantir, através de mecanismos de controle interno adequados, o permanente atendimento às normas e regulamentações vigentes, referentes às diversas alternativas e modalidades de investimento, à própria atividade de administração de carteira e aos padrões de conduta ética e profissional.

Sendo assim, na omissão do investidor quanto ao cumprimento do que determina o artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02, o administrador de carteiras de valores mobiliários ou o gestor de recursos poderá eventualmente ser responsabilizado administrativamente pela prestação de tais informações, com fulcro no artigo 14 da Instrução CVM nº 306/99, quando: (i) representar um mesmo interesse de seus clientes, sendo responsável direto e exclusivo pela operação; (ii) tiver ciência inequívoca acerca da efetiva possibilidade de estar atingindo participação acionária relevante; e (iii) puder exercer de forma discricionária o direito político de ações de uma companhia adquiridas para seus clientes.

14.8.7. Publicação na imprensa da declaração de aumento de participação

Em regra, o aumento de participação superior a 5% não necessita ser divulgado na imprensa.

Apenas nos casos em que a aquisição resulte ou que tenha sido efetuada com o objetivo de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da sociedade, bem como nos casos em que a aquisição gere a obrigação de realização de oferta pública, nos termos da Instrução CVM nº 361/02, o adquirente, além de enviar à Companhia a declaração acima mencionada,

deverá promover a sua publicação pela imprensa nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 358/02.

Os alienantes de participação acionária relevante, de acordo com o artigo 12, parágrafo 4º, do referido normativo, deverão informar a alienação ou extinção de suas ações de emissão de companhia aberta por meio do envio de "Declaração de Alienação de Participação Acionária Relevante" à Companhia.

As "Declarações de Aquisição de Participação Acionária Relevante", bem como as "Declarações de Alienação de Participação Acionária Relevante" deverão ser encaminhadas ao Diretor de Relações com Investidores da companhia aberta.

Assim que recebidas pela Companhia, o Diretor de Relações com Investidores deverá encaminhar as declarações pelo Sistema IPE, categoria "Comunicado ao Mercado", tipo "Aquisição/Alienação de Participação Acionária (artigo 12 da Instrução CVM nº 358)" e espécie "Declaração de alienação de participação acionária relevante – artigo 12, parágrafo 4º, da Instrução CVM nº358/02" ou "Declaração de aquisição de participação acionária relevante – artigo 12 da Instrução CVM nº358/02". No caso das declarações que tenham sido objeto de publicação, por força do parágrafo 5º do artigo 12 ou de forma espontânea, deverão ser informadas as datas e os jornais em que a publicação tiver sido efetivada.

O DRI deverá, igualmente, promover a necessária atualização das informações prestadas sobre o assunto no Formulário de Referência, nos termos dos parágrafos 3º, incisos V, VI e VII, e 4º, inciso III, do artigo 24 da Instrução CVM nº 480/09.

14.8.8. Conteúdo da declaração de aumento de participação

No caso dos adquirentes, a referida comunicação deve se dar por meio de "Declaração de Aquisição de Participação Acionária Relevante", que deve conter as seguintes informações:

- I. Nome e qualificação do adquirente, indicando o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;
- II. Objetivo da participação e quantidade visada, contendo, se for o caso, declaração do adquirente de que suas compras não objetivam alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da sociedade;
- III. Número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, já detidos, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada;
- IV. Número de debêntures conversíveis em ações, já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada, explicitando a quantidade de ações objeto da possível conversão, por espécie e classe; e
- V. Indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia.

Cabe ressaltar que, no caso de fundos e carteiras administradas, as informações previstas no item I acima devem se referir ao gestor, conforme disposto no item 14.8.5.

Na comunicação deve constar, ainda, a identificação dos veículos que levaram à aquisição relevante (vide 14.8.2."e").

14.8.9. Divulgação da declaração por investidor não residente

Nos termos dos artigos 12 e 21 da Instrução CVM nº 358/02, compete, em regra, ao acionista, independentemente de seu domicílio, a divulgação da declaração de aquisição ou alienação de participação acionária relevante, por meio do encaminhamento da informação à Companhia.

No caso do investidor não residente, compete ao seu representante legal, nos termos do inciso V, do artigo 5º da Resolução CMN nº 2.689/00, "comunicar imediatamente ao Banco Central do Brasil e à Comissão de Valores Mobiliários o cancelamento do contrato de representação a que se refere o inciso I deste artigo, bem como, observadas as respectivas competências, a ocorrência de qualquer irregularidade de seu conhecimento".

Nos casos em que se verifique a omissão do investidor não residente quanto ao cumprimento do que determina o artigo 12 da Instrução CVM nº358/02, seu representante legal poderá eventualmente ser responsabilizado administrativamente, com base no inciso V do artigo 5º da Resolução CMN nº 2.689/00.

14.9. Período de vedação à negociação

O artigo 13 da Instrução CVM nº 358/02 estabelece que, antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante, é vedada a negociação com valores mobiliários de emissão da companhia, ou a eles referenciados:

I. Pela própria companhia aberta, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante;

II. Por quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados.

III. Pelos administradores que se afastem da administração da companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, estendendo-se a vedação pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

A vedação à negociação também prevalecerá quando existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

As vedações acima citadas deixarão de vigorar tão logo a companhia divulgue o fato relevante ao mercado, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da companhia ou dela própria.

Ademais, cabe destacar que a vedação citada no item I acima não se aplica à aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, através de negociação privada, decorrente do exercício de opção de compra de acordo com o plano de outorga de opção de compra de ações aprovado em assembleia geral.

A Instrução CVM nº 358/02, em seu artigo 13, parágrafo 3º, inciso II, veda também a negociação com valores mobiliários de emissão da companhia, ou a eles referenciados, por parte dos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores e membros do conselho de administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão própria emissão pela companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

Nessa hipótese, a vedação à negociação deverá ser observada nos períodos em que a sociedade estiver efetuando as aquisições ou alienações, e não necessariamente, durante todo o prazo de vigência do programa.

Cumprido ressaltar que tanto no caso de programa de recompra de ações, como nas demais vedações acima citadas, a proibição de negociação não se estenderá às negociações que sejam realizadas em conformidade com a política de negociação aprovada pela companhia, nos termos do artigo 15 da Instrução CVM nº 358/02.

No que se refere à vedação de negociação no período de 15 dias que antecede a divulgação das informações trimestrais e anuais, estabelece a norma que tal vedação não se aplicará às **aquisições** de ações de emissão da companhia que sejam realizadas de acordo com plano de investimento previamente aprovado pela companhia, na forma prevista no parágrafo 3º do artigo 15 da mencionada instrução.

Por fim, cabe lembrar que, diante de divulgação antecipada de informações financeiras, fica antecipado também o período de vedação à negociação previsto no artigo 13, parágrafo 4º, da Instrução nº 358/02.

14.10. Política de negociação

A política de negociação de valores mobiliários, prevista no artigo 15 da Instrução CVM nº 358/02 (alterada pela Instrução CVM nº 449/07), é de **formulação facultativa**. Entretanto, tal política é muito útil para que os emissores estabeleçam norma de conduta para as transações envolvendo, principalmente, as ações de emissão própria.

A elaboração de uma política de negociação de valores mobiliários adquire maior relevância nos casos de emissores que adotem ou que venham a adotar programas de incentivo aos seus empregados e executivos, tais como plano de opções de compra, pois, ao estabelecer normas internas, essas companhias definem uma linha de orientação geral, ao mesmo tempo em que deixam claro aos seus investidores que estão atentas à lisura e transparência de operações envolvendo os valores mobiliários de sua emissão, com destaque àquelas de natureza privada.

Os emissores registrados na categoria A que possuírem essa política devem encaminhá-la pelo Sistema IPE, categoria "Política de Negociação das ações da companhia", conforme previsto no artigo 30, inciso XI, da Instrução CVM nº480/09.

Em que pese essa obrigatoriedade não existir para os emissores registrados na categoria B, recomenda-se seu envio voluntário na forma acima descrita.

14.11. Política de divulgação

A política de divulgação de ato ou fato relevante é um documento de **caráter obrigatório** estabelecido no artigo 16 da Instrução CVM nº 358/02, a todas os emissores.

A Instrução CVM nº 358/02 não fez restrição ou exceção à obrigatoriedade da adoção do documento. Portanto, basta a companhia estar regularmente registrada na CVM, independentemente da organização societária e da natureza dos valores mobiliários emitidos, para ter o dever de adotar a política de divulgação.

Os emissores deverão encaminhar a Política de Divulgação à CVM, pelo Sistema IPE, categoria "Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante", como previsto no artigo 30, inciso XII (para emissores registrados na categoria A), e no artigo 31, inciso VII (para emissores registrados na categoria B), ambos da Instrução CVM nº 480/09.

14.12. Estatuto social

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, os emissores registrados na **categoria A** estão obrigados, por força do inciso XIII do artigo 30 da citada Instrução, a apresentar o estatuto social consolidado, em até 7 (sete) dias úteis contados da data da assembleia que deliberou a alteração. O envio deve ser feito por meio do Sistema IPE, na categoria "Estatuto Social".

Em que pese não haver obrigação regulamentar de envio do estatuto social consolidado para os emissores registrados na **categoria B**, recomenda-se seu encaminhamento na forma acima descrita, mesmo porque tal documento é obrigatoriamente apresentado na ocasião do pedido do registro como emissor de valores mobiliários na categoria A ou na categoria B.

14.13. Reuniões do conselho de administração e do conselho fiscal

A **Instrução CVM nº 480/09** determina, nos incisos V e VI do artigo 30, que os emissores registrados na **categoria A** deverão encaminhar, por meio do Sistema IPE, as seguintes informações, nos prazos indicados:

I. Atas de reuniões do conselho de administração, desde que contenham deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, em até 7 (sete) dias úteis contados de sua realização, pela categoria "Reunião da Administração", tipo "Conselho de Administração", espécie "Ata";

II. Atas de reuniões do conselho fiscal, que aprovaram pareceres, em até 7 (sete) dias úteis contados da data de divulgação do ato ou fato objeto do parecer, pela categoria "Reunião da Administração", tipo "Conselho Fiscal", espécie "Ata".

Cabe ressaltar que os emissores registrados na **categoria B** estão obrigados a encaminhar apenas, por meio do Sistema IPE, na forma acima descrita, os extratos de atas de reuniões do conselho de administração cuja ordem do dia contenha matéria que possa afetar os direitos ou a cotação dos valores mobiliários do

emissor admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários, em até 7 (sete) dias úteis contados de sua realização, como previsto no inciso V do artigo 31 da Instrução CVM nº 480/09.

Em virtude da previsão constante no artigo 14 da Instrução CVM 480/09 que determina que "o emissor deve divulgar informações verdadeiras, completas, consistentes e que não induzam o investidor a erro", o conteúdo das atas de reuniões da administração deve informar os motivos que levaram a eventual voto contrário, bem como devem conter eventuais manifestações individuais que tenham sido apresentadas por parte de seus membros, nos casos em que tais informações possam influenciar a decisão do investidor.

Alerta-se que, em que pese as atas relativas à reunião da diretoria não terem sido incluídas na Instrução dentre as informações eventuais de apresentação obrigatória, seu encaminhamento voluntário é recomendável.

14.14. Comunicação da mudança de auditor

Conforme determina o artigo 28 da Instrução CVM nº 308/99, compete à administração da entidade auditada, no prazo de 20 (vinte) dias, comunicar a mudança de auditor à CVM, havendo ou não rescisão do contrato de prestação dos serviços de auditoria, com justificativa da mudança, na qual deverá constar a anuência do auditor substituído.

Tal comunicação deve ser enviada à CVM, pelo DRI da Companhia, por meio do Sistema IPE, categoria "Comunicado ao Mercado", tipo "Mudança de auditor (artigo 28, Instrução CVM nº 308/99)".

Cabe destacar que, segundo o artigo 29 da citada Instrução, compete ao conselho fiscal da entidade auditada, quando em funcionamento, verificar o correto cumprimento pelos administradores do disposto no artigo 28.

Cumpra também ressaltar que, independentemente da divulgação do comunicado acima referido, o emissor deverá reencaminhar o Formulário Cadastral com os dados atualizados do auditor independente no prazo de 7 (sete) dias úteis contados da efetiva substituição, nos termos do artigo 23 da Instrução CVM nº 480/09.

15. OBSERVAÇÕES COMUNS ÀS INFORMAÇÕES PERIÓDICAS E EVENTUAIS

O encaminhamento das informações periódicas e eventuais previstas na **Instrução CVM nº 480/09**, no artigo 28 da Instrução CVM nº 308/02 e na Instrução CVM nº 358/02 (alterada pela Instrução CVM nº 449/07) deve ser feito conforme a seguir:

I. Formulário Cadastral, Formulário de Referência e Formulários DFP e ITR – pelo Sistema Empresas.net (vide item 42);

II. Demais informações periódicas e as informações eventuais – pelo Sistema IPE (vide item 44).

Cumpra ressaltar que os prazos finais para entrega das informações periódicas e eventuais são improrrogáveis, porquanto não existe autorização expressa na legislação para que se autorize, sob quaisquer motivos, pedido de prorrogação de prazo de entrega dessas informações.

Para as informações cujo prazo de entrega não seja estipulado na Instrução CVM nº 480/09 em dias úteis, cabe informar que, coincidindo com sábado, domingo ou feriado nacional, a

data final para apresentação das informações periódicas e eventuais será o dia útil seguinte, conforme estabelecido pelo artigo 66 da Lei nº 9.784, de 29.01.1999.

O emissor que não cumprir com as obrigações de entrega de informações periódicas previstas na Instrução CVM nº 480/09, estará sujeito à multa cominatória diária (vide item 17.1), segundo os valores relacionados no artigo 58 da mencionada Instrução, sem prejuízo da apuração de eventuais responsabilidades dos administradores pelo não cumprimento dos prazos (e, quando for o caso, o interventor, o síndico, o administrador judicial, o gestor judicial ou o liquidante), nos termos dos artigos 9º, inciso V, e 11 da Lei nº 6.385/76.

Ademais, ressalta-se que configura infração grave, para os fins previstos no parágrafo 3º do artigo 11 da Lei nº 6.385/76 a transgressão às disposições da Instrução CVM nº 358/02 (alterada pela Instrução CVM nº 449/07), conforme dispõe seu artigo 18, bem como a divulgação ao mercado ou entrega à CVM de informações falsas, incompletas, imprecisas que induzam o investidor a erro e a inobservância reiterada dos prazos fixados para a apresentação de informações eventuais previstas na Instrução CVM nº 480/09, nos termos do seu artigo 60.

Por fim, destaca-se, sem prejuízo do disposto nos dois últimos parágrafos, que a companhia deve manter o mercado informado sobre eventual dificuldade em atender os prazos previstos para a apresentação das informações periódicas e eventuais.

15.1. Pedido de confidencialidade

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 480/09, a SEP pode solicitar o envio de informações e documentos adicionais aos exigidos por esta Instrução ou pedir esclarecimento sobre informações e documentos enviados, por meio de comunicação enviada ao emissor, conferindo-lhe prazo para o atendimento do pedido. Tais informações e documentos serão considerados públicos pela SEP, conforme prevê o parágrafo 2º do artigo 56 da Lei nº 480/11.

Como previsto no artigo 56, parágrafo 3º, da Instrução CVM nº 480/09, os pedidos excepcionais de tratamento sigiloso de tais informações e documentos deverão ser acompanhados da apresentação das razões pelas quais o emissor entende que sua revelação ao público colocaria em risco legítimo interesse do emissor.

Segundo os parágrafos 4º e 5º do artigo 56, as informações sigilosas deverão ser enviadas dentro de envelope lacrado, endereçado à Presidência da CVM, devendo constar no envelope a palavra "confidencial", sendo que o emissor e seus administradores, diretamente ou por meio do Diretor de Relações com Investidores, ficarão responsáveis por divulgar imediatamente ao mercado as informações para as quais a CVM tenha deferido o tratamento sigiloso, na hipótese da informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários do emissor.

Cabe lembrar, ainda, que nos termos do artigo 7º da Instrução CVM nº 358/02, a CVM, a pedido dos administradores, de qualquer acionista ou por iniciativa própria, poderá decidir sobre a prestação de informação que tenha deixado de ser divulgada, na forma do caput do artigo 6º da mesma Instrução.

Tal requerimento deverá ser dirigido ao Presidente da CVM em envelope lacrado, no qual deverá constar a palavra "Confidencial", na forma do parágrafo 1º do citado artigo.

16. Emissores em situação especial

16.1. Emissores em recuperação extrajudicial

Além das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM nº 480/09, os emissores em recuperação extrajudicial deverão enviar à CVM relatórios de cumprimento do cronograma de pagamentos e demais obrigações estabelecidas no plano de recuperação extrajudicial, em periodicidade não superior a 90 (noventa) dias, conforme previsto no artigo 35 da Instrução. Esses relatórios devem ser encaminhados pelo Sistema IPE, categoria "Informações em companhias em recuperação judicial ou extrajudicial", tipo "Relatório de cumprimento do Plano".

Alerta-se que o parágrafo 3º do artigo 44 da Instrução CVM nº 480/09 prevê que sempre que um emissor em situação especial tiver seus administradores substituídos por um liquidante, administrador judicial, gestor judicial, interventor ou figura semelhante, essa pessoa será equiparada ao diretor de relações com investidores para todos os fins previstos na legislação e regulamentação do mercado de valores mobiliários.

Cabe ressaltar que, além do envio dos documentos acima mencionados, os emissores deverão proceder à atualização de seus dados cadastrais junto à CVM, notadamente no que diz respeito à alteração da situação da companhia e do seu responsável por meio do envio do Formulário Cadastral, no prazo de 7 (sete) dias úteis contados do fato que deu causa a alteração, nos termos do artigo 23 da Instrução CVM nº 480/09. Ressalte-se que os dados do responsável devem ser atualizados também por meio do Sistema IPE (vide itens 9.1, 43 e 44).

16.2. Emissores em recuperação judicial

O artigo 36 da Instrução CVM nº 480/09, somente dispensa os emissores em recuperação judicial da entrega do Formulário de Referência, sendo que esta dispensa vigora até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo de recuperação.

Desse modo, esses emissores devem encaminhar, pelo Sistema IPE, as demais informações periódicas e eventuais previstas na Instrução, inclusive as seguintes informações previstas em seu artigo 37, nos respectivos prazos especificados:

I. Contas demonstrativas mensais acompanhadas do relatório do administrador judicial, na categoria "Informações de Companhias em Recuperação Judicial ou Extrajudicial", tipo "Contas demonstrativas mensais";

II. Plano de Recuperação (vide item 14.6);

III. Decretação da falência no curso do processo (vide item 14.5); e

IV. Relatório circunstanciado apresentado pelo administrador judicial ao final da recuperação, na categoria "Informações de Companhias em Recuperação Judicial ou Extrajudicial", tipo "Relatório Circunstanciado".

Alerta-se que o parágrafo 3º do artigo 44 da Instrução CVM nº 480/09 prevê que sempre que um emissor em situação especial tiver seus administradores substituídos por um liquidante, administrador judicial, gestor judicial, interventor ou figura semelhante, essa pessoa será equiparada ao diretor de relações com investidores para todos os fins previstos na legislação e regulamentação do mercado de valores mobiliários.

Cabe ressaltar que, além do envio dos documentos acima mencionados, os emissores deverão proceder à atualização de seus dados cadastrais junto à CVM, notadamente no que diz respeito à alteração da situação da companhia e do seu responsável por meio do envio do Formulário Cadastral, no prazo de 7 (sete) dias úteis contados do fato que deu causa a alteração, nos termos do artigo 23 da Instrução CVM nº 480/09. Ressalte-se que os dados do responsável devem ser atualizados também por meio do Sistema IPE (vide itens 9.1, 43 e 44).

16.3. Emissores em falência

O artigo 38 da Instrução CVM nº 480/09 somente dispensa o emissor em falência da entrega de informações periódicas.

Dessa forma, esses emissores devem encaminhar à CVM, pelo Sistema IPE, as informações eventuais previstas na Instrução, inclusive as seguintes informações previstas no artigo 39 da Instrução CVM nº 480/09, nos respectivos prazos especificados:

I. Relatório sobre as causas e circunstâncias que conduziram à situação de falência, na categoria "Informações Companhias em Falência", tipo "Causas e circunstâncias da falência";

II. Contas demonstrativas da administração, na categoria "Informações Companhias em Falência", tipo "Contas demonstrativas da administração";

III. Quaisquer outras informações contábeis apresentadas ao juiz no processo de falência, na categoria "Informações Companhias em Falência", tipo "Outras informações contábeis";

IV. Contas apresentadas ao final do processo de falência, na categoria "Informações Companhias em Falência", tipo "Contas apresentadas ao final do processo de falência";

V. Relatório final sobre processo de falência, na categoria "Informações Companhias em Falência", tipo "Relatório final"; e

VI. Sentença de encerramento do processo de falência, na categoria "Informações Companhias em Falência", tipo "Sentença de encerramento".

Alerta-se que o parágrafo 3º do artigo 44 da Instrução CVM nº 480/09 prevê que sempre que um emissor em situação especial tiver seus administradores substituídos por um liquidante, administrador judicial, gestor judicial, interventor ou figura semelhante, essa pessoa será equiparada ao diretor de relações com investidores para todos os fins previstos na legislação e regulamentação do mercado de valores mobiliários.

Cabe ressaltar que, além do envio dos documentos acima mencionados, os emissores deverão proceder à atualização de seus dados cadastrais junto à CVM, notadamente no que diz respeito à alteração da situação da companhia e do seu responsável, por meio do envio do Formulário Cadastral, no prazo de 7 (sete) dias úteis contados do fato que deu causa a alteração, nos termos do artigo 23 da Instrução CVM nº 480/09. Ressalte-se que os dados do responsável devem ser atualizados também por meio do Sistema IPE (vide itens 9.1, 43 e 44).

16.4. Emissores em liquidação

O artigo 40 da Instrução CVM nº 480/09 dispensa o emissor em liquidação somente da entrega de informações periódicas.

Dessa forma, esses emissores devem encaminhar à CVM, pelo Sistema IPE, as informações eventuais previstas na Instrução, inclusive as seguintes informações elencadas no artigo 41 da Instrução CVM nº 480/09, nos respectivos prazos especificados:

I. Ato de nomeação, destituição ou substituição do liquidante, na categoria "Informações Companhias em Liquidação", tipos "Nomeação de liquidante", "Destituição de liquidante" ou "Substituição de liquidante", conforme o caso;

II. Quadro geral de credores elaborado pelo liquidante, na categoria "Informações Companhias em Liquidação", tipo "Quadro geral de credores";

III. Quadro geral de credores definitivo, na categoria "Informações Companhias em Liquidação", tipo "Quadro geral de credores definitivo";

IV. Relatório e balanço final da liquidação, na categoria "Informações Companhias em Liquidação", tipo "Relatório e Balanço final da liquidação";

V. Outros relatórios, pareceres e informações contábeis, na categoria "Informações Companhias em Liquidação", tipo "Outros relatórios, pareceres e informações contábeis"; e

VI. Ato de encerramento da liquidação, na categoria "Informações Companhias em Liquidação", tipo "Ato de encerramento da liquidação".

Alerta-se que o parágrafo 3º do artigo 44 da Instrução CVM nº 480/09 prevê que sempre que um emissor em situação especial tiver seus administradores substituídos por um liquidante, administrador judicial, gestor judicial, interventor ou figura semelhante, essa pessoa será equiparada ao diretor de relações com investidores para todos os fins previstos na legislação e regulamentação do mercado de valores mobiliários.

Cabe ressaltar que, além do envio dos documentos acima mencionados, os emissores deverão proceder à atualização de seus dados cadastrais junto à CVM, notadamente no que diz respeito à alteração da situação da companhia e do seu responsável, por meio do envio do Formulário Cadastral, no prazo de 7 (sete) dias úteis contados do fato que deu causa a alteração, nos termos do artigo 23 da Instrução CVM nº 480/09. Ressalte-se que os dados do responsável devem ser atualizados também por meio do Sistema IPE (vide itens 9.1, 43 e 44).

17. CONSEQÜÊNCIAS DA NÃO ENTREGA DE INFORMAÇÕES

Conforme destacado nos itens anteriores, os emissores devem atentar para o cumprimento das exigências legais e regulamentares impostas, em especial, no que se refere à entrega das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM nº 480/09.

17.1. Multas cominatórias

Inicialmente, cabe esclarecer que as multas cominatórias são impostas, observado o disposto na regulamentação aplicável, notadamente na Instrução CVM nº 452/07, sem exclusão da apuração da responsabilidade pelo descumprimento das

disposições contidas na legislação societária, bem como pelo descumprimento de ordem específica emitida pela CVM.

Por sua vez, a Instrução CVM nº 480/09 disciplina à aplicação de multas cominatórias por descumprimento dos prazos de entrega das informações.

Nos termos do artigo 58 da Instrução, o emissor que descumprir os prazos previstos de entrega das informações periódicas elencadas no artigo 21 da Instrução CVM nº 480/09 ficará sujeito à multa cominatória diária, de acordo com os seguintes valores:

I. R\$ 500,00 (quinhentos reais) para os emissores registrados na Categoria A; e

II. R\$ 300,00 (trezentos reais) para os emissores registrados na Categoria B.

Observe-se que da decisão de aplicação das multas cominatórias cabe recurso ao Colegiado da CVM, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM nº 452/07.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de manutenção dos dados cadastrais atualizados, notadamente os endereços da companhia e do DRI, na forma comentada nos itens 9.1, 43 e 44.

Os recursos devem ser interpostos por meio da página da CVM na Internet (www.cvm.gov.br), no *link* "Taxa de Fiscalização e Multa Cominatória"/"Recurso contra Multa Cominatória – Ordinária e Extraordinária"/"Login CVMWeb".

Nos termos do parágrafo 1º, artigo 13, da Instrução CVM nº 452/07, o recurso será recebido no efeito devolutivo e havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da decisão recorrida, o Superintendente poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Não obstante, o Colegiado da CVM, em reunião de 23.11.10, manifestou-se no sentido de que o inciso VI da Deliberação CVM nº 463/03 (que prevê que caso haja indeferimento total ou parcial do pedido de efeito suspensivo, o Superintendente deverá, de imediato, intimar o recorrente e remeter cópia do recurso e da decisão ao Presidente da CVM, a quem caberá o reexame da decisão denegatória do efeito suspensivo) **não** se aplica aos casos que envolvem multas cominatórias.

Além disso, nos termos do inciso IX da Deliberação CVM nº 463/03, no caso da existência de erro, omissão, obscuridade ou inexatidões materiais na decisão, contradição entre a decisão e os seus fundamentos, o Colegiado apreciará pedidos de reconsideração de sua decisão com relação ao recurso.

Cumprido salientar que o parágrafo 4º do artigo 11 da Lei 6.385/76, que prevê o recurso ao CRSFN, diz respeito a **penalidades** eventualmente aplicadas pela CVM, **não devendo se confundir com multas cominatórias**, que encontram previsão legal no parágrafo 11 do mesmo artigo, das quais caberá recurso voluntário ao Colegiado, nos termos do parágrafo 12 do artigo 11 da Lei 6.385/76.

Esclarece-se, ainda, que a Deliberação CVM nº 447/02, alterada pelas Deliberações CVM nº 467/04 e nº 483/05, dispõe, inclusive, sobre o parcelamento para pagamento das multas cominatórias aplicadas, e a Deliberação CVM nº 501/06 dispõe sobre a incidência de juros de mora sobre débitos provenientes, inclusive, de multas cominatórias.

Nesse sentido, é recomendável que os emissores mantenham contato com a Gerência de Arrecadação da CVM para verificarem se estão em dia com o

pagamento de taxas de fiscalização e multas cominatórias, evitando inscrição em Cadastro de Inadimplentes (CADIN) e em Dívida Ativa.

Por fim, cabe destacar que as multas cominatórias previstas no artigo 58 da Instrução CVM nº 480/09 **não se confundem** com as penalidades previstas no *caput* do artigo 11 (e respectivos incisos de I a VIII) da Lei nº 6.385/76 artigo, que somente serão impostas com a observância do procedimento previsto no parágrafo 2º do artigo 9º da Lei nº 6.385/76 (processo administrativo precedido de etapa investigativa).

17.2. Publicação da relação de emissores inadimplentes

O artigo 59 da Instrução CVM nº 480/09 prevê que a CVM divulgará semestralmente, na sua página na rede mundial de computadores, lista dos emissores que estejam em mora de pelo menos 3 (três) meses no cumprimento de qualquer de suas obrigações periódicas.

Cabe ressaltar que a lista divulgada se refere a uma determinada data, pelo que não há que se falar em atualização ou correção da lista, a não ser no caso de inclusão indevida.

17.3. Suspensão de ofício do registro de emissor

O artigo 52 da Instrução CVM nº 480/09 prevê que cabe à SEP suspender o registro dos emissores que descumpram, por período superior a 12 (doze) meses, suas obrigações periódicas.

Como previsto no parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM nº 480/09, a SEP informará ao emissor sobre a suspensão de seu registro por meio de ofício encaminhado à sua sede, conforme os dados constantes de seu Formulário Cadastral (item 9.1), e por meio de comunicado na página da CVM na rede mundial de computadores.

O emissor que tenha seu registro suspenso poderá solicitar a reversão da suspensão por meio de pedido fundamentado, **encaminhado à SEP**, instruído com documentos que comprovem o cumprimento das obrigações periódicas e eventuais em atraso, **inclusive aquelas que tiveram vencimento de entrega posteriores à suspensão do registro.**

Os prazos e procedimentos a serem observados nesse pedido encontram-se regulados no artigo 53 da Instrução CVM nº 480/09.

Cabe lembrar que, nos termos do artigo 60 da Instrução CVM nº 480/09, a inobservância reiterada dos prazos fixados para a apresentação de informações periódicas e eventuais previstas nesta instrução constitui infração grave para os efeitos do parágrafo 3º do artigo 11 da Lei nº 6.385/76, sujeitando os responsáveis às penalidades previstas no referido artigo 11, com a observância do procedimento previsto no parágrafo 2º do artigo 9º da Lei nº 6.385/76.

Ressalta-se que, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM nº 480/09, o cancelamento e a **suspensão** do registro não eximem o emissor, seu controlador e seus administradores, da responsabilidade decorrente das eventuais infrações cometidas antes do cancelamento do registro.

17.4. Cancelamento de ofício do registro de emissor

O artigo 54 da Instrução prevê duas hipóteses para cancelamento de ofício do registro de emissor:

- I. a extinção do emissor;
- II. a suspensão de seu registro por período superior a 12 (doze) meses.

Assim como nos casos de suspensão de registro, a SEP informará ao emissor sobre o cancelamento de seu registro por meio de ofício encaminhado à sua sede, conforme os dados constantes de seu Formulário Cadastral (9.1), e por meio de comunicado na página da CVM na rede mundial de computadores, nos termos do parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM nº 480/09.

Ressalta-se que, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM nº 480/09, o **cancelamento** e a suspensão do registro não eximem o emissor, seu controlador e seus administradores, da responsabilidade decorrente das eventuais infrações cometidas antes do cancelamento do registro.

17.5. Processo administrativo sancionador

Conforme previsto no artigo 60 da Instrução CVM nº 480/09, constitui infração de natureza grave, para os fins previstos no parágrafo 3º do artigo 11 da Lei nº 6.385/76:

- I. A divulgação ao mercado ou entrega à CVM de informações falsas, incompletas, imprecisas ou que induzam o investidor a erro;
- II. A inobservância reiterada dos prazos fixados para a apresentação de informações periódicas e eventuais previstas na instrução; e
- III. A inobservância do prazo fixado no artigo 132 da Lei nº 6.404/76, para a realização da assembleia geral ordinária.

Por sua vez, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM nº 358/02, configura infração grave, para os fins previstos no parágrafo 3º do artigo 11 da Lei nº 6.385/76, a transgressão às disposições daquela Instrução, devendo a CVM comunicar ao Ministério Público a ocorrência dos eventos previstos na referida Instrução que constituam crime.

Assim sendo, e conforme disposto no artigo 9º, inciso V, da Lei nº 6.385/76, a CVM poderá apurar, mediante processo administrativo, a eventual responsabilidade dos administradores (e quando for o caso, o interventor, o síndico, o administrador judicial, o gestor judicial ou o liquidante), membros do conselho fiscal e acionistas de companhias abertas pelo descumprimento das disposições contidas nas referidas Instruções.

Nesse sentido, e nos termos do artigo 11 da Lei nº 6.385/76, as penalidades previstas nos incisos I a VIII do mesmo artigo somente serão impostas com observância do processo administrativo mencionado no parágrafo anterior, observando ainda o disposto na Deliberação CVM nº 538/08.

18. CANCELAMENTO VOLUNTÁRIO DE REGISTRO

A Instrução CVM nº 480/09 estipula regras diferenciadas para o cancelamento voluntário do registro, conforme a categoria em que o emissor esteja registrado.

O **artigo 47** da Instrução condiciona o cancelamento do registro dos emissores da **categoria B** à comprovação do atendimento de uma das condições abaixo:

- I. Inexistência de valores mobiliários em circulação;
- II. Resgate dos valores mobiliários em circulação;
- III. Vencimento do prazo para pagamento dos valores mobiliários em circulação;
- IV. Anuência de todos os titulares dos valores mobiliários em circulação em relação ao cancelamento do registro; ou
- V. Qualquer combinação das hipóteses indicadas nos incisos anteriores, desde que alcançada a totalidade dos valores mobiliários.

Caso tenha ocorrido o resgate dos valores mobiliários em circulação ou o vencimento do prazo para pagamento dos valores mobiliários em circulação, sem que tenha sido paga a totalidade dos investidores, o emissor deve depositar o valor devido em banco comercial e deixá-lo à disposição dos investidores. O emissor que tenha feito este depósito também deverá divulgar Fato Relevante dando conta:

- I. Da decisão de cancelar o registro junto à CVM;
- II. Da realização do depósito, com menção ao valor, instituição bancária, agência e conta corrente; e
- III. Dos procedimentos que deverão ser adotados pelos titulares que ainda não tenham recebido seus créditos para recebê-los.

Como previsto no parágrafo 3º do artigo 47, a anuência de todos os titulares dos valores mobiliários em circulação em relação ao cancelamento do registro poderá ser comprovada alternativamente por:

- I. Declaração do agente fiduciário, se houver;
- II. Declaração dos titulares de valores mobiliários atestando que estão cientes e concordam que, em razão do cancelamento do registro, os valores mobiliários do emissor não poderão mais ser negociados nos mercados regulamentados; ou
- III. Deliberação unânime em assembleia na qual a totalidade dos titulares de valores mobiliários esteja presente.

Já o cancelamento do registro na **categoria A** estará condicionado, como estabelecido no **artigo 48** da Instrução, à comprovação de que:

- I. As condições do artigo 47 acima comentadas foram atendidas em relação a todos os valores mobiliários, exceto ações e certificados de depósito de ações, que tenham sido distribuídos publicamente ou admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários; e
- II. Os requisitos da oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro para negociação de ações no mercado foram atendidos, nos termos da Instrução CVM nº 361/02.

Cabe comentar que a Instrução CVM nº 361/02 regula que o cancelamento de registro de companhia aberta deve ser precedido de uma Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA), formulada pelo acionista controlador ou pela própria companhia aberta, tendo por objeto todas as ações de emissão da companhia objeto, tal como disposto no parágrafo 4º do artigo 4º da Lei nº 6.404/76 e de acordo com o procedimento nela estipulado.

Conforme previsto no artigo 34 da mencionada Instrução, situações excepcionais que justifiquem a aquisição de ações sem oferta pública ou com procedimento diferenciado serão apreciadas pelo Colegiado da CVM, para efeito de dispensa ou aprovação de procedimento e formalidades próprios a serem seguidos, inclusive no que se refere à divulgação de informações ao público, quando for o caso.

Ressalta-se que a Instrução CVM nº 480/09 prevê que o **emissor estrangeiro** que patrocine programa de certificados de depósito de ações – BDR Nível II ou Nível III e que deseje cancelar seu registro de emissor deverá submeter à aprovação prévia da CVM os procedimentos para descontinuidade do programa, nos termos do parágrafo único de seu artigo 48.

Os procedimentos a serem observados nos pedidos de cancelamento voluntário estão regulados nos artigos 49 e 50 da Instrução CVM nº 480/09, cabendo ressaltar que a Instrução determina que os pedidos de cancelamento formulados pelos emissores registrados na **Categoria B** deverão ser **dirigidos à SEP**, enquanto que os pedidos formulados pelos emissores registrados na **Categoria A** deverão ser **dirigidos à Superintendência de Registro de Valores Mobiliários – SRE**.

Cumprir lembrar que o artigo 51 da Instrução CVM nº 480/09 prevê que o emissor é responsável por divulgar a informação de deferimento ou indeferimento do cancelamento de registro aos investidores, na mesma forma estabelecida para divulgação de fato relevante.

Alerta-se que a constituição de subsidiária integral **não** traz como consequência o cancelamento do registro do emissor. Nesses casos, faz-se necessário o encaminhamento de pedido de cancelamento de registro à SEP, formalizando o pleito, sem o qual a companhia, embora subsidiária integral, continua passível de todas as obrigações e penalidades previstas na regulamentação vigente, inclusive aquelas referentes à atualização do registro mantido na CVM.

Cabe também ressaltar que é obrigatório o encaminhamento dos documentos e informações periódicas cuja data de vencimento de entrega seja anterior à data do cancelamento do registro do emissor.

Esclarece-se, por fim, que o emissor é devedor da taxa de fiscalização referente ao trimestre em que ocorrer o cancelamento de seu registro. Assim, caso o emissor tenha o seu registro cancelado no 1º trimestre e não apresente o formulário DFP relativo ao exercício anterior, deve informar à CVM o patrimônio líquido do exercício anterior (que servirá como base de cálculo à referida taxa) por meio de documentação comprobatória, como, por exemplo, a publicação das demonstrações financeiras.

19. CANCELAMENTO DE OFÍCIO DO REGISTRO DE EMISSOR EM FUNÇÃO DE SUA EXTINÇÃO

Consoante o artigo 219 da Lei nº 6.404/76, a companhia extingue-se pelo encerramento da liquidação, bem como pela incorporação ou fusão, e pela cisão com versão de todo o patrimônio em outras sociedades.

Nos casos de incorporação, fusão ou cisão, o cancelamento do registro da companhia decorre da sua extinção e independe da data de homologação por órgão governamental, sendo a companhia elidida da listagem de companhias abertas a partir da data da AGE que tiver deliberado a incorporação, fusão ou cisão. Além do envio obrigatório da Ata da respectiva AGE pelo Sistema IPE, solicita-se que a companhia ou sua sucessora comunique formalmente à SEP a sua extinção.

Cabe ressaltar que é obrigatório o encaminhamento dos documentos e informações periódicos cuja data de vencimento de entrega seja anterior à data do cancelamento do registro da companhia.

Esclarece-se, ainda, que a companhia é devedora da taxa de fiscalização referente ao trimestre em que ocorrer a sua extinção. Assim, caso a companhia seja extinta no 1º trimestre, deve informar à CVM o patrimônio líquido do exercício anterior (que servirá como base de cálculo à referida taxa) por meio de documentação comprobatória, como, por exemplo, a publicação das demonstrações financeiras.

Ressalte-se que, tendo em vista o artigo 223, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76, se a incorporação, fusão ou cisão envolver companhia aberta, a sociedade que a suceder será também aberta, devendo obter o respectivo registro e, se for o caso, promover a admissão de negociação das novas ações no mercado secundário, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da assembleia que aprovou a operação, observando as normas pertinentes editadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Na forma do parágrafo 4º, o descumprimento do disposto no artigo 223, parágrafo 3º, dá ao acionista direito de retirar-se da companhia, mediante o reembolso do valor das suas ações (artigo 45), nos 30 (trinta) dias seguintes ao término do prazo nele referido, observando o disposto nos parágrafos 1º e 4º do artigo 137.

A Instrução CVM nº 480/09, em seu artigo 54, inciso I, prevê que uma das hipóteses de cancelamento de ofício do registro de emissor é a sua extinção.

A SEP informará ao emissor sobre o cancelamento de seu registro por meio de ofício encaminhado à sua sede, conforme os dados constantes de seu Formulário Cadastral (item 9.1), e por meio de comunicado na página da CVM na rede mundial de computadores, nos termos do parágrafo único do artigo 54 da Instrução CVM nº 480/09.

20. SOLICITAÇÃO DE RELAÇÃO DE ENDEREÇOS DE ACIONISTAS – ARTIGO 126, PARÁGRAFO 3º, DA LEI Nº 6.404/76

A finalidade do acesso à lista de endereços do artigo 126, parágrafo 3º, é permitir a representação de acionistas por procuração em assembleias, independentemente da prévia solicitação de procuração pela própria companhia, aumentando as possibilidades de organização de acionistas não controladores, visando ao exercício do direito de voto. Caso o acionista queira obter os endereços dos demais acionistas para alguma outra finalidade que não a de contatá-los para representá-los em assembleia, valendo-se de procurações, o artigo 126 não poderá ser invocado.

A expressa referência do parágrafo 3º do artigo 126 ao parágrafo 1º do mesmo artigo, aliada ao fato de a matéria estar regulada no artigo que dispõe sobre a representação em assembleia, não deixa dúvida quanto à necessidade de uma assembleia convocada, ou na iminência de ser convocada, para que a regra do parágrafo 3º possa ter aplicação.

A Instrução CVM nº 481/09, que regulamenta os pedidos públicos de procuração para exercício do direito de voto, também disciplina a matéria.

De acordo com a Instrução, os pedidos de relação de endereços formulados por acionistas detentores de 0,5% (meio por cento) ou mais do capital social da companhia aberta, fundados no artigo 126, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76, devem ser atendidos pela companhia dentro de, no máximo, 3 (três) dias úteis, sendo vedado à companhia: (a) exigir quaisquer outras justificativas para o pedido; (b) cobrar pelo fornecimento da relação de acionistas; ou (c) condicionar o deferimento do pedido ao cumprimento de quaisquer formalidades ou à apresentação de quaisquer documentos não previstos no parágrafo 2º do artigo 126, quais sejam: (i) conter todos os elementos informativos necessários ao exercício do voto pedido; (ii) facultar ao acionista o exercício de voto contrário à decisão com indicação de outro procurador para o exercício desse voto; e (iii) ser dirigido a todos os titulares de ações cujos endereços constem da companhia.

Ainda segundo determina a Instrução CVM nº 481/09, a relação de endereços deverá listar todos os acionistas em ordem decrescente, conforme o respectivo número de ações, sendo desnecessário identificar a participação acionária de cada um.

21. SOLICITAÇÃO DE CERTIDÕES DOS ASSENTAMENTOS CONSTANTES DOS LIVROS – ARTIGO 100 DA LEI Nº 6.404/76

O artigo 100, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76 disciplina a faculdade de obter-se certidão dos assentamentos constantes do Livro de Registro de Ações Nominativas, do Livro de "Transferência de Ações Nominativas", do Livro de "Registro de Partes Beneficiárias Nominativas" e do Livro de "Transferência de Partes Beneficiárias Nominativas".

Tal certidão poderá ser fornecida a qualquer pessoa desde que a finalidade seja a "defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal ou dos acionistas ou do mercado de valores mobiliários".

Nesse sentido, deve-se observar que, conforme decisões do Colegiado acerca da matéria, a companhia exerce, quanto a certos registros, uma função pública equiparada à dos agentes delegatários de poder estatal (como os cartórios do registro de imóveis), tendo em vista que a transferência da propriedade de ações, e a constituição de ônus reais sobre elas, somente se completa com a transcrição nos livros sociais, ou nos registros que lhes façam as vezes.

No entanto, o condicionamento do acesso à lista de acionistas à finalidade descrita no parágrafo 1º do artigo 100 implica em um juízo, pela administração da companhia, quanto à presença de um direito a defender, ou de uma situação a esclarecer, cabendo recurso à CVM em caso de indeferimento do pedido pela administração da companhia.

Em decisão de 08/12/2009, o Colegiado da CVM manifestou entendimento, em resposta a consulta formulada por agente do mercado, quanto às principais condições para a concessão da certidão dos assentamentos dos livros sociais de que se trata, bem como quanto ao seu conteúdo, destacando-se os principais aspectos:

I. O disposto no artigo 100, parágrafo 1º, não obriga a companhia aberta a fornecer certidão dos assentamentos dos livros sociais quando o pedido tem por justificativa facilitar a mobilização dos acionistas com vistas a discutir temas ligados à companhia e a participar de assembleias gerais;

II. O pedido formulado com base nesse dispositivo deve apresentar fundamentação específica, ainda que sucinta, para legitimar o seu deferimento, devendo tal justificativa identificar (i) o direito a ser defendido ou a situação de interesse pessoal a ser esclarecida, e (ii) em que medida a divulgação dos assentamentos dos livros sociais é necessária para o esclarecimento da situação de interesse pessoal ou defesa do direito em questão;

III. A companhia está obrigada a fornecer certidão dos assentamentos que forem necessários e suficientes para o esclarecimento da situação de interesse pessoal ou a defesa do direito identificado no pedido;

IV. O fornecimento da lista integral dos acionistas, com base no disposto no 1º do artigo 100 da LSA, só se impõe nos casos em que estiver devidamente justificado que o direito violado ou em vias de ser violado é inerente à qualidade de acionista, sendo a sua defesa de interesse de todos os acionistas;

V. Dessa forma, impõe-se o fornecimento da lista integral de acionistas, com base nesse dispositivo, nas hipóteses em que os acionistas devem atuar conjuntamente para defender algum direito, em razão de a lei ou o estatuto estabelecer quórum mínimo para a postulação diante do Judiciário, da Administração Pública ou dos órgãos da companhia. Seriam exemplos disso a ação de responsabilidade a ser proposta por acionistas (artigo 159, parágrafo 4º, da LSA), a ação de exibição integral dos livros da companhia (artigo 105, parágrafo 4º, da LSA) e, ainda, o pedido de lista voltado a facilitar a formação do quórum necessário para a convocação da assembleia geral, desde que, neste último exemplo, fique demonstrado que a deliberação sobre alguma matéria a ser incluída na ordem do dia tenha o nítido caráter de defesa de direitos.

VI. Pela mesma razão, também se justifica, à luz do disposto no artigo 100, parágrafo 1º, a concessão da lista integral nos casos em que o acionista tem legitimidade para agir individualmente para defender um direito, que pertence, todavia, a todo e qualquer acionista.

VII. Fora das hipóteses de defesa de um direito coletivo ou individual homogêneo, o pedido de fornecimento de certidão dos assentamentos dos livros sociais formulado com o propósito de facilitar a mobilização de acionistas para defesa de seus interesses não atende aos requisitos estabelecidos no artigo 100, parágrafo 1º, da LSA.

Diante disso, deve-se ressaltar que não cabe ao requerente invocar o artigo 100, parágrafo 1º, para reunir acionistas não controladores a fim de completar o quórum legal para: (a) adoção de voto múltiplo, nos termos do artigo 141; (b) eleição em separado de membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 141, parágrafo 4º; (c) eleição em separado do Conselho Fiscal, consoante artigo 161, pois, tratando-se de questão a ser submetida à assembleia de acionistas, a via adequada para tanto é o artigo 126, parágrafo 3º.

Além disso, o interesse meramente comercial na obtenção da certidão, como o oferecimento de prestação de serviços, não encontra respaldo no parágrafo 1º do artigo 100 da Lei nº 6.404/76.

Cumprido citar que o Colegiado da CVM, nas reuniões realizadas em 23/02/2010 e 20/07/2010 reiterou o entendimento acima descrito, firmado na reunião de 08/12/2009.

22. ARTIGO 203 DA LEI Nº 6.404/76

O artigo 203 da Lei nº 6.404/76 determina que o disposto nos artigos 194 a 197 e 202, não prejudicará o direito dos acionistas preferenciais de receber os dividendos fixos ou mínimos a que tenham prioridade, inclusive os atrasados, se cumulativos.

Conseqüentemente, as reservas mencionadas nos artigos 194 a 197, e aquela de que trata o parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, não podem ser constituídas em detrimento dos dividendos fixos ou mínimos. Assim, se houver lucro, ainda que não realizado, os dividendos fixos ou mínimos deverão ser distribuídos.

23. ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na reunião realizada em 11/04/2006, o Colegiado da CVM deliberou manter a interpretação do artigo 141, parágrafo 5º, da Lei nº 6.404/76 dada na reunião de 08/11/2005 (ambas disponíveis na página da CVM), resumida a seguir.

Nos casos em que a companhia somente tenha emitido ações com direito a voto, terão direito de eleger e destituir um membro e seu suplente do Conselho de Administração, em votação em separado na assembleia geral, excluído o acionista controlador, a maioria dos titulares que detenham pelo menos 10% do total de ações com direito a voto.

Merece destaque que essa interpretação **não** possui efeitos retroativos.

Cumprido alertar que a Instrução CVM nº 481/09, aplicável às companhias abertas registradas na Categoria A, dispõe sobre os documentos e informações mínimas que deverão ser disponibilizadas aos acionistas sempre que a assembleia geral seja convocada para deliberar sobre determinadas matérias previstas na Instrução. Tais documentos e informações deverão ser encaminhados até a data da publicação do primeiro anúncio de convocação, exceto quando a Lei nº 6.404/76, a Instrução CVM nº 481/09 ou outra norma editada pela CVM estabelecer prazo maior.

Destaca-se que a Instrução CVM nº 481/09, aplicável às companhias abertas registradas na **categoria A**, dispõe que sempre que a assembleia geral for convocada para eleger **administradores** ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores (vide item 14.2).

Com relação às companhias abertas registradas na **categoria B**, cabe ressaltar que, nos termos do artigo 133, inciso V da Lei nº 6.404/76 (no caso da AGO) e do artigo 21, inciso VIII e artigo 31, inciso II, ambos da Instrução CVM nº 480/09, é obrigatório o envio de todos os documentos necessários ao exercício do direito de voto nas assembleias gerais. Assim, devem ser fornecidas informações suficientes sobre os candidatos, a fim de permitir que os acionistas possam deliberar a respeito da matéria.

Tais informações devem ser prestadas pelas companhias registradas nas categorias A e B na forma estabelecida nos itens 10 ou 14.2, conforme o caso.

24. INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL E ELEIÇÃO DE SEUS MEMBROS

A Lei nº 6.404/76 estabeleceu, no artigo 161, parágrafo 4º, letra "a", que os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito terão direito de eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente; igual direito terão os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, dez por cento ou mais das ações com direito a voto.

Ao interpretar o referido dispositivo, a CVM expôs o seu entendimento, por meio do Parecer de Orientação CVM nº 19/90, no sentido de que para não se tornar meramente nominal o direito atribuído por lei aos preferencialistas, deve-se entender que, da votação em separado desses acionistas para a eleição de seu representante no Conselho Fiscal, não poderão participar os acionistas controladores, ainda que detentores também de ações preferenciais. Tal participação, se admitida, redundaria em cerceamento efetivo do direito essencial de fiscalizar e em representação não equitativa dos interesses, não raramente contrários, que a lei buscou proteger.

Nesse sentido, o entendimento da SEP, em consonância com o disposto no Parecer de Orientação nº 19/90, é de que, da eleição em separado para o conselho fiscal pelos acionistas preferencialistas (artigo 161 da Lei nº 6.404/76), não devem participar (elegendo) quaisquer acionistas que não se insiram no conceito de minoria que a lei buscou proteger, ou seja, além dos controladores, também não devem participar pessoas vinculadas a eles.

Conforme dispõe o parágrafo 2º do artigo 161 da Lei nº 6.404/76, o conselho fiscal, quando o funcionamento não for permanente, será instalado pela assembleia-geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto, e cada período de seu funcionamento terminará na primeira assembleia geral ordinária após a sua instalação.

A Instrução CVM Nº 324/00 fixa escala reduzindo, em função do capital social, as porcentagens mínimas de participação acionária necessárias ao pedido de instalação de Conselho Fiscal de companhia aberta previsto no parágrafo 2º do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

Assim, o acionista minoritário tem o direito de requerer, em assembleia geral, a **instalação** do Conselho Fiscal, observado o quorum especial de instalação previsto na Instrução 324/00.

Aprovada a **instalação**, torna-se obrigatória a **eleição** de seus membros. No entanto, o percentual de participação acionária para **eleição** em separado, de que trata o parágrafo 4º, (a), do artigo 161 da Lei 6.404/76, não pode ser reduzido pela CVM, uma vez que não se enquadra em uma das hipóteses previstas no artigo 291 da mesma lei.

Em função disso, nos casos em que (i) não haja acionistas minoritários detentores de ações preferenciais; e (ii) os acionistas minoritários titulares de ações ordinárias não atingirem o percentual para a eleição em separado de membro do conselho fiscal, o entendimento da CVM é que os acionistas presentes, inclusive o controlador, poderão eleger os conselheiros fiscais, por maioria de votos. O acionista controlador não é obrigado a participar da eleição dos membros do conselho fiscal na hipótese mencionada, e se não o fizer todos os conselheiros serão eleitos pelo voto dos demais acionistas, qualquer que seja sua participação no capital, pois o conselho estará instalado (artigo 161, parágrafo 2º), sendo obrigatória a eleição de seus membros (artigo 161, parágrafo 4º).

Outrossim, cumpre destacar o entendimento emitido nas reuniões de 06/05/2008 e de 23/09/2008, pelo Colegiado da CVM, no sentido de que o requisito de "10% ou mais das ações com direito a voto" previsto no artigo 161, parágrafo 4º não se refere ao número de ações que o minoritário presente à assembleia precisa deter para eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente do conselho fiscal, mas sim ao número de ações com direito a voto detidas por todos os acionistas minoritários da companhia.

Alerta-se também que a Instrução CVM nº 481/09 dispõe que sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou **membros do conselho fiscal**, a companhia registrada na **categoria A** deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores.

Por sua vez, as companhias abertas registradas na **categoria B**, devem, em linha com o disposto no artigo 133, inciso V da Lei nº 6.404/76 (no caso de AGO) e no artigo 21, inciso VIII e artigo 31, inciso II, ambos da Instrução CVM nº 480/09, enviar todos os documentos necessários ao exercício do direito de voto nas assembleias gerais, devendo fornecer informações suficientes sobre os candidatos, a fim de permitir que os acionistas possam deliberar a respeito da matéria.

Tais informações devem ser prestadas pelas companhias registradas nas categorias A e B na forma estabelecida nos itens 10 ou 14.2, conforme o caso.

25. PROJEÇÕES

A divulgação de projeções é informação de natureza relevante, sujeita às determinações da Instrução CVM nº 358/02, devendo, inclusive, a Política de Divulgação da companhia contemplar a adoção dessa prática.

A **Instrução CVM nº 480/09**, em seu artigo 20, prevê que a divulgação de projeções e estimativas é facultativa e determina que, quando o emissor decidir por divulgá-las, elas deverão ser:

I. Incluídas no formulário de referência;

II. Identificadas como dados hipotéticos que não constituem promessa de desempenho;

III. Razoáveis; e

IV. Vir acompanhadas das premissas relevantes, parâmetros e metodologia adotadas, sendo que, caso estas sejam modificadas, o emissor deverá divulgar, no campo apropriado do Formulário de Referência, que realizou alterações nas premissas relevantes, parâmetros e metodologia de projeções e estimativas anteriormente divulgadas (parágrafo 3º).

Como determina o parágrafo 2º do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, as projeções e estimativas deverão ser revisadas periodicamente, em intervalo de tempo adequado ao objeto da projeção, que, em nenhuma hipótese, deve ultrapassar 1 (um) ano.

O emissor também deverá confrontar, trimestralmente, no campo "Comentário sobre o comportamento das projeções empresariais" dos Formulários ITR e DFP, as projeções divulgadas no Formulário de Referência com os resultados efetivamente obtidos no trimestre, indicando as razões para eventuais diferenças (parágrafo 4º do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09).

Ressalta-se que sempre que as premissas de projeções e estimativas forem fornecidas por terceiros, as fontes devem ser indicadas (parágrafo 5º do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09).

Caso a companhia faça uso de métricas financeiras calculadas, como por exemplo o LAJIDA - lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (ou EBITDA), deverá apresentar a reconciliação com as rubricas contábeis expressas diretamente nas demonstrações financeiras, em conformidade com norma específica que trata da matéria.

Por fim, se as projeções divulgadas forem descontinuadas, esse fato deverá ser informado no campo próprio do Formulário de Referência, acompanhado dos motivos que levaram à sua perda de validade, bem como divulgado na forma de Fato Relevante, conforme previsto na Instrução CVM nº 358/02.

26. DIVULGAÇÃO ANTECIPADA DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Caso a companhia opte, **excepcionalmente**, pela divulgação antecipada de informações financeiras, deve ressaltar que são informações preliminares, informando, inclusive, se foram, ou não, auditadas.

Cabe lembrar, que nos termos do artigo 14 da Instrução CVM nº 480/09, as informações divulgadas devem ser verdadeiras, completas, consistentes, não devendo induzir os investidores a erro.

Ressalta-se que essa divulgação excepcional deve ser feita por meio de Fato Relevante, nos termos da Instrução CVM nº358/02.

Por fim, cabe lembrar que, diante de divulgação antecipada de informações financeiras, fica antecipado também o período de vedação à negociação previsto no artigo 13, parágrafo 4º, da Instrução nº 358/02.

27. ORÇAMENTO DE CAPITAL

As principais fontes de capital das companhias abertas são: a captação de recursos novos, via emissão de títulos de dívida ou venda de participação acionária, por um lado, e o re-investimento de recursos próprios, de outro. Esta última modalidade é regulamentada pelos artigos 194 (Reservas estatutárias) e 196 (Retenção de lucros) da Lei Societária. Este último disciplina a retenção de lucros para fins de investimento.

O artigo 196 da Lei nº 6.404/76, abaixo transcrito, prevê que o orçamento de capital a ser aprovado em assembleia geral deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante e será submetido pelos órgãos de administração à assembleia, com a justificação de retenção de lucros proposta.

Retenção de Lucros

Art. 196. A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

§ 1º O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento.

§ 2º O orçamento poderá ser aprovado pela assembléia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.

Em relação aos **emissores registrados na categoria A**, alerta-se que a **Instrução CVM nº 481/09** exige, por meio do inciso II do parágrafo 1º do artigo 9º e do item 15 do Anexo 9-1-II, que, havendo proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital, a companhia deverá disponibilizar aos acionistas, até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, informação sobre o montante da retenção proposta, bem como cópia do orçamento de capital elaborado nos termos do artigo 196 Lei nº 6.404/76.

Os **emissores registrados na categoria B** embora não estejam sujeitos à forma e ao conteúdo da informação exigida pela Instrução CVM nº 481/09, devem disponibilizar aos acionistas, até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, informação sobre o montante da retenção proposta, bem como cópia do orçamento de capital elaborado nos termos dos artigos 133 e 196 da Lei nº 6.404/76.

O orçamento de capital deverá ser enviado à CVM, via Sistema IPE, categoria "Assembleia", tipo "AGO" ou "AGO/E", espécie "Proposta da Administração", assunto "Orçamento de Capital", sem prejuízo de seu envio acompanhando as demonstrações financeiras, como previsto no artigo 25, parágrafo 1º, inciso IV, da Instrução CVM nº 480/09 (vide item 10).

Destaca-se, por fim, que o orçamento de capital também deverá ser inserido no quadro Proposta de Orçamento de Capital do formulário DFP.

28. DECLARAÇÕES TARDIAS, RETIFICADORAS OU COMPLEMENTARES DE DIVIDENDOS

No caso de declarações tardias, retificadoras ou complementares de dividendos (ou outros proventos) devidos por companhias abertas, o pagamento deve ser feito às pessoas titulares das ações na data da declaração tardia, retificadora ou complementar, ou em outra data posterior, tornada pública de maneira concomitante com a declaração, e não aos titulares de ações ao tempo das declarações originárias.

Cabe destacar que esta orientação encontra-se em linha com a decisão do Colegiado em reunião de 03/05/2006 (disponível na página da CVM na Internet), em resposta à consulta da SEP sobre a base acionária a ser utilizada nos citados casos.

29. INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS A SEREM DIVULGADOS EM OPERAÇÕES DE:

29.1. Incorporação, fusão e cisão

Os órgãos de administração ou sócios das sociedades envolvidas em operações de incorporação, incorporação de ações, fusão ou cisão devem firmar protocolo do qual constarão as condições da operação, com as informações mínimas elencadas nos incisos do artigo 224 da Lei nº 6.404/76.

Tais operações serão submetidas à deliberação da assembleia geral das companhias mediante justificação, na qual serão expostas as informações constantes dos incisos do artigo 225 da LSA.

No caso de incorporação pela controladora, de companhia controlada, a justificação apresentada à assembleia geral da controlada, deverá conter, além das informações previstas nos artigos 224 e 225, o cálculo das relações de substituição das ações dos acionistas não controladores da controlada com base no valor do patrimônio líquido das ações da controladora e da controlada, avaliados os dois patrimônios segundo os mesmos critérios e na mesma data, a preços de mercado, ou com base em outro critério aceito pela Comissão de Valores Mobiliários, no caso de companhias abertas (artigo 264 da Lei nº 6.404/76).

Conforme prática usual das companhias abertas, o protocolo e a justificação poderão constar de documento único. O protocolo e a justificação deverão ser divulgados pelo Sistema IPE, categoria "Assembleia", tipo "AGE" ou "AGO/E", espécie "Justificação de Incorporação, Cisão ou Fusão" e "Protocolo de Incorporação, Cisão ou Fusão", desde a data de publicação das condições da operação, nos termos dos artigos 2º e 3º da Instrução CVM nº 319/99.

Sem prejuízo do disposto na Instrução CVM nº 358/02, o Fato Relevante, do qual constarão as informações dispostas no artigo 2º, parágrafo 1º, da Instrução CVM nº 319/99, deverá ser divulgado com antecedência mínima de 15 dias da data de realização da assembleia geral que irá deliberar sobre o protocolo e a justificação.

As relações de substituição devem ser divulgadas pela companhia tanto no fato relevante (artigo 2º, parágrafo 1º, inciso III, da Instrução CVM nº 319/99), quanto no Protocolo (artigo 224 da Lei nº 6.404/76), cabendo destacar que também devem ser divulgados, além dos critérios utilizados, os valores que serviram de base para o cálculo das relações de substituição. Ademais, é importante frisar que a

identificação, no fato relevante, dos peritos ou da empresa especializada para avaliar o patrimônio líquido da companhia e a declaração da existência ou não, em relação aos mesmos, de qualquer conflito ou comunhão de interesses, atual ou potencial, com o controlador da companhia, ou em face de acionista(s) minoritário(s) da mesma, ou relativamente à outra sociedade envolvida, seus respectivos sócios, ou no tocante à própria operação (artigo 2º, parágrafo 1º, inciso XIV, da Instrução CVM nº 319/99) não se confunde com a informação de que trata o artigo 5º da Instrução CVM nº 319/99, que deve ser prestada pelas próprias empresas e profissionais que tenham prestado serviços relativos à operação.

Os laudos de avaliação definitivos deverão ser disponibilizados aos acionistas assim que finalizados, como determinado no artigo 4º da Instrução CVM nº 319/99. Esses documentos deverão ser enviados, via Sistema IPE, na categoria "Dados Econômico-Financeiros" e tipo "Laudo de Avaliação", identificando no assunto, sempre que possível, o tipo de laudo e a operação a que dizem respeito.

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 264 da LSA, a avaliação dos patrimônios das sociedades nas operações de incorporação ou fusão envolvendo controladora e controlada ou sociedades sob controle comum será feita por empresa especializada, no caso de companhias abertas.

Deve-se ressaltar que não apenas o protocolo, a justificação e os laudos de avaliação, como também os pareceres jurídicos, contábeis, financeiros, avaliações, demonstrações financeiras, estudos, e quaisquer outras informações ou documentos que tenham sido postos à disposição do controlador ou por ele utilizados, para o planejamento, avaliação, promoção e execução de operações de incorporação, fusão ou cisão envolvendo companhia aberta, deverão ser obrigatoriamente disponibilizados a todos os acionistas desde a data de publicação das condições da operação.

Cumprido salientar, ainda, que as recomendações do **Parecer de Orientação nº35/08** aplicam-se às operações de fusão, incorporação e incorporação de ações envolvendo sociedade controladora e suas controladas ou sociedades sob controle comum. Assim, em que pese os procedimentos descritos no citado parecer não serem exclusivos nem exaustivos, a CVM entende que sua adoção é forma adequada de dar cumprimento aos deveres fiduciários dos administradores previstos nos artigos 153, 154, 155 e 245 da Lei nº 6.404/76.

Nesse sentido, cabe lembrar que a CVM já se manifestou, em Comunicado ao Mercado divulgado por esta Autarquia em 27/05/2009, no sentido de que a recomendação contida no referido parecer diz respeito à constituição de comitê independente para negociação das condições da operação, **de forma que sua constituição para mera confirmação de relação de troca previamente estabelecida desvirtua as finalidades de tal órgão.**

Ademais, não é recomendável a divulgação de qualquer relação de troca que a administração ou o acionista controlador entenda aplicável à operação pretendida antes do término dos trabalhos dos comitês independentes, uma vez que essa divulgação em momento anterior pode, inclusive, influenciar a cotação das ações de emissão das companhias envolvidas até a conclusão das negociações.

Por fim, nos casos em que a operação de incorporação, fusão ou cisão enseje direito de recesso, as companhias abertas que possuam ações admitidas a negociação em mercados regulamentados devem, conforme dispõe o artigo 20 da Instrução CVM nº 481/09, divulgar as informações previstas no Anexo 20 à referida instrução, na forma descrita no item 14.2.

29.1.1. Pedidos de dispensa do cumprimento de requisitos – Deliberação CVM nº 559/08

Em 18.11.08, foi editada a Deliberação CVM nº 559/08, que atribuiu competência à Superintendência de Relações com Empresas para manifestar a opinião da CVM quanto ao reconhecimento de situações em que não se justifica a sua atuação para exigir o cumprimento de determinados requisitos, nos casos de operações envolvendo companhia aberta relativas **à incorporação de controlada por controladora, incorporação de controladora por controlada, fusão de companhia controladora com controlada, incorporação de ações de companhia controlada ou controladora ou incorporação, fusão e incorporação de ações de sociedades sob controle comum**, desde que presentes os requisitos elencados nessa Deliberação.

A manifestação da SEP nesses casos pode se referir apenas sobre a não necessidade de observância dos seguintes requisitos:

a) elaboração de laudo com base no valor do patrimônio líquido das ações da controladora e da controlada, avaliados os dois patrimônios segundo os mesmos critérios e na mesma data, a preços de mercado, nos termos do art. 264 da Lei nº 6.404, de 1976;

b) publicação, na imprensa, do Fato Relevante de que trata o art. 2º da Instrução CVM nº 319, de 1999; e

c) elaboração de demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM, nos termos do art. 12 da Instrução CVM nº 319, de 1999.

A Superintendência de Relações com Empresas não possui competência para dispensar a publicação do Fato Relevante previsto no art. 2º da Instrução CVM nº 358, de 2002.

Cabe à Companhia avaliar se determinada decisão, ato ou fato se constitui ou não em informação relevante que deva ser divulgada nos termos da Instrução CVM nº 358/02.

29.2. Aquisição de sociedade mercantil por companhia aberta

O artigo 256 da Lei nº 6.404/76 determina que a compra, por companhia aberta, do controle de qualquer sociedade mercantil, dependerá de deliberação da assembleia geral da compradora, especialmente convocada para conhecer da operação, sempre que:

I. O preço de compra constituir, para a compradora, investimento relevante (artigo 247, parágrafo único); ou

II. O preço médio de cada ação ou quota ultrapassar uma vez e meia o maior dos três valores a seguir indicados:

(a) Cotação média das ações em bolsa ou no mercado de balcão organizado, durante os 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;

(b) Valor de patrimônio líquido (artigo 248) da ação ou quota, avaliado o patrimônio a preços de mercado (artigo 183, parágrafo 1º);

(c) Valor do lucro líquido da ação ou quota, que não poderá ser superior a quinze vezes o lucro líquido anual por ação (artigo 187, VII) nos dois últimos exercícios sociais, atualizado monetariamente.

A princípio, o referido artigo não se aplica às operações em que companhias abertas adquirem sociedades mercantis por intermédio de suas controladas, coligadas ou subsidiárias integrais, que sejam companhias fechadas ou apresentem outro tipo societário.

Não obstante, na análise de situações concretas, os controladores e administradores poderão ser responsabilizados por abuso ou desvio de poder, respectivamente, se for comprovado que houve a utilização de determinada empresa "veículo" na aquisição do controle de outras sociedades em detrimento de interesses legítimos dos demais acionistas da companhia aberta.

Adicionalmente, em seu parágrafo 2º, o artigo 256 dispõe que "se o preço da aquisição ultrapassar uma vez e meia o maior dos três valores de que trata o inciso II do caput [cotação média, valor patrimonial ajustado a mercado e 15 vezes a média do lucro líquido anual por ação dos dois últimos exercícios], **o acionista dissidente** da deliberação da assembleia que a aprovar **terá o direito de retirar-se** da companhia mediante reembolso do valor de suas ações, nos termos do artigo 137, observado o disposto em seu inciso II".

Em vista do acima exposto, quando da divulgação de aquisição de sociedade mercantil, a companhia aberta deve informar se a referida aquisição foi realizada pela própria companhia aberta ou por intermédio de controlada, coligada ou subsidiária integral, bem como se a operação será submetida à deliberação da assembleia geral de acionistas e se ensejará aos seus acionistas o direito de recesso, conforme disposto no mencionado artigo 256.

Ressalte-se que tal divulgação deve conter, no mínimo, as informações necessárias para que se comprove tratar-se (ou não) de hipótese de realização de assembleia e de concessão de direito de recesso.

Caso a operação venha a ser objeto de deliberação assemblear, deve-se informar o prazo em que se pretende realizar a assembleia. As companhias registradas na categoria A devem, conforme dispõe o artigo 19 da **Instrução CVM nº 481/09**, divulgar as informações previstas no Anexo 19 à referida Instrução, na forma prevista no item 14.2.

Independentemente do exposto, por ocasião da convocação da assembleia geral, a proposta da administração deve conter, ou ser acompanhada, de todas as informações e documentos necessários ao exercício do direito de voto, cabendo observar o disposto no parágrafo 3º do artigo 135 e parágrafo 6º do artigo 124, ambos da Lei nº 6.404/76.

O laudo de avaliação a que se refere o parágrafo 1º do art. 256, bem como outros laudos eventualmente produzidos para os fins das alíneas "a", "b" e "c" do inciso II do *caput* do mesmo artigo, deverão ser enviados, via Sistema IPE, na categoria "Dados Econômico-Financeiros" e tipo "Laudo de Avaliação", identificando no assunto, sempre que possível, o tipo de laudo e a operação a que dizem respeito.

Na hipótese de operação sujeita à ratificação pela assembleia geral de acionistas, recomenda-se que tal ratificação, quando possível, se dê na **primeira assembleia geral a ocorrer da concretização da operação**.

Caso a operação enseje o exercício do direito de recesso, deve ser informado ainda: (a) acionistas que poderão exercer o direito de recesso, caso venham a dissentir da

deliberação da Assembleia, a ser convocada para a ratificação dessa aquisição (vide item 29.4 a seguir); (b) O valor de reembolso, em reais (R\$) por ação; e (c) o prazo e os procedimentos que os acionistas dissidentes deverão adotar para se manifestar.

Nesses casos, as companhias abertas que possuam registro na categoria A devem, ainda, conforme dispõe o artigo 20 da **Instrução CVM nº 481/09**, divulgar as informações previstas no Anexo 20 à referida instrução, na forma prevista no item 14.2.

29.3. Conversão de ações

Nos casos de conversão de ações, sem prejuízo do disposto na Instrução CVM nº 358/02, a proposta da administração, a ser enviada pelo Sistema IPE, categoria "Assembleia", tipo "AGO/E", "AGE" ou "AGESP", espécie "Proposta da Administração", assunto "Conversão de ações", deverá conter todas as informações relevantes, bem como ser acompanhada de todos os documentos necessários à tomada de decisão dos acionistas, tais como os motivos ou fins da operação; a obrigatoriedade ou facultatividade da operação e o cabimento do direito de retirada dos acionistas dissidentes; a relação de conversão entre as classes ou espécies de ações; o critério para a determinação da referida relação de conversão; e a justificativa para a adoção do referido critério na operação de conversão.

29.4. Direito de recesso

A Lei nº 6.404/76 prevê a possibilidade do exercício do direito de recesso em hipóteses específicas, tais como aquelas previstas nos artigos 137, 252, 256 e 264. Caso a matéria deliberada em assembleia geral dê ensejo a direito de recesso, a companhia deve informar, no mínimo, as ações e classes às quais se aplica o recesso, o valor do reembolso por ação e sua forma de cálculo e os prazos e procedimentos que os acionistas dessa Companhia, dissidentes da deliberação da referida Assembleia, deverão adotar para exercício do direito de recesso.

Cabe esclarecer que, segundo disposto no parágrafo 1º do artigo 137 da LSA, "o acionista dissidente de deliberação da assembleia, inclusive o titular de ações preferenciais sem direito de voto, poderá exercer o direito de reembolso das ações de que, comprovadamente, era titular na data da primeira publicação do edital de convocação da assembleia, ou **na data da comunicação do fato relevante** objeto da deliberação, se anterior".

Por "data da comunicação do fato relevante" deve ser entendida a data de publicação do Fato Relevante nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela companhia, nos termos do artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 e do artigo 3º, parágrafo 4º, da Instrução CVM nº 358/02.

Desse modo, somente caberia o direito de recesso às ações adquiridas antes do dia da publicação do primeiro edital de convocação de assembleia ou do fato relevante, o que tiver ocorrido primeiro, incluindo as ações adquiridas entre o período de divulgação do documento via Sistema IPE e a sua publicação na imprensa.

O artigo 137, inciso II, da Lei nº 6.404/76 ressalva que, nos casos mencionados nos incisos IV e V do artigo 136 da mesma lei, não terá direito de retirada o titular de ação de espécie ou classe que tenha liquidez e dispersão no mercado, considerando-se haver:

I. Liquidez, quando a espécie ou classe de ação, ou certificado que a represente, integre índice geral representativo de carteira de valores mobiliários admitido à

negociação no mercado de valores mobiliários, no Brasil ou no exterior, definido pela Comissão de Valores Mobiliários;

II. Dispersão, quando o acionista controlador, a sociedade controladora ou outras sociedades sob seu controle detiverem menos da metade da espécie ou classe de ação.

Considerando que, atualmente, inexistente regulamentação acerca da matéria na CVM, entende-se que os índices considerados para efeito de liquidez devem ser aqueles admitidos à negociação em bolsas de futuros, atualmente, **Ibovespa e IBrX-50**.

Ressalta-se, ainda, que, nos 10 (dez) dias subseqüentes ao término do prazo de que tratam os incisos IV e V do *caput* do artigo 137 da Lei nº 6.404/76, é facultado aos órgãos da administração convocar a assembleia geral para ratificar ou reconsiderar a deliberação, se entenderem que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes que exerceram o direito de retirada porá em risco a estabilidade financeira da empresa.

Em função disso, a decisão da administração no sentido de reconsiderar a deliberação da AGO e/ou AGESP, nos termos do artigo 137, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76, deve ser, em regra, objeto de Fato Relevante, no prazo acima mencionado. A decisão da administração no sentido de ratificar a mencionada deliberação deverá, em regra, ser objeto de Comunicado ao Mercado.

As companhias abertas registradas na categoria A devem, conforme dispõe o artigo 20 da Instrução CVM nº 481/09, divulgar as informações previstas no Anexo 20 à referida instrução, na forma estabelecida no item 14.2 deste Ofício-Circular.

29.5. Aumento de capital

Nos casos de aumento de capital, é necessário que a proposta da administração contenha todas as informações relevantes, bem como seja acompanhada de todos os documentos necessários à tomada de decisão dos acionistas, tais como:

I. Justificativa quanto à necessidade de realização da operação;

II. Principais características da operação: quantidade de ações a serem emitidas por espécie e potencial de diluição de participação acionária; preço de emissão; critério adotado para a determinação do preço de emissão e informação pormenorizada dos aspectos econômicos que fundamentaram a escolha desse critério; prazos e procedimentos a serem observados pelos acionistas no exercício do direito de preferência e na subscrição e integralização das ações emitidas; e tratamento quanto às sobras de valores mobiliários não subscritos (nos termos do parágrafo 7º do artigo 171 da Lei nº 6.404/76);

II. Laudo de Avaliação e demais documentos que subsidiaram a fixação do preço de emissão;

III. Cópia do parecer do conselho fiscal, caso esteja em funcionamento, com votos divergentes, se for o caso;

IV. Informar (a) se os acionistas que não desejarem exercer seus direitos de preferência à subscrição poderão negociá-los em bolsa ou solicitar a cessão de seus direitos; e (b) os prazos para negociação ou cessão de tais direitos; e

V. Informar se as ações a serem emitidas em função do aumento do capital social participarão em igualdade de condições a todos os beneficiários, inclusive a dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser aprovados no exercício. Caso participem de forma *pro rata tempore*, informar a partir de que momento participarão integralmente a todos os beneficiários.

As companhias abertas registradas na Categoria A devem, conforme dispõe o artigo 14 da Instrução CVM nº 481/09, divulgar as informações previstas no Anexo 14 à referida instrução, na forma prevista no item 14.2.

Ainda que a operação de aumento de capital venha a ser deliberada em reunião do Conselho de Administração, recomenda-se o envio das informações previstas no referido Anexo 14 da Instrução CVM nº 481/09, notadamente os itens 1, 2, 3, 5 "a" a 5 "k", 5 "n" a 5 "s" e 7, a fim de melhor informar ao mercado e, especialmente, aos acionistas, visto que esses deverão decidir sobre sua participação no aumento de capital.

Cabe lembrar, ainda, que, no entendimento da SEP, em linha com o disposto na Instrução CVM nº 400/03 e no Parecer de Orientação CVM nº 08/81, no caso de aumentos de capital com homologação parcial, **deve ser concedido aos acionistas o direito de rever seu investimento.**

Por fim, ressalta-se que os documentos e informações acima mencionados devem ser enviados, pelo Sistema IPE, na forma estabelecida no item 14.2 deste Ofício-Circular.

29.6. Grupamento de ações

No caso de grupamento de ações, no Fato Relevante divulgando a operação, devem ser informados detalhadamente os procedimentos a serem adotados de modo a assegurar aos acionistas a faculdade de permanecerem integrando o quadro acionário com, pelo menos, uma unidade nova de capital, caso esses acionistas venham a manifestar tal intenção no prazo estabelecido na assembleia geral que deliberou o grupamento.

30. SOBRES DE AÇÕES EM AUMENTO DE CAPITAL COM CRÉDITOS

Conforme disposto no artigo 171, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76, no aumento de capital mediante capitalização de créditos ou subscrição em bens, será sempre assegurado aos acionistas o direito de preferência e, se for o caso, as importâncias por eles pagas serão entregues ao titular do crédito a ser capitalizado ou do bem a ser incorporado.

Segundo o entendimento da SEP, a capitalização com créditos, no entanto, não exime o cumprimento do parágrafo 7º do mesmo artigo 171, que estabelece que o órgão que deliberar sobre o aumento deverá dispor sobre as sobras podendo (i) mandar vendê-las em bolsa, em benefício da companhia, ou (ii) rateá-las, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem pedido, no boletim ou lista de subscrição, reserva de sobras.

Desse modo, na capitalização com créditos, deve ser dado aos acionistas que exercerem seu direito de preferência e manifestarem a intenção, no boletim ou lista de subscrição, de subscrever as sobras, o direito a concorrer com as sobras decorrentes do não exercício do direito de preferência por eventuais acionistas.

Nesse sentido, tais sobras deverão ser rateadas entre os acionistas, na proporção dos valores subscritos, nos termos do parágrafo 7º do artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

Na opinião da SEP, não prospera o entendimento de que, dado que o detentor do crédito utiliza-o na subscrição das ações e o direito de preferência é exercido com a entrega das importâncias pagas ao titular do crédito, não há que se falar em sobras.

As sobras ocorrem em decorrência do não exercício do direito de preferência por eventuais acionistas, e restaria irregular o titular do crédito tomar para si tais sobras, sem conceder o direito à subscrição dessas sobras pelos demais acionistas que exerceram seu direito de preferência e manifestaram interesse em subscrevê-las, na proporção dos valores subscritos.

31. NEGOCIAÇÃO COM AÇÕES DE PRÓPRIA EMISSÃO

O princípio legal instituído através do artigo 30 da Lei nº 6.404/76 é de que a companhia não pode negociar com as ações de própria emissão, ressalvadas as exceções enumeradas no seu parágrafo 1º.

Ademais, no parágrafo 2º do citado artigo, a Lei previu a regulamentação da aquisição de ações pela própria empresa emissora pela CVM, que emitiu a Instrução CVM nº 10/80, alterada pelas Instruções CVM nº 268/97 e nº 390/03.

Através da Instrução CVM nº 10/80, a CVM procurou estabelecer as condições em que as companhias poderiam deliberar sobre a aquisição de ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência em tesouraria, e respectiva alienação, entre as quais: (a) a previsão estatutária para deliberação pelo conselho de administração; (b) as contas patrimoniais originadoras dos recursos para aquisição e aquelas que seriam vedadas à utilização como lastro; (c) os prazos de vigência dos programas de aquisição; (d) os limites percentuais para aquisição em relação ao volume de ações em circulação, por espécie e classe; e (e) os direitos políticos e patrimoniais atribuíveis às ações em tesouraria, entre outros pontos.

Cabe ressaltar que o artigo 23 da Instrução prevê que, respeitada a vedação do artigo 2º, a CVM pode autorizar, em casos especiais e plenamente circunstanciados e mediante prévio pedido, a realização de operações da companhia com as próprias ações que não se ajustem às demais normas existentes na Instrução.

No que diz respeito às contas patrimoniais originadoras dos recursos para os programas de recompra de ações, o artigo 7º da Instrução CVM nº 10/80 considera como disponíveis todas as contas de reserva de lucros e de capital, exceto as seguintes: legal, de lucros a realizar, de reavaliação, especial de dividendos obrigatórios não distribuídos.

Quanto à utilização dos saldos da conta de reservas e lucro de exercício em andamento como lastro às transações de aquisição de ações de emissão própria, apurados através de informações financeiras intermediárias, alertamos que o Colegiado da CVM, na reunião realizada em 25/11/2008 (disponível na página da CVM na Internet), entendeu procedente seu emprego, ao amparo da Lei nº 6.404/76.

Para tanto, é necessário que a administração da empresa observe as seguintes regras prudenciais, que visam a assegurar que as operações de recompra efetivadas ao longo de um exercício social e o pagamento dos dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos, **ao termo do mesmo**, não ultrapassem o saldo de lucros ou reservas, constituídos nos termos da legislação vigente.

I. Segregação de valores que, caso fosse final de exercício social, teriam que ficar apartados para cobertura de reservas necessariamente constituíveis e dividendos obrigatoriamente exigíveis, como as reservas legal, estatutárias e de lucros a realizar, bem como o montante que seria destinado aos dividendos fixos ou mínimo (inclusive cumulativos) e ao dividendo obrigatório;

II. Outras eventuais retenções necessárias devem ser consideradas para que o valor a ser utilizado para pagamento dos dividendos e das ações a recomprar esteja totalmente lastreado em lucros realizados (financeiramente disponíveis ou muito proximamente disponíveis);

III. Deve-se considerar o passado da companhia quanto ao comportamento típico do resultado na fase restante do exercício social e uma projeção para o resultado do exercício social em andamento, a fim de que seja evidenciada toda a prudência que se espera da administração de uma companhia aberta nessa situação. Se não vier a ser divulgada essa projeção pela Companhia, deve o Conselho de Administração declarar ter recebido todos esses dados e declarar-se confortável quanto à utilização dos valores pretendidos para a aquisição das ações próprias; e

IV. É vedada, em qualquer hipótese, a utilização do resultado do exercício em andamento por conta de valores projetados de resultado.

Ressalte-se que o artigo 2º da Instrução CVM nº 10/80 veda operações de aquisição de ações de própria emissão, quando, entre outros motivos, requererem a utilização de recursos superiores aos saldos de reservas disponíveis.

Destaca-se também que, na reunião realizada em 11/11/2008 (disponível na página da CVM), o Colegiado manifestou-se também no sentido de que a Instrução nº 10/80 permite ao próprio Conselho de Administração deliberar pelo cancelamento das ações mantidas em tesouraria, desde que haja autorização estatutária para o conselho de administração deliberar sobre a aquisição de ações da companhia (para efeitos de cancelamento ou posterior alienação) e que posteriormente se convoque assembleia geral extraordinária para deliberar sobre a alteração da cláusula estatutária referente ao capital social da respectiva companhia.

Cabe ressaltar que a Instrução CVM nº 10/80 prevê, em seu artigo 24, que a desobediência às suas disposições implica na nulidade da operação, sem prejuízo da responsabilidade dos administradores e acionistas controladores.

Finalmente, o artigo 25 da norma estabelece que a transgressão dos seus artigos 1º, 2º, 3º, 6º, 9º, 12 e 16 configura infração grave, para os efeitos do parágrafo 3º do artigo 11 da Lei nº 6.385/76.

32. BONIFICAÇÃO DE AÇÕES EM TESOURARIA

Em reunião realizada em 25/11/2008 (disponível na página da CVM na Internet), o Colegiado da CVM entendeu ser procedente a alteração do número de ações em tesouraria, sempre que a companhia aprovar qualquer bonificação de suas ações, corrigindo deste modo a expressão numérica do volume das ações de emissão própria em poder da empresa, sem que isso tenha como consequência a modificação do saldo daquela conta patrimonial.

O fundamento para esta posição é que a bonificação constitui-se em mero procedimento contábil em que, ao aumentar-se a cifra do capital social, em contrapartida à redução de reserva de lucro, a decorrente entrega de ações não representa transferência de valor da companhia aos seus acionistas via distribuição de lucro.

33. COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA DELIBERAR SOBRE EMISSÃO DE DEBÊNTURES

A Lei nº 12.431/11 deu nova redação ao artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76, de modo que esse dispositivo passou a estabelecer que, na companhia aberta, o conselho de administração pode deliberar sobre a emissão de debêntures não conversíveis em ações, salvo disposição estatutária em contrário.

A respeito, conforme a decisão de Colegiado de 13/12/2011, essa nova redação tem aplicabilidade imediata e não condicionada. Ou seja, inexistindo disposição estatutária que impeça a deliberação pelo conselho, o novo texto legal se encontra em vigor e é hábil a produzir todos os seus efeitos, de modo que os conselhos de administração das companhias abertas já podem, de pronto, deliberar sobre a emissão de debêntures não conversíveis em ações.

34. ARTIGO 143 DA LEI Nº 6.404/76

Quando da consolidação do estatuto social, as companhias devem atentar para as disposições do artigo 143 da Lei nº 6.404/76, relativamente à composição da diretoria de uma sociedade anônima.

Segundo esse comando legal, o estatuto social deve estabelecer: (a) o número de diretores, ou o máximo e o mínimo permitidos; (b) as atribuições e os poderes de cada diretor; (c) prazo de gestão, não superior a três anos, permitida a reeleição; e (d) o modo de substituição.

Assim sendo, recomenda-se que aquelas companhias cujos estatutos estejam em desacordo com a Lei adotem as providências necessárias (inclusive convocação oportuna de assembleia geral, contemplando no seu edital a alteração estatutária em apreço) para corrigir as lacunas eventualmente existentes nos respectivos estatutos sociais.

35. ELEIÇÃO DOS MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL - ARTIGO 161, PARÁGRAFO 1º, DA LEI Nº 6.404/76

O artigo 161, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76 prevê que o Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela assembleia geral.

No entendimento da SEP, a eleição dos membros suplentes do Conselho Fiscal é obrigatória, **devendo** o Conselho Fiscal ser composto por membros titulares e suplentes em igual número, na medida em que a indicação do membro suplente é necessária para prevenir a hipótese de ausência do titular, evitando que os acionistas fiquem impossibilitados de exercer seu direito fundamental de fiscalização, previsto no artigo 109, inciso III, da Lei nº 6.404/76, através de seu representante eleito.

36. RECURSOS DE DECISÕES OU MANIFESTAÇÕES DE ENTENDIMENTO DA SEP

Nos termos da Deliberação CVM nº 463/03, o prazo para recurso ao Colegiado das decisões proferidas pelos Superintendentes da CVM é de 15 (quinze) dias contados da ciência pelo interessado.

O Superintendente deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento do recurso, reformar ou manter a decisão recorrida e, na segunda hipótese, encaminhar o processo ao Colegiado ainda que tenha entendido o recurso como intempestivo ou incabível.

A Deliberação CVM nº 510/06, que alterou a Deliberação CVM nº 463/03, prevê que o recurso será recebido no efeito devolutivo e havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução da decisão, o Superintendente poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Caso haja indeferimento (total ou parcial) do pedido de efeito suspensivo, o Superintendente deverá, de imediato, intimar o recorrente e remeter cópia do recurso e da decisão ao Presidente da CVM, a quem caberá o reexame da decisão denegatória do efeito suspensivo, nos termos do inciso VI da Deliberação CVM nº 463/03.

Cabe ressaltar que o Colegiado da CVM, em decisão de 23/11/2010, manifestou-se no sentido de que tal dispositivo **não** se aplica aos casos que envolvem **multas cominatórias**.

O Superintendente notificará o recorrente acerca da decisão do Colegiado no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Por fim, destaca-se que a requerimento de membro do Colegiado, do Superintendente que houver proferido a decisão recorrida, ou do próprio recorrente, o Colegiado apreciará a alegação de existência de erro, omissão, obscuridade ou inexatidões materiais na decisão, contradição entre a decisão e os seus fundamentos, ou dúvida na sua conclusão, corrigindo-os se for o caso, sendo o requerimento encaminhado ao Diretor que tiver redigido o voto vencedor no exame do recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, e por ele submetido ao Colegiado para deliberação.

37. CONSULTAS DE EMISSORES

Consultas referentes à aplicação das normas e regulamentos emitidos pela CVM e ao entendimento sobre dispositivos das Leis nº 6.385/76 e 6.404/76 e alterações posteriores, devem ser encaminhadas por escrito, mediante protocolo, **pelo Diretor de Relações com Investidores ou pessoa equiparada** à SEP, com a identificação do emissor. Caso a consulta seja efetuada por representantes legais dos emissores, deve ser acompanhada por seus respectivos mandatos de representação.

A formulação da consulta deve ser clara quanto ao seu objeto, evitando-se a forma genérica e as consultas em tese, orientando-se no sentido de que sejam apresentados todos os elementos e argumentos julgados importantes para a manifestação conclusiva da CVM.

Consultas em matéria contábil devem ser acompanhadas de manifestação do auditor independente sobre o assunto, de acordo com o disposto no item 28.1 do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº001/07.

Cabe destacar que a apresentação de consulta por parte do emissor **não** a exime do cumprimento, nos devidos prazos, das obrigações legais e regulamentares, ainda que objeto da consulta formulada.

38. COMUNICAÇÕES COM A SEP

No caso de encaminhamento de questionamentos, respostas, recursos às decisões ou entendimentos da SEP ou de petições/representações, as companhias devem utilizar correspondências diretas, não se admitindo o envio via Sistema IPE, **exceto quando expressamente solicitado pela SEP**.

Nesse sentido, merece destaque que o envio dessas correspondências pelo Sistema IPE, **quando não solicitado expressamente pela SEP**, vem sendo utilizado por algumas companhias, causando, algumas vezes, embaraço à sua própria administração ou

dificuldade no acompanhamento de respostas a solicitações ou manifestações desta Superintendência.

Ressalta-se que os prazos para atendimento às solicitações contidas nos ofícios enviados pela SEP devem ser contados **conforme especificado no próprio expediente**. Quando não especificado, o prazo deve ser contado a partir da data do recebimento do Ofício (data de assinatura do AR).

As atividades de atendimento direto às companhias abertas e estrangeiras estão divididas na SEP entre as Gerências de Acompanhamento de Empresas 1 e 2 (GEA-1 e GEA-2), de acordo com os setores de atividade, conforme tabela a seguir. Dessa forma, para atendimento a consultas formuladas por contato telefônico, é necessária a identificação da companhia e/ou de seu setor de atividade.

Setor de Atividade	Gerência
Agricultura (açúcar, álcool e cana)	GEA-2
Alimentos	GEA-2
Arrendamento mercantil	GEA-1
Bancos	GEA-1
Bebidas e fumo	GEA-2
Bolsas de valores/ mercadorias e futuros	GEA-1
Brinquedos e lazer	GEA-1
Comércio (atacado e varejo)	GEA-2
Comércio exterior	GEA-2
Comunicação e informática	GEA-2
Constr. Civil, mat.constr. Decoração	GEA-1
Crédito imobiliário	GEA-1
Embalagens	GEA-2
Energia elétrica	GEA-1
Extração mineral	GEA-2
Factoring	GEA-1
Farmacêuticos e higiene	GEA-2
Gráficas e editoras	GEA-1
Hospedagem e turismo	GEA-1
Intermediação financeira	GEA-1
Máquinas., equipam., veículos e peças	GEA-1
Metalurgia e siderurgia	GEA-2
Papel e celulose	GEA-2
Pesca	GEA-2
Petróleo e gás	GEA-1
Química, petroquímica, combustíveis e borracha	GEA-1
Reflorestamento	GEA-2
Saneamento e serviços de água e gás	GEA-2
Securitização de recebíveis	GEA-1
Seguradoras e corretoras	GEA-1
Serviços de transporte e logística	GEA-2
Serviços médicos	GEA-2
Telecomunicações	GEA-2
Têxtil e vestuário	GEA-2
Emp. Adm. Participações - Agricultura (açúcar, álcool e cana)	GEA-2
Emp. Adm. Participações - Alimentos	GEA-2
Emp. Adm. Participações - Arrendamento mercantil	GEA-1
Emp. Adm. Participações - Bancos	GEA-1
Emp. Adm. Participações - Bebidas e fumo	GEA-2
Emp. Adm. Participações - Brinquedos e lazer	GEA-1
Emp. Adm. Participações - Comércio (atacado e varejo)	GEA-2
Emp. Adm. Participações - Comunicação e informática	GEA-2
Emp. Adm. Participações - Construção civil, mat. Constr. E decoração	GEA-1

Emp. Adm. Participações - Crédito imobiliário	GEA-1
Emp. Adm. Participações - Educação	GEA-2
Emp. Adm. Participações - Embalagens	GEA-2
Emp. Adm. Participações - Energia elétrica	GEA-1
Emp. Adm. Participações - Extração mineral	GEA-2
Emp. Adm. Participações - Gráficas e editoras	GEA-1
Emp. Adm. Participações - Hospedagem e turismo	GEA-1
Emp. Adm. Participações - Intermediação financeira	GEA-1
Emp. Adm. Participações - Máquinas, equipamentos, veículos e peças	GEA-1
Emp. Adm. Participações - Metalurgia e siderurgia	GEA-2
Emp. Adm. Participações - Papel e celulose	GEA-2
Emp. Adm. Participações - Petróleo e gás	GEA-1
Emp. Adm. Participações - Química, petroquímica, combustíveis e borracha	GEA-1
Emp. Adm. Participações - Reflorestamento	GEA-2
Emp. Adm. Participações - Saneamento, serv. Água e gás	GEA-2
Emp. Adm. Participações - Securitização de recebíveis	GEA-1
Emp. Adm. Participações - Seguradoras e corretoras	GEA-1
Emp. Adm. Participações - Sem setor principal	GEA-1
Emp. Adm. Participações - Serviços médicos	GEA-2
Emp. Adm. Participações - Serviços transporte e logística	GEA-2
Emp. Adm. Participações - Telecomunicações	GEA-2
Emp. Adm. Participações - Têxtil e vestuário	GEA-2

39. SOLICITAÇÕES DE AUDIÊNCIAS A PARTICULARES

Em linha com o Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002, os pedidos de agendamento de reuniões com componentes organizacionais da CVM devem ser encaminhados por via eletrônica, através da página da CVM, selecionando, para tanto, a opção AUDIÊNCIA A PARTICULARES.

Nessa solicitação, deverá constar a especificação clara do assunto a ser tratado, tendo por condição necessária, em se tratando de consultas de emissores, o seu prévio encaminhamento, conforme descrito no item 37.

40. PEDIDO DE VISTA DE PROCESSO

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 8º da Lei nº 6.385/76, são de acesso público todos os documentos e autos de processos administrativos que tramitam ou que se encontrem arquivados na CVM, ressalvados aqueles cujo sigilo seja imprescindível para a defesa da intimidade ou do interesse social, ou cujo sigilo esteja assegurado por expressa disposição legal.

Deve-se ter em vista, ainda, o artigo 46 da Lei nº 9.784/99 – que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal – que garante aos interessados direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

No caso de processo administrativo para apuração de atos ilegais e práticas não equitativas que seja precedido de etapa investigativa, será assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos ou exigido pelo interesse público, conforme disposto no parágrafo 2º do artigo 9º da Lei nº 6.385/76.

Em abril de 2005, a Autarquia regulamentou, através da Deliberação CVM nº 481/05, a concessão de vista de autos de processos administrativos de qualquer natureza instaurados no âmbito da CVM.

Pedidos de vista de processos que tramitam nesta Autarquia devem ser encaminhados mediante apresentação de requerimento assinado, especificando tratar-se de concessão de vista e/ou de cópias, com a qualificação dos signatários e, no caso de representantes da empresa, acompanhados das respectivas procurações.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 3º da Deliberação CVM nº 481/05, o pedido deverá especificar o interesse do requerente na obtenção de acesso aos autos, salvo tratar-se de acusado em processo administrativo sancionador, hipótese em que será sempre assegurada a concessão de vista.

A concessão dependerá de autorização do titular da Superintendência responsável pela condução do processo administrativo ou do Relator, caso haja pendência de recurso ou decisão do Colegiado, sendo facultada a postergação da concessão de vista no interesse do serviço quando tal providência prejudicar a realização de ato ou a adoção de providências necessárias à condução do processo.

Nos processos administrativos instaurados em razão de pedidos de adiamento de assembleia geral de companhias abertas ou de interrupção da fluência do prazo de sua convocação, nos termos da Instrução CVM nº 372/02, não será admitida a concessão de vista, enquanto o processo estiver pendente de decisão, ressalvado o direito de acesso aos autos pela companhia no prazo para sua manifestação, conforme dispõe o artigo 4º da Deliberação CVM nº 481/05.

Além disso, os processos instaurados com a finalidade de averiguar a possível ocorrência de infração às normas legais ou regulamentares cuja fiscalização incumba à CVM serão conduzidos sob sigilo, exceto nos casos em que o requerente tiver sido publicamente indiciado pela CVM como possível autor da infração sob investigação, hipótese em que será considerada obrigatória a concessão de vista.

Cabe ressaltar que o sigilo do processo poderá ser afastado por decisão do Superintendente, quando este considerá-lo desnecessário à elucidação dos fatos e não houver, nos autos, dados ou informações protegidas pelos casos de sigilo assegurados por expressa disposição legal ou para defesa da intimidade ou do interesse social.

Conforme consignado no parágrafo 2º do artigo 5º da Deliberação CVM nº 481/05, o disposto nos dois parágrafos acima, quanto aos processos de apuração de irregularidades, aplica-se às reclamações formuladas por investidores e quaisquer outros participantes do mercado, inclusive em relação aos pedidos de vista por eles formulados.

Nos processos administrativos sancionadores, aos acusados será admitida a concessão de vista mediante requerimento dirigido: (i) à Coordenadoria de Controle de Processos, nos processos disciplinados pela Resolução CMN nº 454/77; ou (ii) à Superintendência que houver instaurado o processo, até a eventual interposição de recurso ao Colegiado, nos processos disciplinados pela Resolução CMN nº 1.657/89, ou à CCP, após a eventual interposição de recursos ao Colegiado.

Os pedidos de vista serão analisados caso a caso, cabendo aos requerentes, na hipótese de indeferimento do pedido, recurso ao Colegiado da CVM, nos termos da Deliberação CVM nº 463/03.

Segundo o artigo 3º, parágrafo 3º, da Deliberação CVM nº 481/05, sendo a decisão de indeferimento proferida pelo Relator, caberá recurso de sua decisão ao Colegiado, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de ciência do interessado.

Para os pedidos deferidos, os processos serão disponibilizados no Centro de Consultas – SOI/GOI desta Autarquia, com a indicação do período de disponibilização através de ofício em resposta à solicitação.

41. TERMO DE COMPROMISSO

O Termo de compromisso, nos termos dos parágrafos 5º a 8º do artigo 11 da Lei nº6.385/76 e da Deliberação CVM nº 390/01, poderá ser firmado entre o investigado ou acusado e a Comissão de Valores Mobiliários, a critério da CVM, observado o interesse público.

Cabe destacar inicialmente que, nos termos do parágrafo 3º do artigo 7º da Deliberação CVM nº390/01, será admitida apresentação de proposta de termo de compromisso ainda na fase de investigação preliminar.

Em se tratando de processo administrativo sancionador, o artigo 7º da Deliberação CVM nº 390/01 prevê que o interessado na celebração de Termo de Compromisso deverá manifestar essa intenção até o término do prazo para apresentação de defesa, sem prejuízo do ônus de apresentação desta. Deve ainda apresentar a Proposta Completa de Termo de Compromisso, à Coordenação de Controle de Processos Administrativos – CCP, em até 30 dias após a apresentação da defesa.

Em casos excepcionais, nos quais se entenda que o interesse público determina a análise de proposta de celebração de termo de compromisso apresentada fora do prazo acima mencionado, tais como os de oferta de indenização substancial aos lesados pela conduta objeto do processo e de modificação da situação de fato existente quando do término do referido prazo, o Colegiado examinará o pedido.

O Termo de Compromisso suspende o processo administrativo em curso, pelo prazo estipulado para seu cumprimento e poderá ser celebrado a qualquer tempo, sendo, porém, recomendável a apresentação de sua intenção o quanto antes, tendo em vista a celeridade e a economia processual.

Por fim, merece destaque que, de acordo com o artigo 4º da referida Deliberação, a celebração de compromisso não importa em confissão quanto à matéria de fato, nem reconhecimento de ilicitude da conduta analisada no processo que lhe tenha dado origem.

42. SISTEMA EMPRESAS.NET

Através do Sistema Empresas.net devem ser encaminhados à CVM os Formulários Cadastral, de Referência, DFP e ITR.

O download do programa poderá ser feito pela página eletrônica da CVM na rede mundial de computadores (<http://www.cvm.gov.br>, seção PARTICIPANTES DO MERCADO, item ENVIO DE DOCUMENTOS, subitem EMPRESAS.NET), bem como na da BM&FBOVESPA (<http://www.bmfbovespa.com.br>, seção AÇÕES, item EMPRESAS, subitem PARA EMPRESAS, subitem Para Cias Listadas, subitem EMPRESAS.NET).

Esclarece-se, por fim, que dúvidas referentes à **instalação e utilização** do Sistema Empresas.Net poderão ser esclarecidas com a Central de Atendimento BM&FBOVESPA (CAB) pelo telefone (11) 2565-5000 ou endereço de email: cab@bvmf.com.br. As dúvidas referentes ao **conteúdo** dos Formulários DFP, ITR, Cadastral e de Referência poderão ser encaminhadas à CVM, pelo endereço de email: sep-consultas@cvm.gov.br.

43. SISTEMA CVMWEB

Com a entrada em vigor da Instrução CVM nº 480/09 e a disponibilização do Sistema Empresas.net, a obrigação de atualização dos dados cadastrais das companhias abertas e estrangeiras deve se dar por meio da atualização do Formulário Cadastral.

Não obstante, continua disponível a atualização de dados cadastrais por meio do Sistema CVMWEB.

Cabe lembrar que quaisquer dessas alterações devem ser feitas pela companhia e, dependendo do caso, posteriormente ao encaminhamento pelo Sistema IPE do ato de alteração (ata de assembleia ou reunião do conselho), pois o sistema só aceitará alterações se for indicado o nº do protocolo do IPE.

Ressalta-se que a atualização dos dados do responsável (DRI, síndico etc.) **continua sendo feita por meio do Sistema IPE.**

Por fim, cabe destacar que o Sistema CVMWEB é utilizado também para acesso à funcionalidade de **recurso de multas** pelo site da CVM.

44. SISTEMA DE INFORMAÇÕES PERIÓDICAS E EVENTUAIS – IPE

As informações enviadas pelo Sistema IPE estarão sob a responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores (DRI) ou pessoa equiparada que deverá, para isto, manter seus dados atualizados no módulo Cadastro DRI.

Desde 2007, a Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA passou a disponibilizar em seu site um acesso ao Sistema IPE para que as companhias abertas tenham um endereço adicional para envio de documentos.

Os procedimentos de utilização de login/senha e envio de documentos independem de a companhia aberta estar ou não registrada naquela bolsa.

Para envio de documento através dessa opção, basta acessar o site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), selecionar o perfil Empresas e Emissores, a seguir Para Cias Listadas, link IPE – Envio de Documentos.

O link desse endereço é <https://seguro.bmfbovespa.com.br/ipe/index.asp>.

Deve-se atentar para que os arquivos em formato PDF apresentem uma formatação legível, que facilite a leitura, manipulação e impressão dos documentos pelos interessados.

Os documentos e informações enviados estão disponíveis simultaneamente nas páginas da CVM e da BM&FBOVESPA, no caso das companhias lá registradas, à exceção do formulário do comunicado previsto no artigo 11 (**individual**) da Instrução CVM nº 358/02 (vide item 14.7).

Com a finalidade de acomodar a demanda do mercado e fomentar a divulgação das informações societárias de forma adequada, foram criados recentemente os seguintes novos tipos:

I. “Informações sobre o Programa de Distribuição Contínua (Anexo X da In CVM nº 400/03)”, para o arquivamento das informações exigidas no inciso V do artigo 13-B da Instrução CVM nº 400/03, com a redação dada pela Instrução CVM nº 488/2011;

II. "Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário", para o arquivamento do regimento interno do Comitê de Auditoria Estatutário e de suas eventuais alterações, em até 7 (sete) dias úteis contados de sua instalação ou da aprovação das alterações pelo conselho de administração, na forma demandada no inciso XXXI do artigo 30 e no inciso XXII do artigo 31 da Instrução CVM 480/09, com a redação dada pela Instrução CVM nº 509/2011; e

III. "Relatório de Sustentabilidade", para o arquivamento voluntário desse relatório pelos emissores que o elaborem.

É de todo indispensável a leitura do documento "Manual do IPE", disponível na página da CVM, que apresenta listagem das categorias, tipos e espécies de documentos previstos no sistema, classificados pela obrigatoriedade ou não de envio, pela periodicidade de sua divulgação e pela necessidade ou não de publicação pela imprensa, bem como traz orientações quanto ao procedimento de acesso ao sistema (envio e cancelamento de dados e cadastro de DRI).

Por fim, cabe ressaltar que, independentemente do envio do Formulário Cadastral, os dados do DRI devem ser atualizados também pelo Sistema IPE, no módulo "Cadastro do DRI".

45. CONTAGEM DE PRAZOS

Na contagem de prazos deve ser observada a regra estabelecida pelo artigo 66 da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal. Neste sentido, a contagem de prazos nos referidos processos dá-se de forma semelhante à estabelecida pelo artigo 184, *caput*, da Lei nº 5.869/73.

Assim sendo, na contagem do prazo deve-se excluir o dia de começo e incluir o do vencimento. Os prazos começam a transcorrer a partir do momento de sua cientificação oficial, que pode ser realizada, conforme prevêm o artigo 11 da Instrução CVM nº 452/07 e o artigo 61 da Instrução CVM Nº 480/09, através do envio de carta com Aviso de Recebimento, fax ou mensagem eletrônica, sendo que o prazo passa a contar com o primeiro que ocorrer.

Na hipótese do vencimento ocorrer em dia que não haja expediente na sede da CVM, como domingos e feriados nacionais ou municipais, prorroga-se o termo para o primeiro dia útil seguinte.

Adicionalmente, conforme determina o artigo 23 da Lei nº 9.784/99, os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.

Assim, nas datas em que o expediente da sede da CVM se der em período parcial, com encerramento antes do horário normal, serão prorrogados os prazos até o próximo dia útil. Por outro lado, quando ocorrer o funcionamento em período parcial da sede da CVM e o expediente encerrar-se na hora normal, em consonância com o disposto no artigo 66, parágrafo 1º, da Lei nº 9.784/99, será considerado este dia no prazo em tramitação.

Cabe ressaltar que o protocolo de documentação direcionada à Superintendência de Relações com Empresas ou suas respectivas Gerências em cidade diversa de sua localização, apesar de admissível, não influi na contagem do prazo, que continuará regido pelo local da sede da CVM.

46. DOCUMENTOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Em analogia ao previsto no artigo 22, parágrafo 1º, da Lei nº 9.784/99 e observando a interpretação dada ao artigo 13 da Constituição Federal combinado com o artigo 224 do

Código Civil brasileiro, todos os documentos redigidos em língua estrangeira para terem efeitos legais no país deverão ser traduzidos para o português, idioma oficial no Brasil, pelo que todas as informações e documentos apresentadas através dos Sistemas IPE e Empresas.net devem ser traduzidos para o idioma português.

Nesse sentido, documentos prestados a bolsas estrangeiras que, na forma do artigo 2º da Instrução CVM Nº 248/96, devam ser divulgados pelo emissor, poderão, se necessário, excepcionalmente, ser arquivados em língua estrangeira, devendo o emissor providenciar o posterior arquivamento da versão traduzida do documento, no mais curto espaço de tempo.

Atenciosamente,
FERNANDO SOARES VIEIRA
Superintendente de Relações com Empresas